

**UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO**

Ana Rúbia Gagliotto Galvão

**POSSIBILIDADES DE VALORIZAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO TERRITÓRIO  
DE FRANCISCO BELTRÃO – PR COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO  
LOCAL**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

Francisco Beltrão, 11 de Setembro de 2009.

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANA RÚBIA GAGLIOTTO GALVÃO

**POSSIBILIDADES DE VALORIZAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO TERRITÓRIO  
DE FRANCISCO BELTRÃO – PR COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO  
LOCAL**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – área de concentração: “Produção do Espaço e Meio Ambiente”, na linha de pesquisa “Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais”, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Francisco Beltrão, 2009.

Galvão, Ana Rúbia Gagliotto.  
G182p Possibilidades de valorização multidimensional do território  
de Francisco Beltrão – PR com vistas ao desenvolvimento local.  
/ Ana Rúbia Gagliotto Galvão. – Francisco Beltrão, 2009.

178 p.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná – Campus de Francisco Beltrão, 2009.

1. Território – Francisco Beltrão - Paraná. 2. Território -  
Desenvolvimento. 3. Sudoeste do Paraná. I. Universidade  
Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.  
II. Título.

CDD – 307.76098162

Ficha catalográfica: Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090

## TERMO DE APROVAÇÃO

**Ana Rúbia Gagliotto Galvão**

### **POSSIBILIDADES DE VALORIZAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO TERRITÓRIO DE FRANCISCO BELTRÃO – PR COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet  
Colegiado de Geografia, UNIOESTE

Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza  
Colegiado de Geografia, UNIOESTE

Prof. Dr. Gláucio Marafon  
Colegiado de Geografia, UERJ

Francisco Beltrão, 11 de Setembro de 2009.

## **DEDICATÓRIA**

À Deus, por ter me carregado no colo nos momentos mais difíceis;

Aos meus pais e heróis, Valdir e Bernardete, pelos incentivos, exemplos e amor incondicional;

Ao meu grande e eterno amor Victor, por estar ao meu lado em todos os momentos.

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta pesquisa é uma conquista muito importante para mim, mas não é resultado de esforço apenas meu. Muitas pessoas proporcionaram que eu chegasse até o final, através de orientações, ensinamentos, incentivos, palavras de amizade e principalmente companheirismo. Sei que não conseguirei citar o nome de todos aqui, mas tenham certeza de que o auxílio de cada um foi fundamental para traçar o meu caminho.

Agradeço primeiramente e principalmente a Deus, que se faz mais presente em minha vida a cada dia, a quem eu entrego meu fardo diariamente e que mesmo assim continua firme ao meu lado.

Agradeço também a quem me acompanhou durante todo o mestrado, com palavras de incentivo, ensinamentos e que apesar dos direcionamentos, ensinou-me a pensar sozinha, a construir minha própria história, meu orientador, professor Marcos Aurélio Saquet.

À CAPES pelo auxílio monetário providencial para o desenvolvimento da pesquisa.

À Andréia e à Loiva, a quem sempre pedíamos socorro, obrigada pela prontidão e amizade. Aos professores, obrigada pelos ensinamentos transmitidos e discussões proporcionadas, principalmente os professores Fernando Sampaio, José Luiz, Edson Belo e Marcos Saquet, cujas disciplinas muito contribuíram com a construção desta pesquisa. Agradeço ao professor Luciano Candiotto e mais uma vez ao professor Edson Belo, desta vez por terem feito parte da minha banca de qualificação, cujas orientações foram de suma importância.

Aos proprietários dos estabelecimentos rurais, das residências urbanas, aos funcionários da EMATER e da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, cuja disponibilidade em nos atender, conversando e respondendo questionários, foram de fundamental importância.

Aos amigos e colegas do mestrado, por partilharem aflições e momentos de descontração. Quero também dedicar um agradecimento especial aos meus professores e colegas da graduação, por compreenderem que muitas vezes não pude me dedicar ao máximo. Às minhas amigas Ju Welter, Ju Bach e Edi quero dizer: obrigada pela sincera amizade e companheirismo!

Agradeço também aos meus colegas e professores do curso de Turismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, principalmente ao professor Carlos Alberto Maio, que me orientou durante dois anos na Iniciação Científica.

Um agradecimento especial aos meus amigos da Jornada Jovem de Marmeleiro, minha segunda família, com os quais eu sempre pude contar, e ao casal amigo que sempre torceu por mim: Nelcir e Isabel. À Isabel agradeço também por ter lido e contribuído para a correção do relatório de qualificação.

Aos meus pais, Valdir e Bernardete, que são minha inspiração, dádivas de Deus em minha vida, a quem eu devo tudo que tenho e sou. Aos meus irmãos Cris e Jean, cunhada Giseli, e sobrinhas Manoela e Alana, por vocês existirem na minha vida. Agradeço especialmente à Gi, cujo incentivo à pesquisa me levou ao mestrado.

Ao meu amor Victor, por ter me esperado durante os quatro anos em que estive em Ponta Grossa e pela compreensão em dividir, mesmo depois de casados, o pouco tempo que temos juntos, com livros, artigos e viagens para congressos. Palavras não são suficientes para agradecer e dizer o que você representa na minha vida. Agradeço também à minha nova família, Sérgio, Sueli, Júnior, Kati e Isa, pelo apoio e compreensão.

Enfim, a todos que manifestaram apoio e compreenderam os momentos de relativa ausência, agradeço!

## SUMÁRIO

Lista de figuras.....	09
Lista de fotos.....	10
Lista de gráficos.....	12
Lista de tabelas.....	13
Lista de siglas.....	14
Resumo.....	15
Abstract.....	16
INTRODUÇÃO.....	17
1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE FRANCISCO BELTRÃO: TERRITORIALIZAÇÕES E TERRITORIALIDADES.....	22
1.1 A ocupação do Sudoeste: dos caboclos aos migrantes.....	22
1.2 A <i>modernização</i> da agricultura e a expansão urbana.....	29
2. A VALORIZAÇÃO MULTIDIMENSIONAL E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	42
2.1 A abordagem territorial.....	44
2.2 Cultura, patrimônio e identidade: a necessidade de valorização.....	48
2.3 O turismo e a valorização histórico-cultural.....	52
3. O PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE FRANCISCO BELTRÃO.....	56
3.1 Descendentes de italianos, alemães e poloneses: territorialidades.....	57
3.2 O tradicionalismo gaúcho.....	70
3.3 Arquitetura, tombamento e patrimônio.....	75
3.3.1 <i>O Morro do Calvário</i> .....	89
3.3.2 <i>Praça Eduardo Virmond Suplicy</i> .....	96
3.3.3 <i>Parque de Exposições Jaime Canet Junior</i> .....	100
3.4 O patrimônio do espaço rural e o turismo.....	103
3.4.1 <i>Chácara Rios – Parque das Laranjeiras</i> .....	106
3.4.2 <i>Horta Colhe e Pague Santa Inês</i> .....	108
3.4.3 <i>Cantina de Vinho Salmória</i> .....	111
3.4.4 <i>Recanto Renascer</i> .....	113
3.4.5 <i>Recanto do Dário</i> .....	119
3.4.6 <i>Recanto Vale Verde</i> .....	122
3.4.7 <i>Recanto da Amizade</i> .....	125

3.4.8 <i>Pesque e Pague Daniela</i> .....	129
4. O DESENVOLVIMENTO MULTIDIMENSIONAL DO TERRITÓRIO DE FRANCISCO BELTRÃO: POSSIBILIDADES.....	133
4.1 Possibilidades de desenvolvimento econômico.....	134
4.2 Possibilidades de desenvolvimento político.....	142
4.3 Possibilidades de desenvolvimento cultural.....	144
4.4 Possibilidades de desenvolvimento ambiental.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS.....	155
ANEXOS.....	161

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01. Glebas Missões e Chopin no Sudoeste do Paraná.....	23
FIGURA 02. Projeto de reforma do Centro Comunitário Jacutinga.....	65
FIGURA 03. Localização dos objetos estudados na cidade de Francisco Beltrão.....	81
FIGURA 04. Delimitação da área do Morro do Calvário.....	96
FIGURA 05. Quadros de Carmes Franciosi representando a 1ª e 2ª Igrejas do município.....	98
FIGURA 06. Área de propriedade de Adelino Menegatti utilizada para o Recanto.....	117
FIGURA 07. Área de propriedade de Adelino Menegatti – exceto área do Recanto.....	118
FIGURA 08. Vista aérea dos Recantos do Dário e Vale Verde.....	123
FIGURA 09. Croqui da propriedade de Cacimiro Meira.....	128
FIGURA 10. Representação da área de propriedade de Cacimiro Meira, elaborada em decorrência do SISLEG.....	129

## LISTA DE FOTOS

FOTO 01. Concentração de posseiros na praça Matriz de Francisco Beltrão, 1957.....	27
FOTO 02. Recanto Renascer – Francisco Beltrão.....	39
FOTO 03. Grupo Folclórico Italiano <i>Belvedere</i> .....	58
FOTO 04. Igreja de São Francisco de Assis – Secção Jacaré.....	59
FOTO 05. Centro Comunitário da Secção Jacaré em 2008 e como deve ficar após a reforma.....	60
FOTO 06. Expositor da 3ª Festa Regional do Vinho e visitantes realizando degustação.....	63
FOTO 07. Gruta de Nossa Senhora de Lourdes – Jacutinga.....	64
FOTO 08. Grupo de Danças <i>Frühling</i> .....	66
FOTO 09. Grupo folclórico <i>Polsky Festyn</i> .....	66
FOTO 10. Frigorífico Ferrari – São Pio X.....	68
FOTO 11. Produtos no Centro de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar.....	69
FOTO 12. Sede Social do CTG Recordando os Pagos.....	71
FOTO 13. Sede campestre do CTG Recordando os Pagos.....	72
FOTO 14. Apresentação da internada Adulta do CTG Herdeiros da Tradição.....	73
FOTO 15. Galpão Crioulo General Osório.....	73
FOTO 16. Acampamento da Semana Farroupilha – 2007.....	74
FOTO 17. Capela São Cristóvão.....	78
FOTO 18. Casa onde funcionou a primeira escola de Francisco Beltrão.....	80
FOTO 19. Casa de Costaneiras.....	82
FOTO 20. Alunos assistindo ao vídeo durante visita ao Museu da Colonização.....	83
FOTO 21. Casa de Vilma Adamshuk.....	84
FOTO 22. Casa da família Tramontina.....	85
FOTO 23. Ballet Mirna Pecóits.....	86
FOTO 24. Casa da família Hillisheim.....	87
FOTO 25. Casa de propriedade de Clara Freiten.....	88
FOTO 26. Sede da CANGO, Morro do Calvário e Instituto Nossa Senhora da Glória.....	91
FOTO 27. Gruta de Nossa Senhora de Lourdes no Morro do Calvário.....	91
FOTO 28. Cristo Redentor – Morro do Calvário.....	92

FOTO 29. Construções próximas ao Caminho do Calvário.....	93
FOTO 30. Mirante do Santo Sepulcro na Sexta-feira Santa.....	95
FOTO 31. Concatedral de Francisco Beltrão – Praça Eduardo Virmond Suplicy.....	98
FOTO 32. Cuia de chimarrão – homenagem aos tradicionalistas.....	99
FOTO 33. Parque de Exposições Jaime Canet Junior.....	101
FOTO 34. Centro de Eventos no Parque de Exposições Jaime Canet Junior.....	102
FOTO 35. Restaurante da Chácara Rios – Parque das Laranjeiras.....	107
FOTO 36. Avestruz na Chácara Rios - Parque das Laranjeiras.....	108
FOTO 37. Produção de hortaliças no Colhe e Pague Santa Inês.....	109
FOTO 38. Quiosque na Horta Colhe e Pague Santa Inês.....	110
FOTO 39. Parreiras para cultivo da uva e produção do vinho.....	111
FOTO 40. Trilha dos Sentidos no Recanto Renascer.....	114
FOTO 41. Casa utilizada para pernoite.....	115
FOTO 42. Ponte sobre o Rio Marrecas na estrada de acesso ao Recanto Renascer.....	116
FOTO 43. Entrada da propriedade – placas demonstrando as atividades econômicas desenvolvidas.....	120
FOTO 44. Bar do Recanto do Dário.....	121
FOTO 45. Banhistas no Rio 14 - Recanto do Dário.....	121
FOTO 46. Recanto Vale Verde – futura instalação da pousada.....	124
FOTO 47. Lago para pesca no Recanto da Amizade.....	126
FOTO 48. Jogo de futebol no campo do Recanto da Amizade.....	127
FOTO 49. Roda de viola no Recanto da Amizade.....	127
FOTO 50. Tanques para pesca no Pesque e Pague Daniela.....	130
FOTO 51. Área de <i>camping</i> no Pesque e Pague Daniela.....	131
FOTO 52. Exposição dos produtos da Cantina Salmória (2009).....	139

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01. Variação da produção e da área cultivada dos principais produtos agrícolas no Sudoeste (1970-1975).....	32
GRÁFICO 02. População urbana e rural do Sudoeste entre 1970 e 2000.....	35
GRÁFICO 03. Evolução no número de indústrias do Sudoeste paranaense.....	37

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01. Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná – número de estabelecimentos e área em hectares (ha) – 1970 e 1975.....	31
TABELA 02. Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná – número de estabelecimentos e área em hectares (ha) – 1980, 1985 e 1995/96.....	33
TABELA 03. Estrutura fundiária de Francisco Beltrão – número de estabelecimentos e área em hectares (ha).....	34
TABELA 04. População urbana e rural dos maiores municípios do Sudoeste.....	37

## LISTA DE SIGLAS

- ABEVI:** Associação Beltronense de Vitivinicultores
- ASSESOAR:** Associação de Estudos e Orientação Rural
- CANGO:** Colônia Agrícola Nacional General Osório
- CITLA:** Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.
- CLAF:** Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar
- COOPAFI:** Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada
- CRE SOL:** Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
- CTG:** Centro de Tradições Gaúchas
- EMATER:** Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
- GETSOP:** Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- SESC:** Serviço Social do Comércio
- SISLEG:** Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal

## RESUMO

O município de Francisco Beltrão, localizado na região Sudoeste do Paraná, é formado historicamente por elementos naturais e sociais, materialidades e imaterialidades. É um território determinado por múltiplas relações e que possui uma carga identitária que precisa ser considerada para promover o desenvolvimento local. Nossa proposta nesta pesquisa foi identificar e caracterizar elementos econômicos, culturais e naturais do município, subsidiando formas de desenvolvimento territorial e considerando a preservação e a valorização multidimensional do território. Para atingirmos os resultados esperados realizamos: resgate do processo histórico de formação do território de Francisco Beltrão; discussão sobre a abordagem territorial e os conceitos utilizados; relação dos elementos que podem ser considerados patrimônio cultural e natural do município e, finalmente, identificamos os processos produtivos que podem aliar o desenvolvimento social e natural do território. Os resultados alcançados indicam que é possível um *novo modelo* de desenvolvimento, que não seja determinado somente pelas ações do capital. É possível concretizar ações que respeitem as tradições culturais e os aspectos naturais, valorizando as identidades dos grupos sociais que formam Francisco Beltrão. Entretanto, este *modelo*, que integre as atividades econômicas, a dimensão política, as características culturais e o espaço natural, deve ser discutido e construído no dia-a-dia da população, em busca de certa autonomia da sociedade local.

**Palavras-chave:** Território. Desenvolvimento Territorial. Identidade. Patrimônio.

## ABSTRACT

The municipality of Francisco Beltrão, located in the Southwest of Paraná, is historically constituted by social and natural elements, by materiality and immateriality. It is a territory determined by multiples relations and which must have a identity burden that must be considered in order to promote the local development. Our proposal on this survey was to identify and characterize economic, cultural and natural elements of the Municipality, subsiding ways of territorial elements and considering the preservation and the multidimensional appreciation of territory. Reaching the expected results we have accomplished: rescue of constitution of historic process of Francisco Beltrão territory; discussion about territorial approach and the concepts used on it; relation of elements that can be considered cultural and natural patrimony of the municipality, and finally, we have identified the productive process that can ally the social and natural development of the territory. The attained results indicate that it is possible a new model of development, that is not determined only by the actions of the capital. It is possible to materialize actions that respect the cultural traditions and the natural aspects, giving value to the social groups identities of Francisco Beltrão. However, this model, that integrate the economic activities, the politic dynamic, the cultural characteristics and the natural space must be discussed and built on the day after day of population, seeking for a certain autonomy of local society.

**Key words:** Territory. Territorial Development. Identity. Patrimony

## INTRODUÇÃO

Realizar uma pesquisa sobre o território de Francisco Beltrão é, ao mesmo tempo, desafio e satisfação. A curiosidade em conhecer e entender melhor o município em que nascemos conjuga-se com a dificuldade de observar os fatos de uma forma diferente, não mais como integrante da sociedade, mas como pesquisadora que busca ver além da paisagem, além do senso comum. Pertencer a este grupo social também permitiu compreender mais facilmente como é o cotidiano do lugar, as relações sociais e os aspectos culturais.

O município de Francisco Beltrão (mapa 01) e seus elementos histórico-culturais vêm sendo tema de nossas pesquisas desde 2004, quando, cursando bacharelado em Turismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa, iniciamos uma pesquisa sobre o Morro do Calvário que, posteriormente, em 2005, foi ampliada para outros espaços da cidade como a praça Eduardo Virmond Suplicy e o Parque de Exposições Jaime Canet Junior. Em 2006, tais pesquisas levaram-nos a realizar um inventário turístico do município, identificando locais que poderiam servir de atrativo aos visitantes.

Os três anos de pesquisa despertaram interesse em continuar buscando o conhecimento teórico para o entendimento da realidade e proporcionaram informações para a elaboração do projeto de pesquisa para a seleção do mestrado.

Portanto, este trabalho, que surgiu da necessidade de continuarmos as pesquisas realizadas anteriormente, possui como justificativa: necessidade de analisar o município de Francisco Beltrão, considerando seu processo de formação no tempo e no espaço, para que o conhecimento sobre o território e sua territorialidade possibilite pensar na preservação e na valorização multidimensional do território, principalmente em seus aspectos culturais e naturais.

Trabalhar com esta temática não é algo fácil, devido à escassa bibliografia que considere os aspectos culturais e naturais no processo de desenvolvimento do território. Outra dificuldade, quanto à amplitude do tema, levou-nos a destacar a dimensão cultural, estudando, em menores proporções, os aspectos naturais, econômicos e políticos do território. Devido ao tema, poderíamos trabalhar com diversos elementos, mas como não pretendemos, neste trabalho, esgotar as possibilidades de pesquisa sobre o assunto, realizamos uma seleção considerando os que se destacam na formação do território.

Para a realização desta pesquisa utilizamos a abordagem territorial para delinear nossas reflexões e construções teórico-práticas. Trabalhar com conceitos como território e

territorialidade é um desafio, pois estão em constante renovação, fazendo com que surjam novas abordagens e significados. A utilização dos conceitos para entendimento do objeto de estudo exige precauções, pois as intencionalidades e as relações de poder, muitas vezes, camuflam-se em meio às paisagens e vivências cotidianas. Entretanto, sem o entendimento dos conceitos, a compreensão da realidade não é possível, a não ser superficialmente.

Compreendemos o território como um espaço apropriado por atores que criam materialidades, símbolos, significados e identidades, estabelecendo relações de poder, de subordinação e de interdependência. Ele não é constituído apenas localmente, mas também através de relações externas, formando redes de comunicação e circulação.

Entendemos que a ocupação da terra por uma sociedade não se dá apenas como um fator de produção, um bem econômico ou político, mas inclui outros valores, como a sua carga histórico-cultural e o espaço natural apropriado. Portanto, o território é multidimensional, compreendendo as dimensões naturais e sociais (econômico, político e cultural).

O território, em nossa concepção, é também multiescalar, ultrapassando a concepção de território visto apenas como Estado-Nação, reconhecendo as relações de poder que permeiam a vida cotidiana, nas empresas, famílias, escolas, entre outros. Assim, ao mesmo tempo que consideramos Francisco Beltrão um território, reconhecemos estabelecimentos rurais e entidades como territórios, percebendo a multiterritorialidade no município.

Cada território cria e é constituído de territorialidades, que lhes dão formas e significados. Relações e práticas sociais estabelecidas no cotidiano entre os próprios atores, com a natureza e com outros territórios configuram a territorialidade que, ao se transformar, modifica também o território.

A territorialidade, construída e vivenciada, no tempo e no espaço, por um grupo social específico, traduz ao território características próprias, materiais e imateriais, objetivas e subjetivas, construindo sua identidade cultural.

O território de Francisco Beltrão, no seu processo de formação, teve diversas influências e interferências que constituíram sua identidade e que, apesar de estar em constante transformação, formam o território e as territorialidades. A cultura gaúcha, as casas de madeira, a gastronomia, as relações de vizinhança e as expressões populares são exemplos de territorialidades estabelecidas historicamente. Entretanto, apesar da importância que tais elementos culturais, entre outros, possuem para preservar a história de Francisco Beltrão, os poucos projetos culturais que existem no município caracterizam-se como ações isoladas e não atingem a maior parte da população. O governo municipal, organizações, associações e

iniciativas privadas concentram suas atuações no crescimento econômico e na movimentação política.

Mapa 01. Localização do Município de Francisco Beltrão – PR



Fonte: EDUARDO, 2008.

Assim, nosso objetivo principal é identificar e caracterizar elementos econômicos, culturais e naturais do município de Francisco Beltrão, tentando subsidiar formas de desenvolvimento territorial, considerando a preservação e a valorização multidimensional do território, mas principalmente, da natureza e do patrimônio histórico-cultural.

Como objetivos específicos temos: realizar o resgate histórico do processo de formação do território de Francisco Beltrão para compreender o seu atual estágio; conhecer e caracterizar elementos da memória e da identidade cultural de Francisco Beltrão; analisar os elementos que podem ser considerados patrimônio cultural e natural do município e identificar os processos produtivos que podem aliar o desenvolvimento social e natural do território.

Para realizar a pesquisa, fizemos revisão bibliográfica sobre a história da ocupação do Sudoeste do Paraná e de Francisco Beltrão assim como leituras e análises referentes aos principais conceitos utilizados. Reunimos dados secundários no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, fundamentais para a quantificação do processo de desenvolvimento local. Finalmente, realizamos trabalhos de campo, por meio de um roteiro de entrevistas.

O trabalho de campo foi realizado em três períodos. Entre os meses de dezembro de 2007 e março de 2008, fomos a seis estabelecimentos rurais de Francisco Beltrão, conversando com os proprietários através de um roteiro pré-estabelecido, porém com questões abertas, visando a uma conversa informal. Os estabelecimentos foram selecionados por fazerem parte do grupo de turismo rural de Francisco Beltrão e fazerem parte de uma atividade econômica que pode auxiliar na preservação e valorização multidimensional do território.

Em setembro de 2008, entrevistamos os responsáveis pelas casas antigas, selecionadas por estarem localizadas no centro da cidade, espaço de intensa especulação imobiliária e por possuírem relevância na história do município.

Em novembro de 2008, retornamos às seis propriedades rurais para aplicar questionários, obtendo dados mais atualizados sobre a inserção desses agricultores na atividade turística e a relação dos proprietários com os elementos culturais e naturais do estabelecimento.

A estrutura do texto visa possibilitar ao leitor a compreensão do nosso objeto de estudo e quais foram os resultados atingidos. Assim, no primeiro capítulo, trabalhamos a história da ocupação de Francisco Beltrão, desde a ocupação cabocla até a modernização da

agricultura e a urbanização, para proporcionar o entendimento da formação da identidade do povo beltronense no contexto histórico e processual.

No segundo capítulo, realizamos a análise teórica sobre os principais conceitos que servem de base, como território, territorialidade, patrimônio, identidade e desenvolvimento territorial, buscando definir a abordagem utilizada. Procuramos realizar um diálogo com os autores, fazendo considerações e complementações de acordo com nossa concepção.

No terceiro capítulo, elencamos os principais elementos do território considerados patrimônio de Francisco Beltrão, tanto do espaço urbano quanto rural, mostrando os motivos que os tornam importantes para a preservação da história do município e para a valorização multidimensional do território.

No quarto capítulo, apresentamos nossas reflexões sobre as possibilidades de desenvolvimento multidimensional de Francisco Beltrão, mostrando de que forma o território pode ser pensado e planejado para promover o desenvolvimento territorial através dos elementos econômicos, políticos, culturais e naturais, sem que nenhuma dimensão seja desconsiderada.

## 1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE FRANCISCO BELTRÃO: TERRITORIALIZAÇÕES E TERRITORIALIDADES

Entender a dinâmica territorial de Francisco Beltrão exige o levantamento de informações sobre a ocupação da região em que está inserido, visto que o processo histórico da formação do Sudoeste do Paraná deu-se no mesmo movimento, apresentando, porém, algumas particularidades tanto na fase inicial quanto no conseqüente desenvolvimento.

A compreensão das singularidades do território de Francisco Beltrão dá-se através do entendimento da sua formação econômica, política, cultural e natural, pois:

há uma heterogeneidade presente e cada município tem um arranjo territorial específico, decorrente das dimensões da E-P-C-N<sup>2</sup>, das relações de totalidade, enfim, do processo histórico e geográfico de sua constituição, com mudanças e permanências, temporalidades e territorialidades específicas inerentes ao movimento geral da sociedade. (SAQUET, 2006, p.173)

A divisão em três fases permite melhor compreensão do processo de ocupação do Sudoeste e de Francisco Beltrão: a primeira fase estende-se até o início da década de 1940 e caracteriza-se pela ocupação extensiva, sustentada pela exploração da madeira, da erva-mate e da criação de porcos; a segunda fase, a partir de 1940, é estimulada pelo governo federal através da chamada “Marcha para Oeste”, visando ao mesmo tempo, solucionar problemas, ocupar uma área considerada, até então, um vazio demográfico e deslocar do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina uma porção da população que estava sendo atingida pela escassez da terra. (GOMES, 1986). E, por último, a fase atual, iniciada na década de 1970, com a *modernização* agrícola que vem modificar as características ambientais e sociais (econômico-político-culturais) do Sudoeste. (SANTOS, 2008)

A seguir, abordamos alguns aspectos importantes sobre cada uma dessas fases para que, através do entendimento desse processo histórico, a dinâmica territorial atual seja melhor interpretada.

### 1.1 A ocupação do Sudoeste: dos caboclos aos migrantes

No início do século XX, o povoado que se destacava no Sudoeste era o de Palmas, devido, em grande parte, aos campos propícios à prática da pecuária. O grande número de

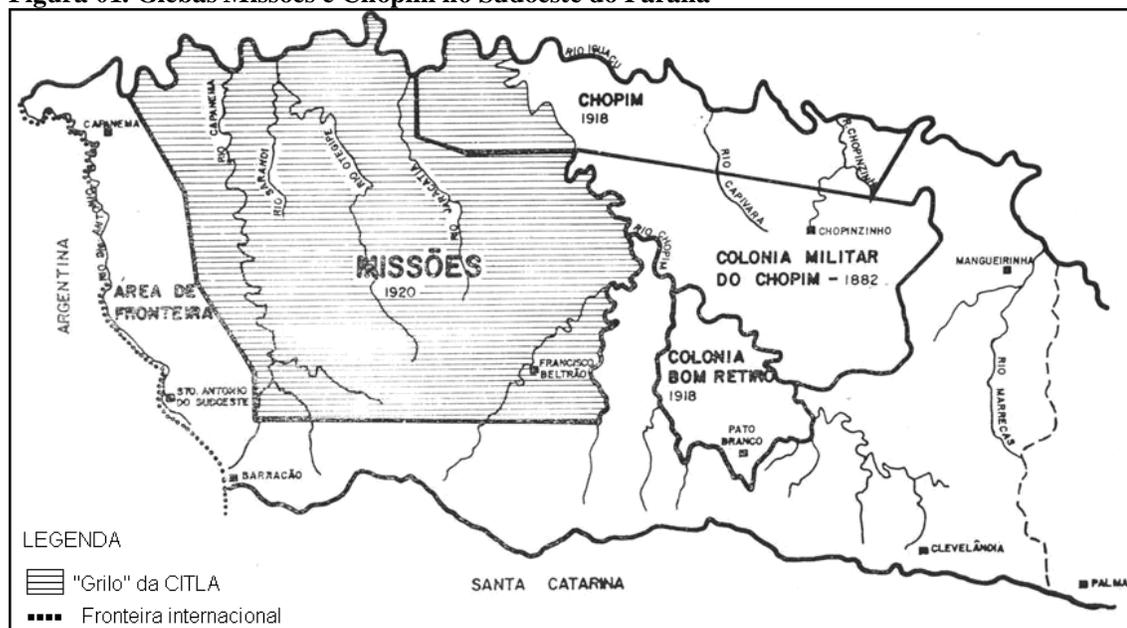
---

<sup>2</sup> Econômica – política – cultural – natural.

bovinos transformava o município num ponto de passagem de tropas, integrando-o, mesmo que precariamente, às outras regiões do Estado e do Brasil.

Na figura 01, é possível identificar no canto inferior direito a região de Palmas, ocupada primeiramente e as Glebas Missões, onde se localiza o município de Francisco Beltrão; Chopim, onde situa-se atualmente o município de Chopinzinho; Colônia Bom Retiro, onde se encontra Pato Branco; e o entorno da fronteira com a Argentina e Santa Catarina. Com exceção de Palmas, o restante da região era, em grande parte, caracterizada pela floresta de araucárias e possuía uma baixa taxa de ocupação até a década de 1940. Os caboclos garantiam o próprio sustento utilizando os recursos florestais do extrativismo da madeira e da erva-mate. Posteriormente, deu-se início à criação de porcos soltos na mata onde encontravam o próprio alimento.

**Figura 01. Glebas Missões e Chopim no Sudoeste do Paraná**



Fonte: WACHOWICZ (1987, p.148).

Na primeira fase dessa *ocupação sorrateira*, a atividade principal, que resultava em limitada relação comercial com o mundo exterior, era a coleta de erva-mate. Apenas numa segunda fase, com o advento da suinocultura (acentuada a partir de 1917, quando foram fundados os primeiros frigoríficos do Paraná), a atividade econômica dos caboclos concentra-se mais na criação de porcos, em regime semi-selvagem. (FERES, s/d, p. 494).

Além das atividades citadas, os caboclos praticavam culturas de subsistência, como arroz, feijão, amendoim e, principalmente, mandioca (FERES, s/d, p.495), utilizando as queimadas para a limpeza do terreno. Essa técnica, em conjunto com as atividades

extrativistas, fazia com que esses habitantes levassem uma vida praticamente nômade, pois necessitavam freqüentemente buscar novas áreas.

Sabe-se que os caboclos não possuíam a propriedade da terra que ocupavam. Como posseiros, faziam as suas queimadas e marchavam sempre adiante, logo que a produtividade da antiga terra desse sinal de esgotamento e, como extratores de erva-mate, eles abrem caminhos pelo território que ocupam e estabelecem pequenas trocas por produtos que não fabricam. (ALVES, 2008, p.75).

Esse modo de vida dos caboclos fez com que, durante muito tempo, não houvesse a efetiva ocupação do espaço que resultasse na formação de vilas e que estabelecesse comércio, construindo uma ligação com outros povoados, pois as terras tinham valor de uso e não valor de troca.

Na década de 1920, começa a ser percebido um pequeno fluxo de famílias vindas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina instalando-se na divisa do Paraná com Santa Catarina (FERES, s/d, p. 496). Esses migrantes começam a modificar a estrutura econômica, apropriando-se e delimitando áreas onde praticam a agricultura de subsistência com trabalho familiar.

O fluxo migratório, condicionado, a princípio, pela escassez de terras no Rio Grande do Sul, aumenta a partir de 1940. Segundo Wachowicz (1987), até 1948, as pessoas que migravam para o Sudoeste eram, na maioria, paranaenses, contudo, a partir de 1948, o número de migrantes oriundos do Paraná é ultrapassado pelo número de migrantes gaúchos e catarinenses. (quadro 01)

Aliando a necessidade de solucionar a falta de terras e a ocupação da região de fronteira do país, Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, incentiva a migração para o Sudoeste do Paraná, através da *Marcha para Oeste*: o governo responsabiliza-se pelas doações de terras e pela implantação da infra-estrutura necessária. “Criava-se, para isso, em 1943, no então Território Federal do Iguaçu, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), que deveria ocupar-se da colonização da faixa de 60 km. ao longo da fronteira argentina.” (FERES, s/d, p.498)

O objetivo desse modelo era criar uma numerosa classe média rural, politicamente dócil e capaz de produzir excedentes alimentares para um mercado consumidor cada vez maior nas cidades, e transformar uma região inóspita em uma “próspera comunidade”. (ALVES, 2008, p.78)

Mesmo com esses princípios e objetivos políticos, a CANGO apresenta-se como uma exceção no contexto de uma política de colonização que sempre reforçou a propriedade da terra a quem tivesse poder de compra ou de barganha.

Nesta colônia agrícola, o agricultor chegava, recebia a terra, a casa, ferramentas agrícolas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. Tudo de graça... uma média de 10 a 20 alqueires por agricultor... Mediam a gleba e, conforme o colono vinha chegando, eles o colocavam na terra que escolhera e aceitara receber. (PECOITS apud LAZIER, 2003, p.173)

Com todo esse apoio, aumenta o fluxo migratório. A colônia de Francisco Beltrão, que contava com 2.529 habitantes, em 1948, aumenta para 7.147 em 1950, e para 15.284 em 1956. A população do Sudoeste, por sua vez, passa de 76.373 habitantes, em 1950, para 230.379 em 1960. (FERES, s/d, p. 498).

**Quadro 01. Frequência bianual de nascimento da população: 1944 - 1975**

	Paraná	%	Santa Catarina	%	Rio Grande do Sul	%	Indeterminado	%	Outros	%	Total
1944/45	224	50,9	115	26,1	99	22,5	-	-	2	0,5	440
1946/47	33,5	58,4	99	17,3	134	25,3	1	0,2	5	0,8	574
1948/49	278	46,9	160	27	151	25,5	-	-	4	0,6	593
1950/51	298	48,6	192	28,1	192	28,1	1	0,2	-	-	683
1952/53	327	37,8	233	26,9	303	35	1	0,1	2	0,2	866
1954/55	446	30,5	348	23,8	663	45,3	1	0	6	0,4	1.464
1956/57	591	29,9	457	23,1	919	46,5	2	0,1	8	0,4	1.977
1958/59	800	29,6	694	25,7	1.186	43,9	3	0,1	19	0,7	2.702
1960/61	1.309	28,5	1.176	25,6	2.061	44,8	13	0,3	40	0,8	4.599
1962/63	1.636	26,4	1.501	24,2	3.041	48,9	9	0,1	25	0,4	6.212
1964/65	1.977	25,2	1.964	25	3.845	49	8	0,1	53	0,7	7.847
1966/67	2.180	23,7	2.501	27,2	4.442	48,2	30	0,3	56	0,6	9.209
1968/69	3.098	26,9	3.264	28,3	5.102	44,3	4	0	50	0,5	11.518
1970/71	3.439	27,2	3.355	26,6	5.757	45,6	12	0,1	68	0,5	12.631
1972/73	4.739	30,4	4.013	25,8	6.698	43,1	7	0	74	0,6	15.531
1974/75	5.562	34,9	3.758	23,6	6.482	40,7	41	0,2	101	0,6	15.944

Fonte: WACHOWICZ (1987, p. 232).

Com essa intensa ocupação, os caboclos passaram a ocupar terras cada vez mais distantes e que não despertaram tanto interesse dos recém-chegados, como as encostas.

À medida que cresce o número de migrantes *gaúchos* e catarinenses no Sudoeste, principalmente após a década de 1920, os caboclos vão abrindo *novas* áreas e trocando-as com os migrantes. Uma outra lógica começa a se estabelecer e ocorre a desagregação da economia cabocla, a terra de sobrevivência vai sendo transformada em terra de produção de mercadorias. A chegada dos migrantes sufoca a organização cabocla, pois o que se estabelece, a partir de então, é a produção mercantil, em que a terra torna-se o meio fundamental para sua obtenção. Portanto, o importante passa a ser a propriedade e não apenas o uso como meio de obtenção dos recursos de sobrevivência. (SANTOS, 2008, p. 43)

Assim, os caboclos, que até então ocupavam de maneira esparsa as terras do Sudoeste, são espacial e socialmente excluídos, o que faz com que muitas vezes a existência deles seja esquecida ou desconsiderada.

O Sudoeste já não é o mesmo, pois a partir da ocupação pelos imigrantes, as mudanças são facilmente percebidas nas casas, nas plantações, nos sotaques, nas fisionomias e nomes dos moradores, a maioria descendente de italianos, alemães e poloneses, vindos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses grupos migrantes estabelecem novas relações sociais e edificações no Sudoeste do Paraná. A produção do vinho e o cultivo do fumo, por exemplo, são realizadas no Sudoeste como resultado da territorialização desses migrantes, que estabelecem territorialidades com base em suas tradições e hábitos cotidianos.

Feres (s/d, p.500) afirma que, “além da revolução no regime de propriedade da terra, o colono revolucionou também o regime de ocupação e de exploração da terra, com a mentalidade européia que ele trazia do Sul.” A delimitação da propriedade, a concentração das terras e a produção em função de um mercado consumidor são sinais claros dessa mudança.

Wachowicz (1987), levantando os dados de 97.786 pessoas que casaram no Sudoeste, entre os anos de 1900 e 1975, verificou que destas, 31,4% eram paranaenses, 24,8% catarinenses, e 42,9 % gaúchos. Em comparação, os oriundos do estado de São Paulo foram equivalentes a 0,19%, de Minas Gerais, 0,11 %, da Bahia 0,03 % e 0,15%, estrangeiros.

Os migrantes que chegaram e ocuparam terras – adquiridas através de doações da CANGO ou de compra direta dos caboclos – por não possuírem o título de propriedade passaram a ser explorados por companhias privadas de colonização. A CITLA (Clevelândia Industrial Territorial Ltda.), a Comercial e a Apucarana, estabeleceram uma disputa com os posseiros a fim de receber pelas terras que, apesar de nenhuma das partes possuir título, já haviam sido ocupadas anteriormente à chegadas de companhias.

Ao ser divulgado, principalmente por políticos da oposição, que as ações das companhias eram ilegais, pois praticavam a “grilagem” apresentando documentos falsos, os posseiros negaram-se a pagar pelas terras. Diante da resistência dos posseiros, as companhias agiram contratando jagunços, homens armados, que utilizavam de violência para cobrar os moradores.

A insegurança e o medo atingiram as famílias da região. Sem a documentação das terras, eles estavam vulneráveis às ações das companhias. O processo arrastou-se na justiça por diversos anos; porém, após conflitos e resistências isoladas, os posseiros organizaram-se e, em 10 de outubro de 1957, ocuparam várias cidades e localidades do Sudoeste, entre elas

Francisco Beltrão, sede da CITLA, como mostra a foto 01, com a concentração de posseiros na praça Matriz. “Liderados pelo médico Walter Pecóits, comerciantes, membros da CANGO que, sob o acompanhamento e proteção do exército, ocupam a cidade, expulsam os jagunços e os grileiros, destroem a sede da companhia e queimam os documentos das companhias” (ALVES, 2008, p.85).

**Foto 01. Concentração de posseiros na praça Matriz de Francisco Beltrão, 1957.**



Fonte: Revolta dos Posseiros – Cinqüentenário, 2007.

Segundo Lazier (2003), após a expulsão dos grileiros e jagunços, a luta continua para transformar os posseiros em proprietários. Em 1961, o presidente Jânio Quadros declara ser de utilidade pública as terras das Glebas Missões e Chopim. E, em 1962, pelo Decreto n.51.431, o presidente João Goulart cria o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do

Paraná (GETSOP) com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários para a desapropriação. Foram regularizados e expedidos mais de 40.000 títulos de propriedade de terra, correspondentes a 59.936 lotes, sendo 30.970 títulos rurais e 12.413 títulos urbanos. O GETSOP:

Foi extinto em 1973, quando se concluíram as tarefas de desapropriação e legalização das propriedades. Os posseiros de outrora, agora são proprietários. É o Estado mediando a apropriação e produção territorial, intervindo diretamente na re-territorialização de indivíduos que condicionou a migrar. (SAQUET, 2006, p. 164)

Nesse processo, principalmente, é que se institui a propriedade privada da terra no Sudoeste. Há um reordenamento do território centrado nos princípios basilares da propriedade privada da terra.

Segundo Lazier (2003), o processo de ocupação do Sudoeste do Paraná teve três momentos significativos: a criação da CANGO, em 1943; a ação da CITLA, entre 1950 e 1957; e do GETSOP entre 1962 e 1973. Para Alves (2008), os desdobramentos dos episódios forneceram elementos que moldaram boa parte da identidade cultural, influenciando na formação das lideranças, propriedades, instituições e no imaginário popular.

Nesse sentido, a Revolta de 1957, como levante dos posseiros contra os agentes do capital representados pelas companhias exploradoras de terras, transformou-se num evento central da ocupação do Sudoeste, na medida em que adquiriu o caráter de símbolo da bravura dos pioneiros, contribuindo na construção de uma identidade regional. Porém, outros aspectos são importantes para compreender a importância da ocupação por migrantes descendentes de europeus na formação do atual território beltronense e suas conseqüentes territorialidades.

[...] a ocupação da Região do Sudoeste do Paraná, tendo em vista o seu momento histórico e determinados acontecimentos que marcaram aquela época, somados às características culturais dos principais grupos sociais que deram início à ocupação, resultou no aparecimento de um “modelo” muito peculiar de organização produtiva e de convívio social. Entendemos também que este “modelo” marcou a região sob vários aspectos, entre os quais a constituição de um capital patrimonial e cultural, o que se constituía de elementos constitutivos do território e que explica o processo de sua apropriação definitiva. (BONETI, 2005, p. 109)

A estrutura agrária estabelecida pode ser considerada uma das principais heranças da ocupação de gaúchos e catarinenses. Se, atualmente, o Sudoeste possui mais de 90% dos estabelecimentos com menos de 100 hectares e 65% deles abaixo de dez hectares (ALVES, 2008), deve-se à prática efetivada por meio da colonização nesta região, baseada na repartição

das terras feita no Rio Grande do Sul e Santa Catarina pelos migrantes europeus no decorrer do século XIX.

As características de povoamento são expressas na sua territorialização: pequenas propriedades; trabalho familiar; hábitos culturais dos descendentes de alemães, italianos e poloneses, como danças e comidas típicas (como a polenta); exclusão territorial etc. Enfim, um território que atende às necessidades de demandas de esgotamento/fracionamento/concentração nas terras do Rio Grande do Sul, geopolíticas e de uma urbanização/industrialização na região Sudeste do Brasil, ou seja, é definida em virtude de fatores econômicos, políticos e culturais, conforme se argumenta. (SANTOS, 2008, p.52)

A estrutura fundiária, os modelos de produção e os produtos cultivados no Sudoeste, como o milho, o feijão e o trigo e, em menor escala, a batata, o fumo e a uva, característicos dessa fase de ocupação dos gaúchos e catarinenses assim como a extração da erva-mate, foram modificados com a nova política agrária brasileira: a *modernização* da agricultura ocorrida a partir de 1960.

## **1.2 A *modernização* da agricultura e a expansão urbana**

Se, num primeiro momento de ocupação sistemática, a principal atividade econômica do Sudoeste era o extrativismo da erva-mate e a criação de suínos em áreas não delimitadas, a modificação dessa estrutura transformou tanto o espaço quanto as relações sociais que nele se estabeleceram.

A vinda de migrantes descendentes de europeus, a constituição de pequenas unidades agrícolas baseadas no trabalho familiar que visavam à comercialização dos produtos no mercado interno, transformaram a realidade do Sudoeste.

Entretanto, na década de 1960, ao mesmo tempo em que o Sudoeste vinha de uma ocupação recente e possuía a maior parte da sua população residindo na área rural e praticando atividades agropecuárias, outras partes do Brasil continuaram a se urbanizar e a se industrializar. Esse processo gerou a necessidade de aumentar a produção de alimentos no território nacional, tanto para consumo interno como para movimentar a economia através da exportação. Nessa fase, em que era necessário produzir mais e com menor custo, o uso da tecnologia começou a ser vista como uma solução para os problemas do campo e da cidade.

A *modernização* da agricultura tem sido uma expressão utilizada para indicar a incorporação de tecnologias ao processo produtivo. Nesse país, ela significa a utilização de máquinas, implementos mecânicos e insumos químicos, visando o aumento da produtividade para atender demandas

geradas por um processo de crescimento urbano-industrial. (SANTOS, 2008, p. 80)

As mudanças ocorridas no campo, em razão da *modernização* da agricultura, permitiram que muitas modificações no território pudessem ser explicadas, não apenas no rural, mas também no urbano, a partir dos processos decorrentes da relação e complementaridade entre ambos.

A *modernização* da agricultura significa uma mudança de ordem política, econômica e cultural que não atinge somente a produção mensurável, mas também as relações sociais, por isso sua repercussão é entendida como uma manifestação territorial. [...] O resultado dessas ações promove mudanças e/ou permanências no território. (SANTOS, 2008, p. 224)

Nesse movimento, no Sudoeste, em que se produziam diversos produtos para abastecer o mercado, passou-se a implementar a *modernização* da agricultura.

Entretanto, devido às especificidades apresentadas na ocupação do Sudoeste e também às características físicas como o relevo com declividade média entre 25 e 50% (SANTOS, 2008), a *modernização* da agricultura não aconteceu exatamente da mesma forma que em outras regiões do Brasil.

Santos (2008), ao estudar o processo de *modernização* da agricultura no Sudoeste do Paraná, dividiu o processo em duas fases. A primeira delas corresponde ao período entre 1960 e 1980, e compreende a regularização das propriedades privadas. “É sobre essas propriedades que se constrói o arcabouço teórico e prático para a introdução de uma forma específica de produção, baseada em técnicas modernas.” (SANTOS, 2008, p.116)

Nessa primeira fase, analisando os censos de 1970 e 1975 (tabela 01), podemos observar que mais de 95% dos estabelecimentos do Sudoeste possuíam menos de 50 hectares, sendo que em 1970 ocupavam cerca de 72% das áreas utilizadas para a agricultura e em 1975 aproximadamente 69%: era uma estrutura baseada na pequena propriedade usada para a agricultura familiar.

Esse processo, centrado em pequenas propriedades, na policultura, trabalho familiar e em pequenos agrupamentos, lentamente, gerou excedentes mercantis, a valorização das terras, subordinação de produtores diretos, a implantação de redes de comunicação e circulação, o crescimento de cidades, a expansão do urbano etc. São mudanças que ocorrem no *interior* da expansão territorial do MCP e seus aspectos culturais. (SAQUET, 2006, p.163)

Em Francisco Beltrão, no ano de 1970, podemos perceber, através dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, que mais de 96% dos estabelecimentos do município contavam com menos de 50 hectares, e os mesmos foram responsáveis por mais de 80% das

áreas destinadas à agricultura, mostrando parcialmente que o município compartilhou da formação que o Sudoeste teve, isto é, baseada na pequena propriedade de estrutura familiar.

**Tabela 01. Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná – número de estabelecimentos e área em hectares (ha) – 1970 e 1975.**

Estratos de área (ha)	1970		1975	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
Menos de 10	14.905	84.378	17.744	97.938
10 a menos de 20	10.882	155.544	11.245	160.645
20 a menos de 50	8.880	262.412	8.461	249.932
50 a menos de 200	1.616	123.318	1.787	164.491
200 a menos de 500	101	29.981	108	32.203
500 e mais	27	37.782	31	36.444
<b>Total</b>	<b>36.411</b>	<b>693.415</b>	<b>39.376</b>	<b>741.653</b>

Fonte: Censos de 1970 e 1975 – IBGE.

Em 1975, o número total de estabelecimentos de Francisco Beltrão diminuiu (-308), contudo a porcentagem de estabelecimentos com até 50 hectares manteve-se praticamente a mesma, apresentando pequena queda. Já a área total utilizada para a agricultura aumentou em mais de 4.100 hectares em relação a 1970, o que demonstra uma concentração de terras, ou seja, as áreas pertencentes a estabelecimentos com até 50 hectares passam de 80 a 69%.

Nesse mesmo período, como sinal da mecanização, foi possível perceber um aumento considerável no número de tratores utilizados na agricultura de Francisco Beltrão, passando de 18 em 1970, para 181 em 1975. (Censo agropecuário de 1970 e 1975 - IBGE)

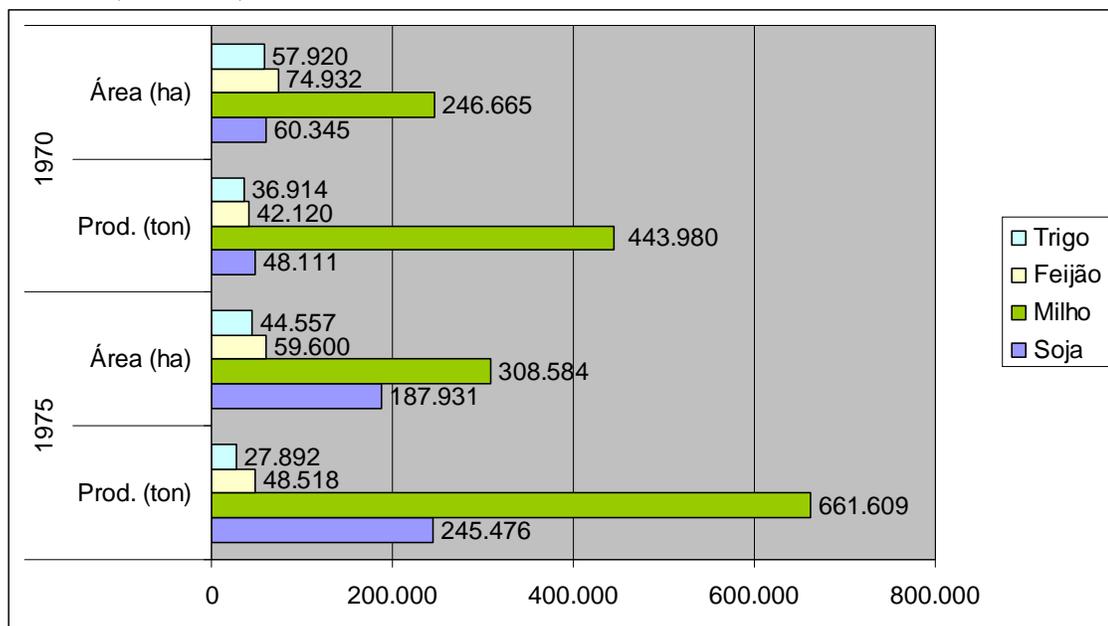
Outro dado fundamental para compreender a dimensão das transformações em razão das novas técnicas inseridas no espaço rural foi a grande mudança de produtos cultivados, conforme o gráfico 01.

O milho e, principalmente, a soja adquirem destaque com a implantação de tecnologias na agricultura; modificaram o cenário rural em pouco tempo e colocaram-se em evidência. A soja apresentou a maior diferença de produção, aumentou 211% a área cultivada, e 410% a quantidade colhida. O milho aumentou, todavia em menores proporções. O feijão, apesar de aumentar a quantidade colhida, e o trigo, que tem uma queda de 24% na produção, ambos perderam áreas cultivadas para o plantio de milho e soja.

O que se verifica, empiricamente, é que, nas áreas mais planas, são cultivados produtos que incorporam, de forma integral, o pacote tecnológico da *modernização* agrícola. [...] Nas áreas de topografia mais acidentada, os cultivos agrícolas são praticados, porém, utiliza-se o referido pacote de forma parcial, através do emprego de técnicas numa parcela da área total do estabelecimento agrícola. (SANTOS, 2008, p. 117)

Com a maior inserção dos produtores no mercado e, conseqüentemente, na produção capitalista proporcionada pela mecanização agrícola, iniciou-se a segunda fase, que se deu a partir da década de 1980, quando se consolidou a *modernização* agrícola.

**Gráfico 01. Variação da produção e da área cultivada dos principais produtos agrícolas no Sudoeste (1970-1975)**



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1970 e 1975.

Comparando os censos realizados em 1970 e 1980 (tabelas 01 e 02), é possível percebermos que os maiores aumentos deram-se em relação aos menores e aos maiores estabelecimentos. Os estabelecimentos de até 10 hectares aumentaram cerca de 48% e a área teve um aumento de 36%. Já os estabelecimentos acima de 500 hectares aumentaram em 59% e a área, quase 37%. Dessa forma, tudo indica que houve uma fragmentação de pequenos estabelecimentos e concentração de terras nas mãos de poucos.

Na segunda fase da modernização, entre 1980 e 1995/96, percebemos um processo inverso quanto à quantidade de áreas utilizadas na agricultura, assim como a diminuição do número de estabelecimentos, sendo mais de seis mil desses estabelecimentos incorporados a outros. Apesar desse sinal da concentração da terra, os pequenos estabelecimentos continuaram a ser maioria no Sudoeste (1995/96), pois mais de 94% possuíam menos de 50 hectares, conforme já mencionamos.

**Tabela 02. Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná – número de estabelecimentos e área em hectares (ha) – 1980, 1985 e 1995/96.**

Estratos de área (há)	1980		1985		1995/96	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Menos de 10	22.119	114.720	21.738	115.222	15.972	89.226
10 a menos de 20	12.036	172.151	11.652	166.136	10.270	147.518
20 a menos de 50	7.968	235.754	7.403	217.315	6.865	204.086
50 a menos de 200	1.770	146.414	1.707	141.393	1.792	152.396
200 a menos de 500	122	36.381	164	47.346	219	65.182
500 e mais	43	51.683	35	38.423	46	40.790
<b>Total</b>	<b>44.058</b>	<b>757.103</b>	<b>42.699</b>	<b>725.835</b>	<b>35.164</b>	<b>699.198</b>

Fonte: Censos Agropecuários – IBGE.

Os dados da estrutura fundiária do Sudoeste, entre 1970 e 1995/96, mostram-nos que, apesar de haver transformações na estrutura fundiária, não houve o término e nem a relativização dos pequenos estabelecimentos; pelo contrário, estes ainda são maioria no Sudoeste, revelando uma das marcas da colonização efetiva realizada no pós-1940.

Em Francisco Beltrão, as transformações seguiram o ritmo da região em que está inserido, porém, devemos analisar quando e com que intensidade aconteceram as transformações na estrutura fundiária do município. (Tabela 03.)

Comparando os dados de 1970 e 1975, percebemos que mais de 12% dos estabelecimentos com até 50 hectares deixaram de existir; já os estabelecimentos acima de 50 hectares aumentaram cerca de 36%, com quase 70% de aumento da área. Esses fatos devem-se tanto à compra de pequenas parcelas de terra por grandes proprietários, quanto pelas áreas de florestas que foram incorporadas à lógica agrícola e pecuária.

Se compararmos os dados dos censos de 1970 e 1995/96, notamos que o número de estabelecimentos de até 50 hectares diminuiu mais de 15%, e sua área correspondente, 25%, com destaque para o estrato de 20 a 50 hectares, em que houve uma diminuição de 35% na área total dos estabelecimentos e de 33% no número de estabelecimentos. No sentido contrário, a quantidade de estabelecimentos acima de 50 hectares aumentou em 20%, registrando também um aumento de 57% na área correspondente a esse estrato.

No estrato de 50 a 200 hectares, houve um aumento de 30% na área total dos estabelecimentos, o que demonstra a concentração de terras. Se, em 1970, a área média de uma propriedade era de 72 hectares, em 1995/96, passou a ser de 84 hectares. Já no estrato de terras acima de 200 hectares, a área média dos estabelecimentos passa de 497 hectares, em 1970, para 425, em 1995/96, porque aumenta significativamente o número de estabelecimentos de 9 para 22.

**Tabela 03. Estrutura fundiária de Francisco Beltrão – número de estabelecimentos e área em hectares (ha) – 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.**

ÁREA	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Estab.	Área								
0 a 10	1.193	6.373	1.038	6.122	1.180	6.610	1.179	6.899	1.077	6.636
10 a 20	916	13.552	860	12.699	973	14.343	988	14.412	976	14.290
20 a 50	1.151	34.509	1.007	30.514	950	28.626	900	26.700	771	22.401
50 a 200	123	8.871	166	13.032	158	12.530	137	11.774	137	11.592
Acima de 200	9	4.475	13	9.573	10	5.805	10	4.200	22	9.359
<b>TOTAL</b>	<b>3.392</b>	<b>67.780</b>	<b>3.084</b>	<b>71.940</b>	<b>3.271</b>	<b>67.914</b>	<b>3.214</b>	<b>63.985</b>	<b>2.983</b>	<b>64.278</b>

Fonte: Censos Agropecuários – IBGE.

O número de tratores em Francisco Beltrão, que apresentou um aumento de 1.000% entre 1970 e 1975 continuou aumentando nos anos seguintes, porém em ritmo relativamente menor, visto que, entre 1975 e 1980, o aumento foi de pouco mais de 90%. Entre 1980 e 1985, o aumento foi ainda menor; apenas 5% (de 346 tratores, passou para 364). Em 1995/96, o número de tratores era de 430, o que significa um aumento de cerca de 2.300% em 25 anos.

A *modernização* da agricultura, ao passo que inseriu diversos maquinários no campo, que facilitaram e agilizaram a produção, assumiu uma relação direta com o êxodo rural, pois o trabalho de muitos agricultores foi substituído por máquinas. Alguns agricultores migraram para o espaço urbano do próprio município ou para as cidades vizinhas, contudo foi grande também o fluxo para ocupar as terras do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre e Rondônia.

Nas décadas de 1980 e 1990, quando a *modernização* agrícola torna-se mais presente no Sudoeste, há uma grande variação na ocupação dos espaços urbanos e rurais; em 1995, já era maior o número de pessoas que residiam nas cidades do que no rural. (gráfico 02)

É importante notar que a distinção do espaço em urbano e rural fundamenta-se na divisão social do trabalho, visto que cada espaço possui diferentes funções, definidas pela sociedade que dele se apodera. A divisão do trabalho provoca a separação, mas também a conjugação, a complementaridade. “Essa maior mobilidade altera a tradicional separação entre os papéis urbanos e rurais e entre os conteúdos sociais e culturais dos espaços da cidade e do campo, ampliando a sensação de indefinição, superposição e amálgama entre eles.” (SPOSITO, 2006, p.127)

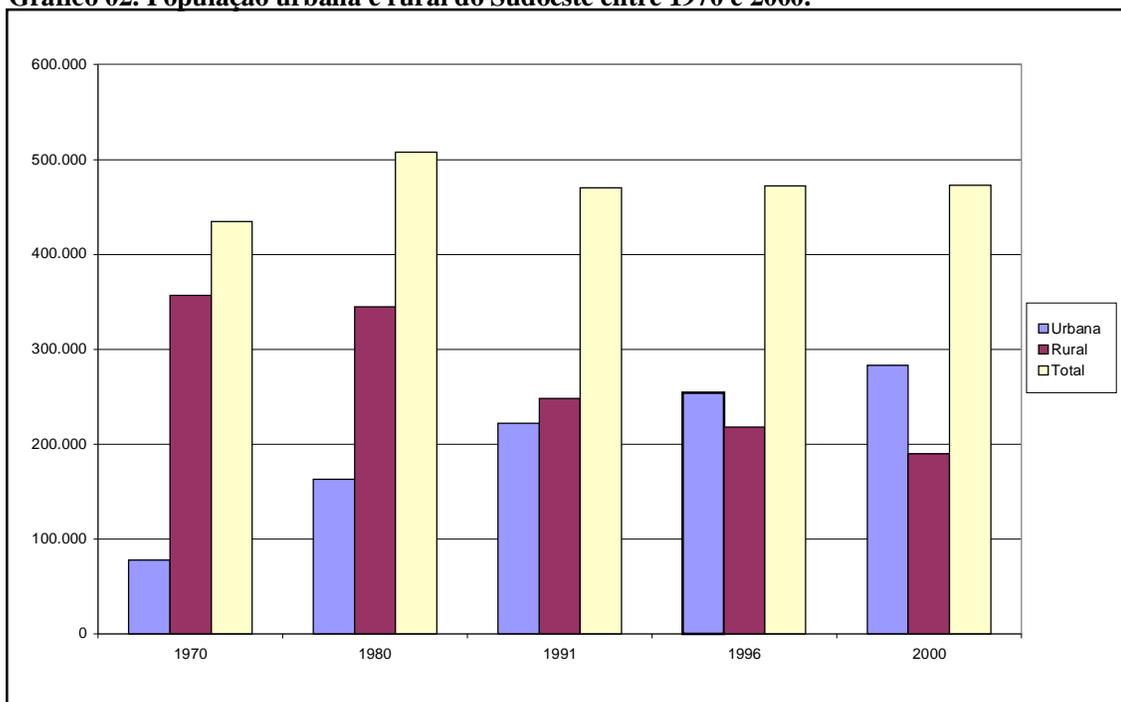
As contradições existentes entre os espaços urbano e rural têm sido intensamente discutidas tanto nas ciências geográficas quanto nas ciências econômicas, sociológicas, entre outras. Alguns pesquisadores apontam para o fim dessas contradições, através das quais, o rural seria incorporado ao urbano, outros percebem as modificações ocorridas no rural como a

maior inserção na lógica competitiva do capitalismo, porém, sem que este perca suas especificidades.

Ao falarmos de espaço, seja urbano ou rural, é sempre necessário reforçar que este apresenta especificidades, decorrentes de sua construção histórica, e daí ainda que se possa falar de mudanças, diversificação e modernização (de múltiplas ordens, na introdução de inovações tecnológicas, nas formas e relação de produção, nas relações de trabalho, e desenvolvimento das forças produtivas etc.), em uma perspectiva geral, é no plano singular que devemos mostrar as diferenças. Portanto, o que temos são novos elementos que resultam de transformações históricas no processo de produção do espaço. (BERNARDELLI, 2006, p. 46)

Há questões que permitem ainda identificar as permanências ou continuidades nesses espaços, ou seja, aquilo que ainda é característico e remete a pensar o urbano e o rural como espaços complementares, porém desiguais. A densidade demográfica, a relação com a terra e com a natureza e as temporalidades são alguns elementos que nos permitem diferenciar os espaços urbano e rural.

**Gráfico 02. População urbana e rural do Sudoeste entre 1970 e 2000.**



Fonte: IBGE - Censos demográficos.

O urbano é o espaço que concentra pessoas, serviços, produtos, capital. Por acumular essas funções atrai cada vez mais pessoas. “O urbano se expande, porque exerce atração sobre as pessoas em virtude das funções que concentra, e também porque recebe os egressos do

campo expulsos pela lógica expropriatória do modo de produção. E ao se expandir, concentra pessoas e funções.” (BAGLI, 2006, p. 99)

A relação construída entre os habitantes do rural e do urbano com a terra e a natureza é diferente. No rural, apesar da inserção das tecnologias, do desmatamento e de outros descuidos com o meio ambiente “a temporalidade do capital não suprime a temporalidade natural.” (BAGLI, 2006, p. 85) O contato com a terra e a relação construída entre os habitantes do rural refere-se à importância que aquela tem como fonte para a produção, fonte de vida. Já os habitantes do urbano vêem a terra como um substrato onde tudo acontece.

Na relação espaço-tempo, percebemos que as relações do urbano são envolvidas por um tempo mecânico, pela facilidade da mobilidade, característicos de um tempo mais rápido. Já no rural, as relações cotidianas são construídas em um tempo mais lento, mesmo com a interferência da lógica capitalista. “Se há diferencialidades nas expressões e percepções das escalas de mudanças, se o tempo é sentido e percebido de maneira diferenciada, as pessoas que habitam esses espaços constroem modos de vida dessemelhantes.” (BAGLI, 2006, p. 83).

São essas diferenças, essas contradições que fazem com que urbano e rural sejam partes do todo. Segundo Saquet (2006), a produção do espaço urbano ocorre interligada ao rural, como um movimento de totalidade e unidade dialética, com reciprocidade e complementaridade entre os dois.

Conforme aumenta a concentração de pessoas e funções, o cotidiano urbano acelera-se, intensifica-se, podendo conter maiores contradições em relação ao rural. No Sudoeste, as contradições entre o urbano e o rural existem, são importantes e marcantes, porém, em geral, os centros urbanos possuem uma ligação mais íntima com o espaço rural de cada município, por se caracterizar por pequenas cidades, onde os papéis desempenhados são dotados de um baixo nível de complexidade (SAQUET, 2006).

Os maiores municípios do Sudoeste em números populacionais, Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos já possuem maior complexidade urbana, proporcionada pela concentração e diversificação de papéis em nível regional. Esse processo de urbanização intensificou-se na década de 1980, porém, as relações de caráter mais urbano efetivaram-se principalmente na década de 1990. (Tabela 04)

Analisando o processo de urbanização, é fundamental considerarmos também a industrialização, visto que, na grande maioria dos casos existe uma relação entre a urbanização e o aumento da industrialização no município.

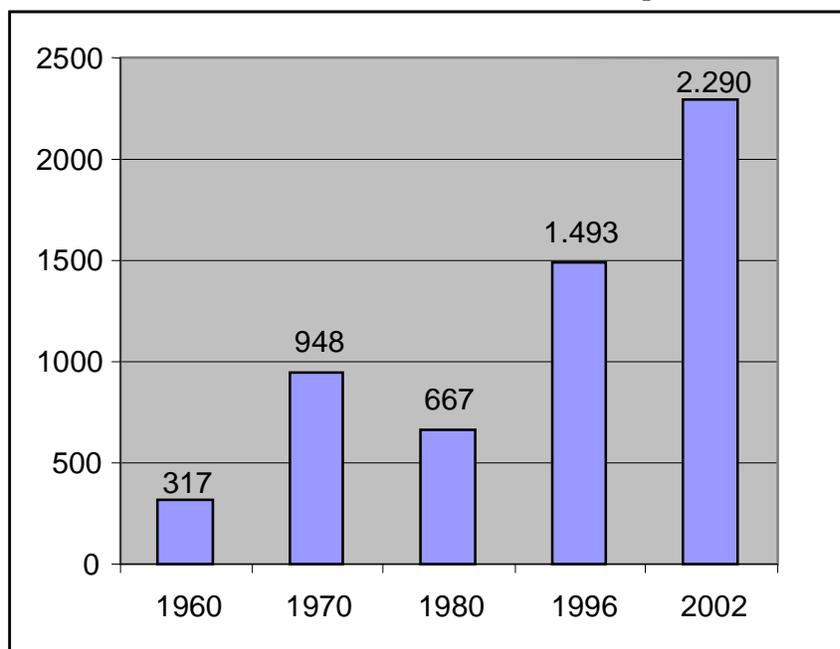
**Tabela 04. População urbana e rural dos maiores municípios do Sudoeste**

Censo	Dois Vizinhos			Francisco Beltrão			Pato Branco		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
1970	4.149	33.004	37.153	13.413	23.394	36.807	15.420	18.388	33.808
1980	12.286	30.186	42.472	28.289	20.473	48.762	31.470	14.467	45.937
1991	22.202	18.065	40.267	45.622	15.650	61.272	43.406	12.269	55.675
1996	21.669	10.415	32.084	52.031	13.699	65.730	48.921	8.829	57.750
2000	22.382	9.604	31.986	54.831	12.301	67.132	56.805	5.429	62.234

Fonte: IBGE – Censos demográficos.

No Sudoeste, havia 317 indústrias em 1960 (gráfico 03), aumentando até o ano de 1970 praticamente 200%. Porém, se analisarmos a variação entre 1960 e o ano de 2002, o aumento no número de indústrias atingiu mais de 620%, o que demonstra a industrialização dispersa em toda região.

**Gráfico 03. Número de indústrias do Sudoeste paranaense**



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Saquet (2006), realizando uma análise entre o urbano e o rural no Sudoeste do Paraná, constata que, no período entre 1970 e 1980, aumentou 173% o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos industriais de Francisco Beltrão, com aumento pequeno na quantidade de estabelecimentos, 16%. No período entre 1980 e 2003, o aumento no número de estabelecimentos foi de 237% e de 171% no número de pessoas ocupadas no município. Há um processo de intensificação da industrialização em Francisco Beltrão e também da

quantidade de mão-de-obra empregada na cidade; muitos desses trabalhadores vêm do campo, deslocados pela implementação da mecanização agrícola.

Ainda conforme Saquet (2006), no ano de 2003, existiam 2.172 estabelecimentos mercantis em Francisco Beltrão:

Destes, 20 unidades comerciais localizadas na cidade, revendiam produtos veterinários; 9, adubos e defensivos; 12 comercializavam produtos agropecuários diversos! Além desses, havia 112 bares, 83 lanchonetes, 109 mercearias, 31 supermercados, 41 restaurantes, entre outros, que davam uma complexidade social importante na cidade e na economia regional, constituindo redes diversas, conferindo uma centralidade à cidade de Francisco Beltrão. (p.177)

No mês de setembro de 2008, existiam, segundo os dados do Departamento de Tributação de Francisco Beltrão, 347 indústrias e 6.583 funcionários contratados (quadro 02). Já no comércio varejista, existiam, na mesma data, 2.817 empresas e 6.110 pessoas empregadas e, no comércio atacadista, 109 empresas com 358 funcionários. Esses dados demonstram a importância que os setores industriais e de serviços alcançaram na economia beltronense, gerando mais de 13.000 empregos diretos.

**Quadro 02. Indústrias de Francisco Beltrão em setembro de 2008.**

SETOR	EMPRESAS	EMPREGADOS
Alimentos (carnes e subprodutos, laticínios, etc)	52	3.325
Madeira/móveis	53	632
Metalúrgica	93	584
Têxtil/couro	54	923
Veículos, máquinas, aparelhos e implementos	16	259
Outros	79	860
Total	347	6.583

Fonte: Departamento de Tributação de Francisco Beltrão, set/2008.

Nesse processo de modernização do campo e da cidade, o número de empregos diminui no primeiro e aumenta na segunda, fazendo com que uma grande parte da população se desloque para trabalhar na cidade em busca de melhores condições de vida. Analisando os dados dos Censos de Francisco Beltrão, é possível percebermos que a população rural diminui aproximadamente 47% entre 1970 e 2000, ao mesmo tempo em que a população urbana aumentou 308% (tabela 04). Esse “esvaziamento” pode ser explicado através do crescimento urbano e da possibilidade de emprego e de estudo na cidade, da *modernização* da agricultura e da diminuição de pessoas envolvidas nas atividades agrícolas e também pela possibilidade dos agricultores residirem nas cidades e continuarem com suas atividades no campo.

As pessoas que deixam o espaço rural para residirem no urbano trazem consigo hábitos construídos em outra dinâmica espacial, que são mantidos apesar do ritmo das cidades, e se manifestam através de características como a alimentação, trabalhos manuais, cultivo de hortaliças e frutas, entre outros; são formas importantes da relação entre urbanidades e ruralidades. “Esses agente sociais aproximam (e distanciam em determinadas situações) o rural do urbano e vice-versa, fazendo com que haja uma manifestação do urbano no rural e do rural no urbano.” (SAQUET, 2006, p. 179)

Outro exemplo de interação é o turismo no espaço rural, que vem se propagando cada vez mais em Francisco Beltrão, justamente em razão das pessoas da cidade buscarem o descanso e o tempo lento do rural nos feriados e fins de semana (foto 02). Os produtos artesanais, a paisagem e o contato com a “natureza” através do lazer em ambientes naturais são os principais atrativos dos estabelecimentos rurais do município.

Foto 02. Recanto Renascer – Francisco Beltrão



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

O *novo rural*, defendido por Silva e Del Grossi (2002), no qual atividades não-agrícolas são instaladas, ocupando mão-de-obra é uma consequência das novas relações

estabelecidas entre o urbano e o rural, que modificam o panorama de ambos, mas principalmente do rural, gerando a impressão de que o rural está tornando-se urbano, pela quantidade de urbanidades presentes no espaço reservado anteriormente à agropecuária.

O rural, durante muito tempo, foi considerado antiquado, ultrapassado, e as pessoas que residiam nele recebiam denominações pejorativas como ignorantes. Porém, com a aceleração do tempo nas cidades, o rural passa a ser visto como uma alternativa de fuga da agitação urbana, oferecendo o tempo mais lento, o contato com a natureza, alimentos e culturas diferentes.

Esse movimento de busca do campo para a prática de lazer foi criado a partir do interesse espacial despertado pelo sistema capitalista, apropriando-se espacialmente das paisagens, a princípio com o discurso de promover o desenvolvimento do espaço rural e melhoria de qualidade de vida dos agricultores, entretanto, a transformação das paisagens e manifestações culturais em mercadoria, muitas vezes, causa o uso inadequado dos espaços “naturais”, causando degradação e abandono das práticas agrícolas em favor da atividade turística.

Acontecendo isso, o turismo rural, de alternativa complementar de renda, torna-se a atividade principal, e, ao invés de contribuir para a diversificação das atividades agropecuárias e para manutenção das famílias no campo, reduz as atividades somente para aquelas que, de alguma forma, são interessantes para o turista, e pode transformar os agricultores em empresários do setor turístico. (CANDIOTTO, 2008, p. 215)

As críticas principais à atividade turística no espaço rural dão-se em razão do seu processo de implantação, por fazer parte da lógica capitalista e utilizar-se de discursos que não demonstram suas reais intencionalidades. “[...] a própria lógica do mercado, pautada na maximização constante de lucros, na competitividade, na profissionalização e no individualismo, não combina com as características econômicas e socioculturais dos agricultores familiares”. (CANDIOTTO, 2008, p. 216)

Existem tentativas em tornar o turismo rural uma atividade complementar para as famílias, buscando uma atividade que não provoque um impacto social, econômico e natural tão relativo. Como ressalta Candiotto (2008, p.219):

Acreditamos ser importante buscar alternativas de turismo que tenham como objetivo as comunidades receptoras e a conservação ambiental, porém a lógica do sistema capitalista, regida por um mercado globalizado, concentrador e cada vez mais poderoso frente aos lugares, dificulta/impossibilita a operacionalização de experiências que realmente busquem minimizar as desigualdades sociais, conservar os ecossistemas, e possibilitar a autonomia das populações locais.

Para que não haja a diminuição da importância das características do espaço rural, mesmo com a modernização da agricultura e com a instalação de atividades não-agrícolas como o turismo, é necessário sua valorização e definição de políticas públicas que proporcionem a manutenção do homem no campo para que ele possa conservar suas atividades e seu modo de vida sem migrar para a cidade. Portanto, as transformações do campo estão vinculadas às transformações da cidade e vice-versa.

A partir desse exemplo, concluímos que, para entendermos a territorialização e as territorialidades de Francisco Beltrão, precisamos compreender que as transformações ocorridas no rural de Francisco Beltrão e do Sudoeste do Paraná não estavam desvinculadas dos processos urbanos e de verticalidades, e que estes devem ser vistos como totalidades, espaços que se completam, territórios que se imbricam e deixam marcas, registros que nos remete a essa formação.

A produção do espaço de Francisco Beltrão, tanto urbano como rural, gerou um patrimônio territorial (material e imaterial), resultado dos múltiplos processos envolvidos na sua formação, ligados, por exemplo, aos movimentos sociais, à estrutura fundiária, ao trabalho familiar e aos traços identitários como uma herança cultural, transmitida e modificada por um grupo social e que precisam ser analisados e valorizados como marcas da ocupação e formação do território em questão.

## 2. A VALORIZAÇÃO MULTIDIMENSIONAL E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

### 2.1 A abordagem territorial

A opção pela abordagem territorial dá-se porque o território, como um conceito que “permite compreender de que forma as singularidades do lugar são estruturadas e como atuam sobre os ritmos de desenvolvimento” (SANTOS, 2008, p. 222), facilita o estudo multidimensional de Francisco Beltrão e a definição de subsídios para o desenvolvimento territorial, compreendendo o território não apenas pelos aspectos econômicos e políticos, mas também naturais e culturais. É uma abordagem ampla que tem um caráter político e operativo.

No primeiro capítulo, identificamos como algumas das singularidades foram constituídas, analisando o processo histórico através do qual o município de Francisco Beltrão foi formado e a dinâmica que o envolve. Neste capítulo, destacamos os conceitos que são fundamentais no embasamento teórico da pesquisa, iniciando pelo que fundamenta, define e delimita a pesquisa, ou seja, a abordagem territorial.

O conceito de território teve momentos de maior e de menor expressividade na geografia, passando por diversas abordagens, de acordo com o método utilizado pelos pesquisadores, inclusive em outras ciências, sociais e naturais.

Na geografia, o território foi utilizado primeiramente por Friedrich Ratzel, um dos cientistas da *escola* alemã, quando criou uma série de conceitos para explicar o que denominou de geografia política e antropogeografia.

Segundo Valverde (2004), para Ratzel, o território é a expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo e do povo, na qual se organiza a sociedade. Sua territorialidade, associada a uma identidade específica, presume não existir subdivisões ou contradições internas a um Estado determinado, fixo no tempo e no espaço, características que só podem ser modificadas sob o uso da força.

As *escolas* que, posteriormente, criaram suas geografias políticas seguiram o fundamento da geografia política alemã e não contestaram o fato de o Estado ser apresentado como único detentor do poder.

A partir da década de 1950, com o surgimento de novos pesquisadores, renovam-se as discussões da geografia e do território. Nesse movimento, Raffestin (1993) é um dos pioneiros e entende o poder como multidimensional: a atuação do Estado acontece ao mesmo

tempo, com outras relações de poder, na mesma sociedade, incluindo práticas e relações cotidianas e os poderes nelas envolvido. Assim, as relações capitalistas passam a ser vistas como determinantes no processo de territorialização. A cultura e a natureza foram, durante muito tempo, esquecidas, justificando as dificuldades encontradas para trabalhar a dimensão cultural a partir de uma abordagem territorial renovada e mais completa.

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva. (HAESBAERT, 1997, p. 41)

No Brasil, um dos pesquisadores que abordam o território diante nas suas várias dimensões, incluindo a cultural, é Rogério Haesbaert (1997), que abordou três vertentes principais: 1) jurídico-política, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado por um determinado poder; 2) cultural(ista), que enfoca a subjetividade na formação do território através do simbólico, do imaginário e da identidade social e; 3) econômica, que destaca a perspectiva material, a relação capital-trabalho-espaço.

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede. (HAESBAERT, 1997, p. 38).

Posteriormente, Haesbaert (2004a) acrescenta também a visão naturalista, que serviria de base para a compreensão do território através das relações entre sociedade e natureza.

A abordagem territorial permite entender que Francisco Beltrão, como território, constituiu-se com base nas relações políticas, econômicas e culturais dos agentes sociais locais, mas também dos agentes extra-locais que, na relação local-global, interferem no tempo e no espaço. Entretanto, no espaço está contido uma quarta dimensão a ser considerada em todos os processos: a natureza. Dessa forma, concordamos com a afirmação de Saquet (2007), de que o território é formado pelas dimensões E-P-C-N.

O território é produto histórico e condição de processos sociais, com formas e territorialidades, interações entre a sociedade e a natureza; tem um caráter político muito forte, em direção à constituição da sociedade local, articulada, mas com a capacidade de autogestão, valorizando a natureza, a ajuda mútua, o pequeno comércio, a autonomia, o trabalho manual do agricultor, os saberes populares, a cooperação, os marginalizados, o patrimônio cultural-identitário, a biodiversidade, as microempresas, enfim, a vida. (SAQUET, 2007, p.117)

Segundo Saquet (2007), o território e o espaço são ligados e indissociáveis. Nesse contexto, o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder exercidas por determinados grupos ou classes sociais. Já as territorialidades são o resultado, as condicionantes e as caracterizadoras da territorialização.

Quando falamos em tempo, referimo-nos tanto ao tempo histórico, que explica o território como um produto constituído historicamente, quanto ao tempo das coexistências, que representa o tempo do cotidiano, dos acontecimentos presentes. O tempo histórico e o tempo coexistente estão em unidade no território, são o da cronologia e o da sucessão e das relações sociais transescalares.

Santos (1996), utilizando o evento como uma categoria de análise, demonstra a importância da combinação da ordem temporal com a ordem espacial para que o evento se realize, pois “a cada novo acontecer as coisas preexistentes mudam o seu conteúdo e também mudam sua significação.” (p. 146)

O espaço, dinâmico e relacional, é constituído pelo ambiente físico e também pela sociedade, evidenciando as relações existentes entre os homens e destes com o meio. Assim, os espaços geográficos são formados pelo acúmulo dos diversos tempos, dos diversos acontecimentos, organizações e sociedades neles já existentes.

A produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade. A relação social cria ou determina uma interpretação do espaço. “São as singularidades espaciais que caracterizam os diversos ritmos territoriais. Essas, por sua vez, são resultantes de um tempo histórico e de um tempo de coexistências [...]” (SANTOS, 2008, p.222)

Para Raffestin (1993), o território é o espaço onde se projeta um trabalho que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder, as quais transformam o espaço em território.

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as reterritorialidades. (SAQUET, 2007, p.127)

Assim, o território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, todavia não apenas com o tradicional “poder político” ligado ao Estado. Ele diz respeito tanto ao poder, no seu sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder, no sentido mais simbólico, de apropriação.

Outra compreensão possível nessa abordagem, baseada em Raffestin (1993), Saquet (2007) e Haesbaert (1997), é a presença de interfaces entre diversos territórios imbricados e que, simultaneamente, coexistem no mesmo ou em diferentes espaços, fundamentados em relações de poder que envolvem as diversas dimensões territoriais (E-P-C-N).

A princípio, o território era visto como um espaço delimitado, conhecido como território-zona, resultante de fronteiras estabelecidas e de um poder único, como o Estado. Porém, atualmente, fala-se em território-rede (HAESBAERT, 1997), que qualifica a existência das relações e de nós, que são os espaços de concentração de pessoas, serviços, indústrias etc., ligados através de redes, formando malhas, ao invés de territórios fechados. Este “sistema territorial” foi bem trabalhado por Raffestin (1993) em seu clássico sobre o território e as relações de poder.

A possibilidade de ligar vários territórios através de redes (estradas, internet, telefonia, linhas aéreas, entre outros) abre a discussão sobre a multiterritorialidade, um fenômeno proporcionado pela condição moderna, que faz com que o tempo “passe” cada vez mais rápido, e o deslocamento e a interação entre os diversos lugares seja cada vez mais rápido e acessível a maior número de pessoas. Através desse fenômeno, o contato com outros territórios e outras territorialidades é facilitada e múltipla: vivemos relações plurais.

Para Haesbaert (2004a), a multiterritorialidade pode dar-se através da mobilidade concreta ou virtual, e implica a “possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios” (p. 343), ou seja, de experimentar vários territórios ao mesmo tempo.

Da mesma forma que compreendemos a multiterritorialidade, como interferência e vivência múltipla, podemos dizer que o global e o local são dialeticamente interligados, pois, segundo Santos (2005), o local carrega consigo manifestações de outras escalas geográficas que o levam até o global. Entretanto, mesmo contendo essas características globais, o lugar não perde suas particularidades, permanecendo único, sem a relativização das suas características sociais e naturais.

É nesse sentido que nos propomos a pensar que o território não é apenas material, concreto, é também imaterial, simbólico e identitário. Definido através dos processos materiais que determinam o agir social, o imaterial está contido no território e na territorialidade.

[...] cada território se constrói por uma combinação e imbricação única de múltiplas relações de poder, do mais material e funcional, ligado a interesses econômicos e políticos, ao poder mais simbólico e expressivo, ligado às relações de ordem mais estritamente cultural. (ARAUJO E HAESBAERT, 2007, p. 103)

Se o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por relações de poder em suas múltiplas dimensões, temos que levar em conta a carga histórico-cultural também pertencente a este ator que territorializa o espaço. A territorialidade refere-se, justamente, às relações entre ator, ou grupo social, e seu meio de referência, expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir em um dado espaço geográfico.

A territorialidade não é o resultado do comportamento humano sobre o território, mas o processo de construção de tais comportamentos, o conjunto das práticas e dos conhecimentos dos homens em relação à realidade material, a soma das relações estabelecidas por um sujeito com o território (a exterioridade) e com os outros sujeitos (a alteridade). (DEMATTEIS, 2008, p. 34)

Saquet (2003, p. 26) também aponta a dimensão subjetiva do território e da territorialidade, entendendo-a como “o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, da família etc., resultado e condição do processo de produção de cada território, cada lugar.” Utiliza o termo (i)material para a combinação de fatores materiais e imateriais que se efetiva no território.

Quando nos propomos a pensar a valorização multidimensional do território de Francisco Beltrão, percebemos que é importante trabalhar em conjunto o conceito de território e o de paisagem, o que possibilita compreender a construção social e natural do município.

Como paisagem, entendemos o material, o visível, que recebe diversas interpretações, pois ao ser captada por cada indivíduo é influenciada pelos seus valores emocionais e culturais; assim, a mesma paisagem pode ter sentidos diferentes para cada pessoa.

Para Gambi (1961, apud SAQUET, 2007), a paisagem é construída pelo homem historicamente e contém elementos visíveis (materiais). Entretanto, mesmo sendo resultado de processos que se materializam no espaço, corresponde a uma manifestação superficial da realidade territorial e, por isso, precisa ser trabalhada com outros conceitos como o de território. “[...] a paisagem é a vestimenta histórica do território, mas este e as mudanças diacrônicas nele inscritas permanecem, como dados, incorporados no tecido territorial” (TURRI, 2002, p. 08, apud Saquet, 2007)

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual (SANTOS, 1996, p.86).

Portanto, a paisagem de determinado espaço resulta da sua dinâmica, da sua ocupação e da maneira como os elementos naturais e sociais desenvolvem-se e organizam-se como um conjunto, estando, portanto, em frequente transformação.

Saquet (2007) compreende a relação existente entre a paisagem e o território como resultante do mesmo movimento de apropriação e produção socioespacial, realizando-se um em relação ao outro.

O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível visível e percebido deste processo. O território é chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e superpostos, gerando diferentes paisagens. Há, no território: identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade; natureza e sociedade; um processo histórico com definições territoriais específicas para cada organização social e o aparente, que corresponde à paisagem. (SAQUET, 2007, p.142)

No território, a formação da identidade também é inerente à ocupação e apropriação social e caracteriza-se por ser um conjunto de elementos (i)materiais, construído historicamente por um grupo social que confere singularidade ao território e unidade entre os sujeitos locais. “A identidade tem sido tratada de diferentes maneiras em estudos do território, especialmente, como continuidades histórico-culturais, simbólicas, inerentes à vida de certo grupo social em um determinado lugar”. (SAQUET, 2007, p.147)

Magnaghi (2000, apud SAQUET, 2007) define o conceito de identidade como um código genético local, material e cognitivo. Considera a identidade um produto social da territorialização, e constituinte do patrimônio territorial de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente.

A identidade é construída subjetivamente, baseada nas representações, nos discursos, nos sistemas de classificações simbólicas, embora não seja algo puramente subjetivo e não se restrinja à “textualidade” e ao “simbólico”. Ela não é uma construção puramente imaginária que despreza a realidade material e objetiva das experiências e das práticas sociais como muitos afirmam, e nem tampouco é algo materialmente dado, objetivo, uma essência imutável, fixa e definitiva. (ARAUJO e HAESBAERT, 2007, p. 98-99)

A formação do território de Francisco Beltrão demonstra como se territorializa a (i)materialidade através das características sociais trazidas pelos migrantes e presentes nas manifestações culturais como festas, danças, culinária, linguagem, arquitetura, monumentos, técnicas e produtos agrícolas, saberes populares entre outras.

Na ocupação do Sudoeste, intensificada a partir de 1943, os descendentes de migrantes italianos, alemães e poloneses reproduziram seu modo de vida, formas de cultivo, aspectos políticos e culturais, constituindo um novo território.

A identidade de certo grupo social está sempre em formação assim como sua cultura, sua história. “A construção da identidade social, ao contrário da interpretação do senso comum que enfatiza sua aparente estabilidade e longevidade, é sempre dinâmica, está sempre em curso [...]” (ARAUJO e HAESBAERT, 2007, p. 42) Porém, os elementos passados não são apagados, servem de base para compreensão futura, para a continuidade histórica.

## **2.2 Cultura, patrimônio e identidade: a necessidade de valorização**

A cultura é representada pelo patrimônio, material e imaterial, que carrega os símbolos e a identidade de determinada sociedade. Para que possamos compreender a necessidade de valorização dos territórios, é necessário refletir sobre a cultura, o patrimônio e, principalmente, sobre a identidade.

Como cultura podemos compreender a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto de que fazem parte. A cultura é a herança transmitida de uma geração a outra. (CLAVAL, 2001)

Todos os povos têm uma cultura transmitida através do tempo. Mitos, lendas, costumes, crenças religiosas, sistemas jurídicos e valores étnicos refletem as formas de agir, sentir e pensar de um grupo social e compõem seu patrimônio cultural. A cultura é, portanto, derivada de componentes da existência humana, ou seja, fatores ambientais, psicológicos, sociológicos e históricos, que contribuem para compor a identidade de uma sociedade.

Os grupos configuram sua existência através da ocupação de um lugar, de um campo espacial próprio. Ali, marcam-se regras, normas de comportamento, vestuário, linguagens, ritos, etc., que atuam como delimitadores do acesso ao grupo. Estas definições conferirão a unidade e identidade a seus integrantes. (MARTINS, 2003, p. 43)

A sociedade necessita de elementos que a sustentem para poder existir, vivenciados e repassados para manter o sentido de pertencimento entre seus integrantes. O território, a história, a cultura, a comunicação e o patrimônio produzidos são alguns desses elementos que servem de elo social.

Para Neves (apud MARTINS, 2003), patrimônio cultural é um conjunto de bens materiais e imateriais representantes da cultura de um grupo ou de uma sociedade. É fundamental enfatizar a importância desse patrimônio como suporte da história e da memória dos grupos sociais, pois sem eles, partes fundamentais da constituição de uma sociedade, de um lugar podem perder-se.

Barreto (2007) apresenta a origem etimológica da palavra patrimônio: provém do latim, *patrimonium* (*pater* = pai e *monium* = valor reconhecido) e refere-se aos bens legados pelos pais aos filhos ou por uma pessoa aos seus descendentes diretos, dando, portanto, a idéia que o patrimônio é herança que a sociedade anterior deixa para a subsequente.

Segundo Barreto (2000), no princípio, entendia-se patrimônio cultural como as obras de arte no espaço, ou seja, a pintura, a escultura e a arquitetura. Contudo, existem outras artes que, por não terem a mesma materialidade que as anteriores, são, muitas vezes, excluídas das preocupações com o patrimônio como a dança, a literatura, o teatro e a música, mas que não deixam de ser heranças culturais importantes.

[...] os seres humanos não produzem apenas obras de arte, produzem ciência, sabedoria, máquinas, remédios, história, vestuário, receitas de cozinha, formas de relacionar-se com os vizinhos, enfim, hábitos, usos e costumes, entre os quais, lamentavelmente, também estão formas de violência e destruição. (BARRETO, 2000, p. 10)

Todas as territorialidades correspondentes a um grupo social, fazem parte do seu patrimônio, pois manifestam os modos de vida de um grupo, em um determinado espaço e tempo.

Como nem sempre esse patrimônio é mantido, muitas vezes, é preciso resgatá-lo, redescobri-lo, não significando que se queira voltar a um estágio anterior da vida do grupo, que é dinâmico e está sempre em movimento, mas registrá-lo, torná-lo acessível a quem desconhece a etapa do processo que resultou na formação da sociedade em que atualmente vive.

Rodrigues (2001) assinala que preservar o patrimônio cultural – objetos, documentos, imagens, traçados urbanos, áreas naturais, espaços históricos, paisagens ou edificações – é garantir que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si própria porque sua formação é uma continuidade, um processo. Isso significa, em nosso entendimento, preservar o território como um patrimônio.

Conforme Barreto (2000), a manutenção do patrimônio histórico, em sentido amplo, faz parte de um processo maior, que é a conservação e a recuperação da memória, graças a qual os povos mantêm sua identidade.

Na medida em que os estados nacionais se consolidaram, o monumento-patrimônio passou a ser considerado um mediador entre o passado e o presente, a âncora capaz de dar a sensação de continuidade com o passado, de ser um referencial de identificação com a nação. Assim como a identidade de uma família se define em função de objetos herdados por várias gerações, a da nação define-se pelos bens associados ao passado nacional, aos quais se atribui a capacidade de garantir continuidade. (BARRETO, 2007, p. 111)

O acesso à memória, ao passado do seu grupo e, conseqüentemente, do indivíduo permite identificá-lo com o território, com o espaço ocupado e com as relações sociais nele contidas, pois quem não conhece ao seu passado, perde uma parte significativa da sua própria história. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 1996, p. 476)

Nesse sentido, Barreto (2000) afirma que a revitalização dos espaços, se bem realizada, apóia-se na memória coletiva e, ao mesmo tempo, estimula-a, já que ela é o motor fundamental para desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e sua cultura. E esse produto cultural não é dirigido a turistas, visitantes, mas aos próprios cidadãos locais, mostrando às gerações jovens qual foi o processo pelo qual passou o grupo para chegar ao ponto em que se encontra.

Segundo Martins (2003), a história é um elemento básico na construção da identidade do grupo, faz remissão “ao que fomos” para chegar “ao que somos”, referindo-se à realidade que foi e a realidade que será.

A memória histórica constitui um fator de identificação humana, é a marca ou o sinal de sua cultura. Portanto, a formação da identidade é um processo de reconhecimento que o sujeito social realiza ao viver numa cultura e assume como algo que lhe é próprio, ou seja, é a forma como os sujeitos sociais incorporam e expressam os elementos da cultura dos grupos dos quais fazem parte.

É o sentido de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os nossos sentimentos de pertencimento e de reconhecimento como indivíduos ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. Não é algo natural ou essencial, é uma construção histórica, relacional/contrastiva e estratégica/posicional. (ARAUJO E HAESBAERT, 2007, p. 104)

Segundo Lovisolo (1989), a memória é fundamental para o sentimento nacional, para a consciência de classe, de etnia ou das minorias, tornando-se parte constitutiva das lutas contra a opressão ou a dominação. Valorizada seja, então, por sua participação na construção

da identidade e da sociedade, pelo papel que desempenha no fortalecimento e emancipação dos fracos, portanto, ela não pode e nem deve ser esquecida.

O resgate e a valorização do patrimônio são cada vez mais importantes para a sociedade atual, visto que “(...) o processo de internacionalização provocou uma espécie de nostalgia, uma necessidade de sentir uma ligação emocional com os lugares, com a história dessas localidades e com o próprio passado.” (BARRETO, 2007, p.109)

Para preservar a identidade e manifestá-la em determinados grupos étnicos, no município de Francisco Beltrão, por exemplo, foram criados grupos de danças e demais manifestações folclóricas de descendências italiana, alemã, polonesa e também gaúcha.

Entretanto, a identidade não tem apenas esse sentido simbólico, que identifica as pessoas entre si e com o território; ela é também um elo de interesses comuns em determinada população, de formas de pensar e de agir importantes no processo de desenvolvimento territorial, quando pensamos na autonomia e organização dos atores locais em busca de um objetivo comum. “Território, identidade e territorialidade são compreendidos para além da caracterização e explicação de uma dada situação territorial. Têm um caráter político-operativo muito forte [...]” (SAQUET, 2007, p. 152)

O território deve ser observado como fundamental em qualquer planejamento, visto que é nele que todas as relações de poder se fundamentam. Ele é a condição do desenvolvimento baseado nas manifestações sociais e naturais, diferentes de território para território. “[...] a idéia de desenvolvimento traduz formas de poder que atuam de maneira articulada, seja entre as diferentes dimensões ou entre as formas de poder materializadas nas diversas formas de organizações políticas e territoriais.” (SANTOS, 2008, p. 67)

[...] qualquer política econômica, social e cultural, que se pretenda ser eficaz, deve ocupar-se do território, visto não somente como produto do agir humano, mas também e sobretudo como meio e como matriz de um futuro, visando à proteção do conjunto de condições necessárias à vida. (DEMATTEIS, 2008, p. 34)

O desenvolvimento precisa ser compreendido como totalidade, envolvendo todas as dimensões sociais (econômica, política e cultural) e naturais; uma evolução que deve ser procurada em caminhos alternativos, que não agridam ao meio ambiente e que valorizem ainda mais os atributos locais.

Portanto, para propor políticas de desenvolvimento local que estimulem a descentralização do poder do Estado para proporcionar a autonomia dos atores locais, é necessário conhecer as especificidades de cada território, os atributos principais que proporcionem o desenvolvimento com base nessas características. O desenvolvimento de base

territorial deve ser construído com a participação coletiva, reconhecendo os diferentes sujeitos, seus interesses, anseios e necessidades.

O desenvolvimento baseado na identidade local é fundamental, pois permite a tomada de decisões e ações em busca de objetivos comuns.

Giuseppe Dematteis, importante pesquisador italiano, utilizou de toda a sua carga teórica aliada a muitas pesquisas com aplicações práticas para criar o Sistema Local Territorial (SLoT):

[...] um ‘modelo’ conceitual, que sirva antes de qualquer coisa, à análise e descrição da realidade e das potencialidades sociais e territoriais já existentes para se construir, a partir disso, os sistemas, ao mesmo tempo, territoriais e sociais, destinados a se configurar em atores de desenvolvimento local no âmbito das políticas municipais, estaduais e nacionais.(DEMATTEIS, 2008, p. 34)

No território de Francisco Beltrão, existem marcas na paisagem e traços identitários e simbólicos que demonstram a sua formação através da “exclusão” dos caboclos, da grande migração de gaúchos e catarinenses, descendentes de italianos, alemães e poloneses, que lutaram pela continuidade das suas histórias no território que ocuparam. O planejamento territorial e a criação de projetos e programas, tanto pelo poder público municipal como por instituições públicas e privadas, que têm interesse em potencializar estratégias de desenvolvimento territorial, podem proporcionar a autonomia de grupos sociais e valorizar o patrimônio histórico-cultural e natural.

Nesse sentido, a atividade turística pode ser uma das possibilidades para o desenvolvimento territorial em Francisco Beltrão, pois, quando planejada em nível local, integrada às políticas públicas estaduais e nacionais, visando à autonomia das pessoas envolvidas, pode proporcionar tanto o desenvolvimento econômico quanto a conservação ambiental e o resgate histórico-cultural.

### **2.3 O turismo e a valorização histórico-cultural**

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos que, fundamentalmente, por uma motivação, seja de recreação, descanso, cultura ou saúde, entre outros, saem do seu local de residência habitual para outro, gerando múltiplas relações de importância econômica, cultural e política.

A consolidação do turismo como uma atividade econômica efetiva-se após a Revolução Industrial (Inglaterra - séc. XVIII) e o desenvolvimento tecnológico, que facilita e agiliza a circulação e a comunicação, aumentando a quantidade de pessoas que podem deslocar-se; nesse panorama, o surgimento do trabalhador assalariado, que conquista o direito ao tempo livre, permite a busca do lazer, conseqüentemente do turismo, e também modifica a configuração das viagens.

[...] graças ao processo de internacionalização das economias e da cultura, assim como a melhoria dos meios de comunicação e transporte, são poucos os lugares que não recebem turistas. Todos os grupos e camadas sociais [...] porque o fenômeno turístico atinge também, de alguma forma, aqueles que não o praticam. (BARRETO, 2007, p.9)

No presente momento, o turismo configura-se como um fenômeno sócio-espacial, resultante do modo de produção capitalista que, através de uma relação dinâmica e conflitante entre Estado, empresas e turistas, modifica o espaço, seguindo a lógica do capital e apresentando os espaços turísticos como mercadorias, isto é, como um importante fator de desenvolvimento econômico.

Entretanto, o turismo não está ligado somente aos interesses e às transformações econômicas, ele envolve também a instância política, através das políticas públicas criadas para regular a atividade e de outras organizações que fazem parte do jogo de poder. Porém, o que precisa ser cada vez mais destacado são os impactos sociais que o turismo gera, visto que turistas e população, que dividem o mesmo espaço, possuem distintas culturas e diferentes expectativas a serem alcançadas no mesmo espaço, gerando conflitos mas também certa interação e complementaridade.

Quando pensamos no turismo como uma das possibilidades de desenvolvimento territorial não devemos vê-lo da maneira como muitos o vêem. Antes do turismo ser planejado para os turistas, para o seu bom atendimento e satisfação, deve ser pensado na sociedade local, onde o turista será recebido. Essa atividade precisa ser aceita e construída por cada grupo social e não imposta, pois as conseqüências de uma autonomia na gerência e na condução do turismo são positivos tanto para o receptivo e a população local quanto para os turistas.

Os benefícios do turismo podem atingir a sociedade de diversas formas; uma delas é através da infra-estrutura instalada no município. Barreto (2000) afirma que a fronteira entre equipamentos para o uso dos turistas e para o lazer da população é, a cada dia, mais difusa; a recuperação de um centro histórico e a encenação do cotidiano dos tempos passados, um museu bem equipado, a apresentação de um espetáculo de danças típicas não são apenas

atrativos para os turistas que estão de passagem, constituem também uma “ferramenta” para professores e pais que queiram ensinar às crianças e para todos os cidadãos que queiram aprender a história e a geografia local de uma forma lúdica e prazerosa.

A visão do turismo por uma perspectiva geográfica torna-se fundamental para analisar a produção e a apropriação do espaço pelo turismo e as consequências sociais que podem surgir a partir da formatação de destinos turísticos e do consumo do espaço pelos turistas.

O turismo é uma atividade que se desenvolve por meio dos elementos dos espaços geográficos. Assim sendo, ao utilizar a natureza como atrativo turístico, os equipamentos urbanos como infra-estrutura do turismo, os territórios de origem de turistas, as comunidades receptoras com sua população residente e as práticas sociais decorrentes deste encontro, o turismo passa a ser objeto do saber geográfico (CORIOLANO, 1998, p.21).

O turismo, como atividade econômica, produz intensas transformações territoriais, reorganizando a utilização do espaço e de suas singularidades. Entretanto, o turismo também envolve relações de poder, domínios e apropriações. Assim, o território é um importante conceito para auxiliar no entendimento da espacialização do turismo.

Souza (1995) apresenta uma conceituação do território muito útil para ser aplicada aos estudos turísticos, a de território móvel, resultante da fluidez e da dinâmica das formações territoriais atuais. Nesse território móvel, não se desenvolve necessariamente uma ligação intensa com o lugar, podendo ser temporária, territorializando-se e desterritorializando-se contínua e frequentemente. Como exemplo, temos as praias, onde o fluxo – entrada e saída de pessoas – é intenso, mas que nem por isso deixam de ser territórios envolvidos por relações de poder e com características identitárias próprias.

O turismo é uma atividade dinâmica e, ao entrar em contato com os diversos territórios, apresenta-se sempre de um modo diferente.

O turismo é um fenômeno que cresce e se expande de forma bastante incontrolável e imprevisível através do tempo e do espaço. Em cada momento e lugar que se produz, acontece uma série de relações que sempre são diferentes, em maior ou menor grau, e nunca totalmente previsíveis. (BARRETO, 2007, p.11)

O conceito de paisagem também é muito utilizado para o estudo do turismo. As paisagens determinam grande parte da motivação das viagens, explicando a quantidade de imagens utilizadas para promover o turismo. As praias, os centros históricos, as montanhas, as áreas rurais, todos representam as expectativas que os turistas criam ao visitar determinado espaço. A paisagem está presente nas recordações que os turistas têm de cada lugar que já

visitaram e é também o local onde mais facilmente percebemos o impacto da atividade turística.

Para Cruz (2002), a paisagem é um elemento central na construção social das práticas turísticas, pois resulta do arranjo territorial de objetos naturais e sociais; destaca também que:

As paisagens turísticas não são caracterizadas por um sistema de objetos que lhe seja particular, específico. As paisagens turísticas derivam da valorização cultural de determinados aspectos das paisagens, de modo geral, e, nesse sentido, toda paisagem pode ser turística (CRUZ, 2002, p. 16-17).

A paisagem turística, à medida que só existe no olhar dos turistas, coexiste com outras paisagens, urbanas, rurais, naturais, históricas ou contemporâneas e, portanto pode existir em qualquer lugar, de acordo com a intenção e motivação de cada turista.

O turismo, considerando o referencial teórico-conceitual aqui exposto, é uma das atividades que podem contribuir para o desenvolvimento territorial de Francisco Beltrão. Para tanto, precisa ser analisado diante da abordagem territorial, pois esta pode “[...] contribuir na superação de aspectos das dicotomias natureza/sociedade e idéia/matéria e subsidiar a elaboração de propostas de desenvolvimento, valorizando as relações sociais entre os sujeitos, destes com os seus lugares e destes com outros lugares, (i)materialmente.” (SAQUET, 2007, p. 177)

### 3. O PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE FRANCISCO BELTRÃO

O patrimônio, constituído pelo processo histórico, é um dos elementos que torna cada território singular. “O princípio da diferenciação deriva da combinação de uma ordem temporal e de uma ordem espacial”. (SANTOS, 1996, p.144) Assim, através da relação espaço-tempo podemos explicar a formação do território e de suas características específicas.

O tempo histórico e o tempo das coexistências, concretizados pela ação social no espaço resultam na construção do território. Segundo Santos (1996, p.159), “O entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências.”

Em Francisco Beltrão, a combinação de elementos no espaço e no tempo resultaram na atual dinâmica territorial. Entretanto, o constante processo de formação e de transformação do território deixou marcas de tempos passados, rugosidades.

Chamemos *rugosidade*, ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. [...] Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. (SANTOS, 1996, p.140)

As continuidades e rugosidades no território, muitas vezes, assumem outros significados, pois, ao mesmo tempo que as formas permanecem, assumem novas funções.

Em Francisco Beltrão, identificamos elementos materiais e imateriais que são rugosidades, que mantêm suas formas e, em alguns casos, suas funções e significados que se tornam importantes para o registro do processo histórico do qual resulta o município. Esses são o patrimônio territorial.

Apesar de o patrimônio fazer parte da vida cotidiana da sociedade beltronense como, por exemplo, os hábitos alimentares, o Morro do Calvário e a Praça Eduardo Virmond Suplicy vêm sofrendo danos no que tange ao seu significado histórico e cultural para a sociedade, o que pode resultar inclusive na perda da memória e da identidade dos grupos sociais.

O reconhecimento e valorização do patrimônio, o resgate da memória e da identidade da sociedade são fundamentais para a história e vida em um território. Segundo Barreto (2000, p. 47):

Além da questão identitária, a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte dos próprios

habitantes do local. Um monumento ou prédio dificilmente será alvo de um ato de vandalismo, por exemplo, por parte de alguém que conhece seu significado, que conhece o que ele representa para sua própria história como cidadão, simplesmente porque se identificará com aquele monumento ou prédio.

Para Gonçalves (1988), assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma região pode ser definida por seus monumentos – aquele conjunto de bens culturais associados ao passado. Esses bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles atribui-se a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro.

Quando falamos em aspectos culturais percebidos em Francisco Beltrão podemos assinalar as heranças, sejam elas de origem étnicas ou não, como gastronomia, danças, linguagem, religião, arquitetura, eventos e outras, originadas em decorrência da forma e motivação da ocupação de Francisco Beltrão, por exemplo, a grande presença de pequenas propriedades rurais, de agroindústrias artesanais e o predomínio do trabalho familiar.

### **3.1 Descendentes de italianos, alemães e poloneses: territorialidades**

Na ocupação do Sudoeste, em razão da migração oriunda do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, conforme já mostramos no primeiro capítulo, três etnias são identificadas em maior número: italiana, alemã e polonesa.

Para obter dados aproximados da representatividade de cada etnia na formação de Francisco Beltrão, analisamos a lista telefônica<sup>3</sup> com maior quantidade de números telefônicos cadastrados. Identificamos 9.779 sobrenomes de famílias residentes no município e realizamos uma classificação para verificar a origem étnica dos sobrenomes. Nestes, mais de 44% foram identificados como de origem italiana; 10,3% de origem alemã e 4,8% de origem polonesa. Outros 40,6% dos sobrenomes encontrados são de origem portuguesa, espanhola, japonesa, brasileira, entre outros. De alguns sobrenomes não foi possível identificar a origem em decorrência da modificação da grafia do sobrenome quando da migração e também dos erros de registro nos cartórios. Além disso, é cada vez mais freqüente o surgimento de sobrenomes com raízes brasileiras.

---

<sup>3</sup> Lista Telefônica Editel – 2008.

Apesar dos dados citados não corresponderem a toda população beltronense, mas somente das famílias que possuem telefone fixo, podemos observar a expressividade dos descendentes de italianos e, em menor número, de alemães e poloneses.

Os traços das etnias são percebidos no dia-a-dia do beltronense, através dos seus hábitos alimentares e da linguagem, entre outras manifestações culturais. Entretanto, além desses costumes dissolvidos no cotidiano, existem comunidades localizadas no espaço rural onde a concentração de descendentes desses grupos étnicos preserva mais a cultura, principalmente através de eventos e grupos de danças.

A etnia italiana está muito presente em duas comunidades no espaço rural do município, Secção Jacaré e São Pio X – Km. 20. (Mapa 02) Em decorrência dos inúmeros descendentes de italianos na comunidade São Pio X, é realizado anualmente a Festi Vin, onde são servidos almoços e jantares com culinária típica italiana, degustação de vinho e apresentação do grupo de dança *Vá Pensiero*.

Já a Secção Jacaré, formada a partir da década de 1940, com a migração principalmente de descendentes de italianos, mas também de alemães e poloneses, possuía, em 2006, 65 famílias; destas 52% pertenciam à etnia italiana. São essas famílias que organizam anualmente o jantar italiano e o grupo de danças folclóricas *Belvedere* (Foto 03). (PANCERA, 2006)

**Foto 03. Grupo Folclórico Italiano *Belvedere***



Fonte: <http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/cultura/cenicas/>. (Acessado em 02/03/2009)

Na Secção Jacaré, está localizado o único bem tombado como patrimônio histórico municipal de Francisco Beltrão, a Igreja de São Francisco (Foto 04), inaugurada em 1962, “toda em madeira, motivo de orgulho para os pioneiros que a construíram, através da ajuda mútua, com participação de toda a comunidade (os chamados mutirões)”. (PANCERA, 2006, p.32) O tombamento foi realizado em 1995, através da lei N°2436/95. (Anexo 01)

**Foto 04. Igreja de São Francisco de Assis – Secção Jacaré**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

No ano de 2000, a Igreja passou por uma restauração, subsidiada por um convênio entre o Ministério da Cultura e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.

Para o início de 2010 está previsto o término da reforma do centro comunitário da Secção Jacaré, pois além da construção já estar deteriorada, a reestruturação prevê traços da

arquitetura italiana, com os arcos característicos da arquitetura românica, valorizando aspectos da formação da *comunidade* com base na migração italiana. Na foto 05, podemos comparar como era o centro comunitário antes da reforma e como deve ficar após o término da obra.

**Foto 05. Centro comunitário da Seção Jacaré em 2008 e como deve ficar após a reforma**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008 e Secretaria de Urbanismo – Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, 2009.

Uma das principais heranças da etnia italiana, presentes em todo município é o cultivo de uva e fabricação de vinho; o número de produtores e quantidade cultivada vem ganhando destaque, principalmente nas pequenas unidades, caracterizadas pelo trabalho familiar.

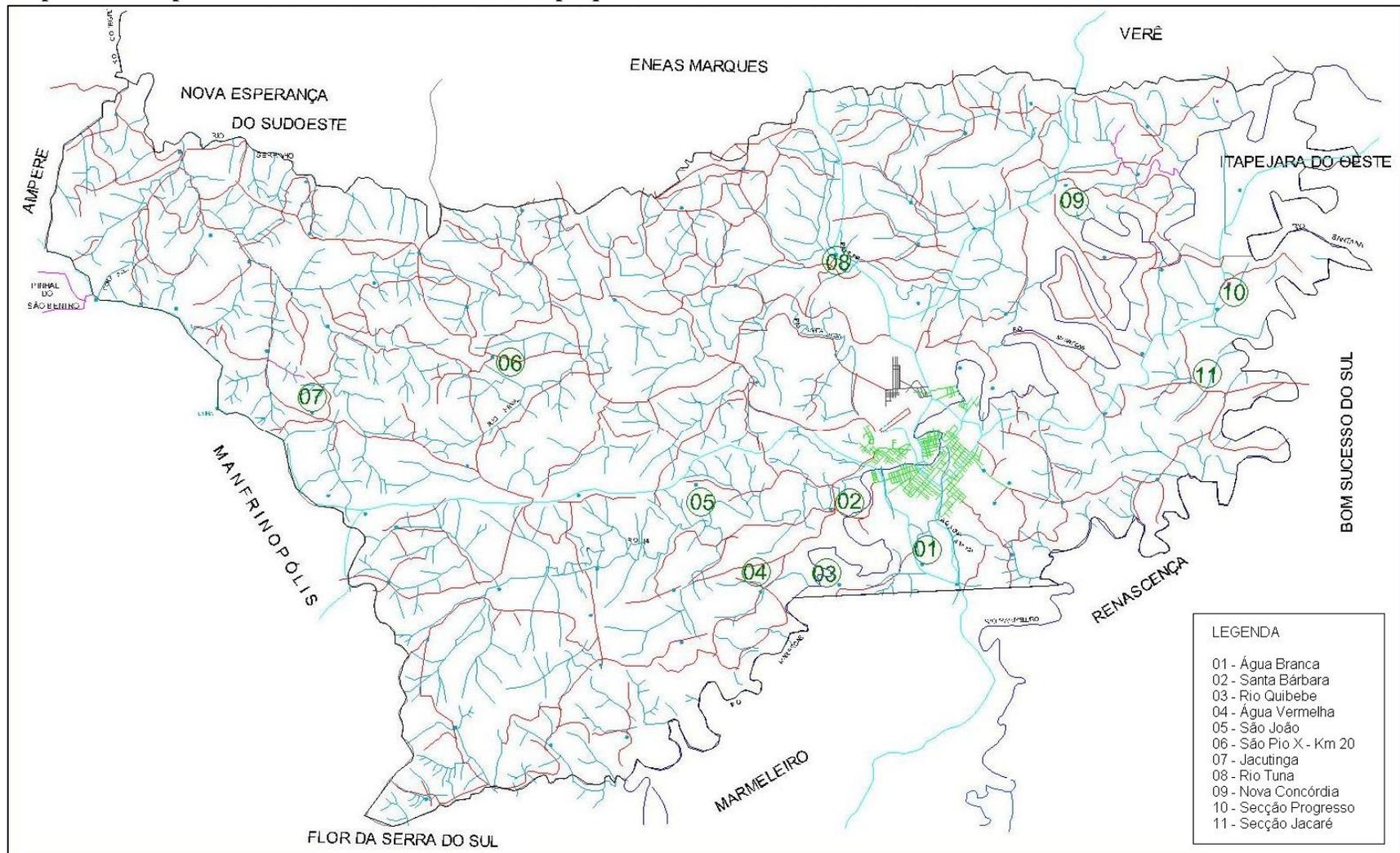
De acordo com o engenheiro agrônomo da Secretaria de Agricultura de Francisco Beltrão, Névio Mazzochin<sup>4</sup>, existem, no município, mais de sessenta produtores de uva em nível comercial. Isto se deve em parte ao incentivo da Prefeitura, através de acompanhamento técnico e também da criação da Associação Beltronense de Vitivinicultores (ABEVI). Dos produtores de uva, 30% comercializam somente a uva in natura, os demais, além de comercializar a fruta, realizam a transformação da uva em vinho, suco, graspa, vinagre, licores e doces (geléia e chimia).

Segundo relatório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura<sup>5</sup>, em 2007, Francisco Beltrão ultrapassou os 130 hectares de parreirais plantados, colhendo mais de mil toneladas de uva. Além disso, foram trazidas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina mais de 2000 toneladas de uvas; a coordenação da ABEVI estimava para 2008 a produção de 600 mil litros de vinho, 350 mil litros de vinagre, 50 mil litros de suco e 3 mil litros de graspa.

<sup>4</sup> Informações contidas no Jornal Aqui Sudoeste, edição 757, de 21 de março de 2009.

<sup>5</sup> Informações contidas no Jornal de Beltrão, edição 3.717, de 26 de março de 2008.

**Mapa 02. Município de Francisco Beltrão – comunidades pesquisadas**



Fonte: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, 2009. Org. Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

Em julho de 2005, foi criada, em Francisco Beltrão, ABEVI visando melhorar a qualidade dos vinhos e a sua comercialização, promovendo cursos de capacitação, análises de solo, compra de materiais e contatos com enólogos. A ABEVI possui atualmente cinquenta e dois associados, entretanto um deles, o engenheiro agrônomo que trabalha na Prefeitura Municipal, Névio Mazzochin, é sócio benemérito.

Os cinquenta e um vitivinicultores associados à ABEVI estão localizados em 28 comunidades rurais de Francisco Beltrão. Dezoito comunidades possuem apenas um produtor de uva; seis comunidades possuem dois produtores; a comunidade Bela Vista possui três produtores; Nova Secção possui quatro; Cabeceira do Rio do Mato possui cinco; e o grande destaque é a comunidade São Pio X que, em razão da concentração de descendentes de italianos, possui nove produtores.

Como exemplo de produtores de uva e de vinho associados podemos citar as famílias Scirea, Betiato, Garbozza, Beal, Basso, Pazzini, Massetto, Francio, Graciani, entre outros. Chamamos a atenção para a origem italiana desses sobrenomes demonstrando a relação da produção com a herança cultural dos migrantes.

A tendência da produção de vinhos pode ser presenciada anualmente na Festa Regional do Vinho, realizada em Francisco Beltrão, cuja 3ª edição ocorreu em agosto de 2008. Na festa havia expositores (Foto 06) de diversas cantinas do Sudoeste paranaense além de produtores de embutidos, cachaça, massas, entre outras cooperativas e associações de produtores de alimentos artesanais.

Durante o evento, na sexta-feira e no sábado, foi servido jantar com base na cozinha alemã (joelho de porco, chucrute, torta salgada, bisteca, galinha ao molho, mandioca temperada), preparado por pessoas da comunidade de Jacutinga; e na cozinha italiana (macarronada, radicci, polenta, carne, fortaia, entre outros) organizado pelo Grupo de Turismo Rural de Francisco Beltrão. No almoço de domingo, o prato principal foi o leitão na grelha, o que revela características culturais diversificadas e híbridas.

A comunidade de Jacutinga destaca-se pelo número de famílias de descendência alemã. Segundo Dalla Costa (1997), as primeiras famílias que ocuparam a área chegaram em 1948, vindos primeiramente da cidade de Nova Trento, Santa Catarina.

Estas famílias foram se instalando próximo onde hoje é a Gruta Nossa Senhora de Lurdes, em terrenos vizinhos de 20 a 30 alqueires aproximadamente, ainda não demarcados e legalizados. Estas famílias eram todas de origem alemã, falando o idioma alemão, inclusive algumas pessoas nem sequer sabiam falar o português. (DALLA COSTA, 1997, p. 12)

**Foto 06. Expositor da 3ª Festa Regional do Vinho e visitantes realizando degustação (2008)**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

Dalla Costa (1997), no referido ano, entrevistou 73 pessoas residentes na comunidade de Jacutinga. Destas, 61,3% afirmaram ser descendentes de alemães, 22,6% de brasileiros, 9,3% de italianos, 2,6% de poloneses e 1,3% de austríacos. Na mesma pesquisa, foi constatado que 53,4% dos entrevistados ainda falam a língua alemã (provavelmente um dialeto), 37,3 % não falam e 9,30% entendem, mas falam muito pouco. Através desses dados, é possível constatar a intensidade da concentração de alemães e a preservação de elementos identitários.

A fé católica era forte entre os migrantes. “Reuniam-se aos domingos no rancho de uma família para a reza do terço. A primeira missa foi rezada pelo Frei Deodato Bernharts na residência de Paulo Back a 26 de junho de 1949.” (DALLA COSTA, 1997, p. 12) Uma demonstração da religiosidade das pessoas que ali se instalaram é a construção, em março de 1950, da Gruta de Nossa Senhora de Lurdes, lugar de manifestação da fé católica. (Foto 07)

Como hábitos alimentares mantidos pelos descendentes de alemães em Jacutinga, destacamos o pão de batata-doce, pão de milho, arroz-doce, cuca, strud, requeijão, pão e café

no lugar do jantar e misturas de doces com salgados (por exemplo, batata-doce com carne de porco). (DALLA COSTA, 1997)

**Foto 07. Gruta de Nossa Senhora de Lourdes - Jacutinga**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2007.

Como forma de preservar e também de tornar a cultura alemã mais conhecida, durante nove anos, foi realizada a festa alemã, *Deustschfest*; entretanto, o espaço para realizar o evento não comportou mais a quantidade de pessoas, e resolveu-se, a partir de 2006, não realizar a festa enquanto não houvesse um lugar apropriado. A Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão atendeu à solicitação e, ao mesmo tempo, realiza a reforma do Centro Comunitário da Secção Jacaré e a reestruturação do Centro Comunitário do Jacutinga. A finalização das obras está prevista até o final de 2009, inviabilizando a realização da edição da *Deustschfest* neste ano. Com essa reforma, além de ser ampliado, o centro receberá traços da arquitetura alemã. (Figura 02)

**Figura 02. Projeto de reforma do Centro Comunitário Jacutinga**



Fonte: Secretaria de Urbanismo – Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, 2009.

A comunidade possui um grupo de danças alemãs, o Frühling, formado por crianças a partir de 5 anos até a idade adulta (Foto 08). Os participantes reúnem-se uma vez por semana para uma hora e trinta minutos ou duas horas de ensaio. Em 2007, o grupo foi contratado pelo Anila Thermas Hotel, em Francisco Beltrão, para se apresentar todos os sábados à noite, o que auxiliou na arrecadação de recursos financeiros para a confecção de novos trajés para os membros do grupo de danças.

Já os poloneses concentraram-se principalmente na comunidade Secção Progresso, aonde, na década de 1950, chegaram cerca de 30 famílias para ocupar a área. Em 1999, já eram mais de 116 famílias<sup>6</sup>.

A partir de um projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, denominado “Nossas Raízes”, deu-se início ao incentivo do resgate da cultura dos principais grupos étnicos, entre os quais estavam os poloneses. Em 1997, foi criado o grupo de danças *Polsky Festyn*, com a finalidade de se apresentar na Primeira Semana da Cultura Polonesa, realizada em 1998 (Foto 09). Durante o evento, houve exposição de objetos típicos, fotografias e degustação de pratos de origem polonesa. Para o encerramento da Semana foi preparado um jantar típico, com pratos como o *zrazy* (bolinho de carne), *pierogi* (massa com batata cozida) e *golapki* (enrolados de repolho, recheados).

<sup>6</sup> Informações contidas no material de divulgação da 5ª Edição da *Polsky Festyn* - 2003.

**Foto 08. Grupo de Danças *Frühling***



Fonte: <http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/cultura/cenicas/>. Acessado em 02/03/2009.

Entre os anos de 2005 e 2007 não houve edição do jantar polonês porque o Pavilhão Comunitário Francisco Crasniewicz precisava ser reformado. Em 2008, após o término da reforma, foi realizada novamente a *Polsky Festyn*.

**Foto 09. Grupo folclórico *Polsky Festyn***



Fonte: Folder de divulgação da 5ª Edição da *Polsky Festyn* – 2003.

O patrimônio cultural e territorial desses grupos sociais é, porém, mais amplo. Os migrantes, ao se territorializarem no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, entre outros Estados, mantiveram muitos hábitos praticados no cotidiano de seus países de origem. No processo de reterritorialização dos migrantes no Sudoeste do Paraná, muitos hábitos culturais foram mantidos assim como outros costumes adquiridos durante a ocupação do Rio Grande do Sul.

A produção artesanal é uma das permanências efetivadas pelos eurobrasileiros em seu processo de dispersão territorial pelo Brasil como atividade cultural, de subsistência e mercantil: uma *rugosidade*, reflexo de um patrimônio cultural herdado. (EDUARDO, 2008, p.52)

A grande quantidade de atividades produtivas agroartesanais, no Sudoeste do Paraná e em Francisco Beltrão, pode ser explicada pela composição étnico-cultural dos migrantes que ocuparam a região. Segundo Eduardo (2008), o conhecimento agroartesanal é um saber fazer produtivo desterritorializado e tem seu epicentro histórico em países como a Itália e a Alemanha. Assim, como a ocupação efetiva da região foi realizada, na maior parte, por descendentes de italianos e alemães, as atividades artesanais alimentícias, intimamente ligadas à unidade produtiva familiar, foram reproduzidas de forma similar à organização social e territorial que tinham em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Agroindústrias artesanais são unidades produtoras de alimentos que “têm como característica um ritmo de produção artesanal com centralidade no trabalho familiar e com uma abrangência de mercado eminentemente local [...]” (EDUARDO, 2008, p.53)

Com a agroindústria artesanal, busca-se, fundamentalmente, agregar mais valor ao trabalho familiar, por intermédio da produção e transformação intra-unidade (*in loco*) de alimentos e a venda direta ao consumidor. Constata-se maior autonomia na organização desse território, tendo em vista a baixa participação do capital comercial e financeiro nos parâmetros de produção e circulação de mercadorias das unidades agroartesanais e familiares. (EDUARDO, 2008, p.53)

Assim, as agroindústrias artesanais, no Sudoeste e em Francisco Beltrão, não são apenas uma opção de produção, mas o contexto histórico-cultural transforma-as em patrimônio territorial. O saber fazer, a herança e a mão-de-obra familiar bem como a produção artesanal dão outro valor ao produto, o valor simbólico e identitário.

Em pesquisa sobre as agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão, analisando 26 produtores, Eduardo (2008) constatou que, deste total, 18 possuem descendência italiana, 5 alemã e outros 3 poloneses. Não somente a organização da produção de forma agroartesanal é herança dos migrantes mas também os produtos cultivados e transformados. O destaque de produção no município de Francisco Beltrão é para queijos, vinhos, leite pasteurizado, salames, frango, melado, cachaça e açúcar mascavo. (EDUARDO, 2008)

Na comunidade São Pio X, por exemplo, existe o Frigorífico Ferrari que produz salames. A atividade iniciou como tradição de família, já que os avós, que vieram de Itália e se instalaram no Rio Grande do Sul, faziam salames para o consumo da família. Posteriormente, quando uma parte da família veio para Francisco Beltrão continuaram

produzindo e, como o consumo do produto é muito grande no Sudoeste, decidiram, em 1997, abrir a agroindústria artesanal. (Foto 10)

**Foto 10. Frigorífico Ferrari – São Pio X**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2007.

Em comparação com outras unidades agroindustriais artesanais, o produtor Arthur Ferrari, “tem uma unidade com um nível de inserção mercantil mais acentuado, trabalha com sua família na unidade e possui mais quatro funcionários fixos, com carteira assinada, no processo produtivo” (EDUARDO, 2008, p. 42). Porém, mesmo com certa especialização produtiva, possui uma dinâmica diferenciada de agroindústrias como a Sadia, que possuem mercadorias altamente industrializadas e que circulam no Brasil e no exterior: é outra lógica de produzir e comercializar, centrada na reprodução ampliada do capital.

As agroindústrias familiares de descendentes de italianos de Francisco Beltrão são, em grande parte, da área da pasteurização do leite, da fabricação de queijos, de abatedouros de suínos para produção de embutidos e da fabricação de doces, vinhos e compotas. Já as agroindústrias de descendentes de alemães e poloneses são mais diversificadas, trabalhando com pasteurização de leite, fabricação de queijos, abatedouros de suínos e de aves, produção

de cachaça, beneficiamento de mel, filetagem de pescados, seleção de ovos, entre outros. (EDUARDO, 2008)

É importante mencionar, ainda, que, através de iniciativa da ABEVI e da Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada - COOPAFI, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, foi inaugurado, em dezembro de 2007, o Centro de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar, no bairro da Cango, com a finalidade de comercializar o excedente de produtos de agricultores familiares e agroindústrias artesanais dos municípios da região (Foto 11). É mais um elemento que revela a importância da agricultura familiar – em Francisco Beltrão e no Sudoeste do Paraná – historicamente instituída, conforme descrevemos no capítulo 1.

**Foto 11. Produtos no Centro de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

Os produtores deixam a mercadoria em forma de consignação para serem comercializados e o valor arrecadado com a venda é repassado aos produtores mensalmente. Os produtos mais industrializados vêm de municípios mais distantes, como Guarapuava, Capanema e Coronel Vivida. Entre os produtos comercializados podemos citar: vinhos, cachaça, melado, açúcar mascavo, feijão, milho, verduras, legumes, frutas, leite, iogurte,

queijo, salame, chás, bolachas, pães, cucas, erva-mate, mel, doces, compotas, produtos manuais como panos de prato, chinelos de dedo bordados, entre outros, fazendo a intermediação entre o produtor rural e o consumidor da cidade, abrindo mercado e valorizando os produtos oriundos da agroindústria artesanal de Francisco Beltrão e região.

### **3.2 O tradicionalismo gaúcho**

Além das três etnias abordadas anteriormente, devemos destacar também os hábitos culturais herdados dos gaúchos que ocuparam todo o Sudoeste do Paraná. Os gaúchos, além das suas tradições próprias, são descendentes de italianos, poloneses, alemães, portugueses entre outros, possuindo vários traços culturais étnicos, vivenciando assim, múltiplas territorialidades.

A territorialização dos migrantes europeus no Rio Grande do Sul, além de manter inúmeros hábitos dos lugares de origem, também proporcionou uma interação entre os grupos migrantes e os povos que já habitavam a região e trabalhavam diretamente na lida com animais que capturavam nos pastos e levavam até São Paulo para comercialização. Dessa forma, os descendentes de italianos, alemães e poloneses, além de possuírem traços culturais próprios, conheceram e adotaram a tradição própria do lugar que ocuparam, a gaúcha.

Com o tempo, seu estilo de vida, registrado na música, nas danças, na literatura e na poesia, nas suas formas de divertimento e num vocabulário característico, criou uma cultura toda própria, baseada num profundo apego aos valores, às raízes locais e regionais. Uma cultura tão forte, tão única, que passou a influenciar outras culturas, mundo a fora. (KRÜGER, 2004, p. 279)

Assim, em Francisco Beltrão, há uma combinação de tradições italianas, alemãs, polonesas e gaúchas. Isso pode ser percebido no cotidiano beltronense quando, apesar de uma família ser de origem italiana, alemã ou polonesa, possui o hábito de tomar chimarrão, ouvir músicas gaúchas e participar de rodeios crioulos nos finais de semana.

As tradições gaúchas têm sido passadas de pais para filhos, através dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e também através do chimarrão, do churrasco, das músicas, danças e da linguagem característica utilizadas no dia-a-dia. Além disso, podemos perceber a forte ligação existente entre o Sudoeste e o Rio Grande do Sul através do grande número de torcedores que os clubes de futebol gaúchos, como o Grêmio e o Internacional, têm na região.

Os CTGs são importantes difusores e conservadores da tradição gaúcha e estão presentes em diversos lugares, tanto no Brasil quanto no exterior, e visam integrar as pessoas que compartilham dos mesmos ideais e aspectos culturais, fortalecendo e divulgando o tradicionalismo gaúcho.

Em 1967, foi criado o CTG Recordando os Pagos, em Francisco Beltrão; durante muito tempo, exerceu o papel de manter acesas as “chamas” do tradicionalismo gaúcho no município. (SILVA, 2007). A manutenção desse tradicionalismo traz para a região um forte significado político-ideológico, visto que muitos gaúchos que migraram para o Sudoeste exerciam papéis de liderança no Rio Grande do Sul, assumindo o mesmo papel ao migrarem para o Sudoeste.

O CTG Recordando os Pagos possui duas sedes em Francisco Beltrão. A sede social, localizada no bairro Vila Nova (Imagem 03), é o local onde são realizados eventos como bailes, jantares e almoços. (Foto 12) A sede social é locada frequentemente para a realização de outros eventos, como a realização de festas e formaturas. A sede campestre, localizada na comunidade Rio Tuna, é onde são realizados os rodeios crioulos. (Foto 13)

**FOTO 12. Sede Social do CTG Recordando os Pagos**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

**Foto 13. Sede campestre do CTG Recordando os Pagos**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

Em 1997, surgiu um grupo de danças gaúchas no bairro da Cango, com o nome de Herdeiros da Tradição. No ano de 2000, houve uma mudança no Quartel do Exército, quando o 16º Esquadrão de Cavalaria, vindo de Passo Fundo – RS, instalou-se em Francisco Beltrão. Uma parte dos militares vindos do Rio Grande do Sul passaram a participar do grupo de danças, aumentando o número de integrantes. Em 2003, o grupo criou o CTG Herdeiros da Tradição que, atualmente, já conta com mais de cem famílias associadas, compondo sua “patronagem” e internadas mirim, juvenil, adulta e xiru. (Foto 14)

O atual patrão, Jocemar Pereira da Silva, é Terceiro Sargento do Exército e veio para Francisco Beltrão com o 16º Esquadrão de Cavalaria, o que mostra a integração e o interesse dos gaúchos que, ao saírem do Rio Grande do Sul, buscam formas de viver e de preservar a cultura do local de origem.

O CTG Herdeiros da Tradição não possui sede própria, mas em razão da sua ligação com os militares do 16º Esquadrão de Cavalaria, construiu-se em conjunto, o Galpão Crioulo General Osório em terreno pertencente ao Exército na Rua São José, bairro da CANGO (Imagem 03). Entretanto, há apenas uma concessão do comandante Major Marco Godinho

Eickoff, para que o CTG possa utilizar a área, podendo ser suspenso a qualquer momento.  
(Foto 15)

**Foto 14. Apresentação da invernada adulta do CTG Herdeiros da Tradição**



Fonte: [http://pt.fotoalbum.eu/ctg\\_ht/a278971/00000011](http://pt.fotoalbum.eu/ctg_ht/a278971/00000011). Acessado em: 11 de junho de 2009.

**Foto 15. Galpão Crioulo General Osório**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

A Semana Farroupilha é comemorada pelos gaúchos em diversos lugares do Brasil; relembra a Revolução Farroupilha, entre os anos de 1835 e 1845, que levou à proclamação da República Rio-Grandense. Em Francisco Beltrão, no ano de 2003, cada CTG organizou sua própria comemoração na Semana Farroupilha assim como os militares da Cavalaria

Mecanizada de Francisco Beltrão. Em 2004, foi realizada a primeira Semana da Integração Gaúcha, organizada pelos dois CTGs e pelos militares. Este evento teve sua 5ª edição em 2008, com o apoio da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão e foi realizado no Parque de Exposições Jayme Canet Junior. Durante toda a semana tradicionalistas acampam no local, servindo cafés da manhã, almoços e jantares para a população que queira participar e conhecer mais sobre a tradição gaúcha. (Foto 16)

No Dia do Gaúcho, comemorado dia 20 de setembro, data símbolo da Revolução Farroupilha, é realizado, em Francisco Beltrão, uma cavalgada no centro da cidade para que mais pessoas possam conhecer essa tradição.

Durante o ano, são realizados outros eventos como rodeios, baile da prenda jovem, jantares, cavalgada da integração, “pan” do gaúcho (bocha, bolão, futebol dos bombachudos), entre outros. Na comunidade de Nova Concórdia também é festejada a tradição gaúcha, através da Festa do Gaúcho, promovida anualmente pelo grupo de Cavalgada Raízes do Sul.

**Foto 16. Acampamento da Semana Farroupilha - 2007**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2007.

A existência dos CTGs Recordando os Pagos e Herdeiros da Tradição em Francisco Beltrão, demonstra a importância que os gaúchos tiveram na formação do território e do patrimônio local. Além de preservar a identidade gaúcha e divulgar o tradicionalismo, os CTGs possibilitam a valorização das manifestações culturais, transformando-as em patrimônio territorial, mesmo com todo conteúdo político-ideológico presente nas suas atividades e ações.

### **3.3 Arquitetura, tombamento e patrimônio**

As rugosidades existentes no território nem sempre foram consideradas patrimônios e, portanto, nem sempre foram reconhecidas pelo valor cultural que possuem. A partir de um movimento internacional na década de 1970, essa discussão entrou em cena, trazendo novos elementos para sua caracterização.

A partir do final da década de 1970, verificou-se a valorização do patrimônio cultural como um fator de memória das sociedades. Hoje entendemos que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva. (RODRIGUES, 2007, p.17)

Entretanto, em alguns lugares as construções antigas ainda são vistas como “barreiras para o desenvolvimento”, para a expansão das cidades modernas, o que faz com que o tombamento seja uma medida necessária para a preservação do patrimônio.

Segundo o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal, e “tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens”<sup>7</sup>.

Com a existência dos órgãos que regulamentam os tombamentos em cada uma dessas esferas, qualquer cidadão ou instituição pública pode realizar de acordo com regulamentação específica, o pedido de abertura do processo.

---

<sup>7</sup> Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginaIphan>. Acessado em: 14 de junho de 2009.

Em Francisco Beltrão, a lei municipal 3293/2006 (Anexo 02), dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do município de Francisco Beltrão, criando o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. No documento, consta que:

O patrimônio natural e cultural do Município de Francisco Beltrão é constituído por bens móveis e imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico ou científico. (Lei 3293/2006, Capítulo I, Art. 2º)

A lei define que, para solicitar o tombamento de um bem cultural, é necessário fazer um requerimento ao Departamento de Cultura. A iniciativa de abrir o processo pode ser do Município de Francisco Beltrão, do proprietário do bem e de qualquer cidadão. Quanto à natureza do tombamento, este pode ser voluntário, quando o proprietário solicitar, ou concordar por escrito, e o bem possuir todos os requisitos necessários, ou compulsório, quando o proprietário recusar-se a aceitar a inscrição do imóvel no Livro Tombo.

A partir do recebimento de notificação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural sobre o interesse do tombamento, o proprietário possui 15 dias para se manifestar, dando anuência ou apresentando impugnação fundamentada. Se nesse prazo não houver manifestação por parte do proprietário, o prefeito municipal determinará a inscrição do bem no Livro Tombo, publicando tal feito no diário oficial do Município. Caso o proprietário apresente impugnação, cabe ao Conselho analisar as razões apresentadas para a impugnação e decidir pelo tombamento ou extinção do processo, não cabendo recursos posteriores.

Entretanto, para que não haja a possibilidade de o proprietário alterar ou destruir o imóvel, quando do recebimento da notificação, o mesmo é considerado em tombamento provisório a partir da primeira notificação do proprietário, já restringindo o seu uso até a conclusão do processo.

Um dos motivos de maior polêmica quando do tombamento de bens imóveis, dá-se quanto ao dever de proteção e conservação por parte do proprietário e restrição de uso como também no acompanhamento e fiscalização do conselho para obras de restauração e reparação que venham a ser realizadas. Caso o proprietário não estiver mantendo a conservação e proteção do bem, cabe ao Município determinar que o proprietário realize obras ou serviços imprescindíveis à sua conservação, inclusive fixando prazo para início e término das obras; caso o proprietário não possua condições financeira para isso, o Município poderá assumir a obra.

A infração e descumprimento da lei municipal 3293/2006 podem implicar multa de até 200 URMFB (duzentas unidades de referência do Município de Francisco Beltrão) e, se houver demolição, destruição ou mutilação do bem tombado, a multa pode chegar a 1.000 URMFB. A unidade de referência do Município de Francisco Beltrão sofre alteração a cada virada de ano, de acordo com o índice monetário especificado em lei. No ano de 2009, o índice corresponde à quantia de R\$30,08. Além da multa, qualquer pessoa que causar dano a bem tombado deve arcar com os custos de restauração ou reconstrução.

Em diversos municípios, muitas experiências são realizadas para evitar problemas com os proprietários de bens imóveis tombados; um dos principais meios é através da concessão de benefícios como, por exemplo, a isenção de tributos municipais, que pode auxiliar financeiramente os proprietários e ser uma forma de incentivo para que mantenham seus imóveis em bom estado de conservação. Em Francisco Beltrão, não há qualquer incentivo ou proposta de isenção prevista na já referida lei.

Apesar da criação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e da institucionalização do processo de tombamento de imóveis, a lei ainda está distante de ser aplicada como deveria em Francisco Beltrão, pois presenciamos a destruição de inúmeros imóveis com valor histórico e cultural sem que atitudes fossem tomadas e o único bem tombado do município, a Igreja São Francisco de Assis, é anterior à criação da lei 3293/2006; seu tombamento foi instituído por uma lei específica, a de número 2436/95.

Até meados da década de 1990, era comum vermos casas de madeira coexistindo com casas de alvenaria em pleno centro de Francisco Beltrão, habitadas, na maioria das vezes, pelas pessoas que as construíram nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Entretanto, nos últimos anos, com a supervalorização dos terrenos urbanos, decorrente da expansão e especulação imobiliária, da instalação de universidades e aumento da oferta de cursos universitários, da construção da rodovia Contorno Leste e do Hospital Regional, entre outros.

A transformação da cidade – e dos elementos que a constituem – interferiu na definição das áreas a serem ocupadas e resultou numa grande procura por terrenos na área central. Casas antigas passaram a ser demolidas, dando espaço a novas casas de alvenaria e principalmente prédios, transformando a paisagem urbana. Estudos feitos por Giuseppe Dematteis, no norte da Itália, orientam nossa análise:

As transformações territoriais urbanas, por exemplo, não são as conseqüências de mudanças que acontecem separadas do território. Nada se pensa, muda ou se faz, que não seja por meio da materialidade dos lugares; é através dela que passamos, necessariamente, todas as relações sociais, as representações conceituais e as iniciativas e os projetos de desenvolvimento local. (DEMATTEIS *apud* SAQUET, 2007, p.115)

Com a intensificação do processo de urbanização, o patrimônio arquitetônico – uma de nossas principais heranças que, por ser visível e palpável, facilita o contato com as formas anteriores de vida – é descartado. Quando entramos em uma construção preservada, conseguimos, muitas vezes, sentir-nos em épocas passadas, compreender o ser em outro período.

Segundo a diretora do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Tânia Maria Penso Ghedin (2009), alguns imóveis estão sendo estudados para o tombamento. O mais próximo de acontecer é o da Capela São Cristóvão, localizada comunidade da Água Branca, pois o Município já demonstrou interesse em adquirir a área para o posterior processo de tombamento. (Foto 17)

**Foto 17. Capela São Cristóvão**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

A capela foi construída em 1960 pela Associação de Motoristas de Francisco Beltrão, em área doada por Elza Comunello; em 1961, foi criada a Guarda Municipal de São Cristóvão, responsável por promover, anualmente, no local, a festa de São Cristóvão, padroeiro dos motoristas e caminhoneiros. A capela abrigou a festa até 1966. Em razão da falta de espaço foi construída a sede da Guarda de São Cristóvão no Bairro Pinheirinho, onde a festa ocorre desde 1967. Atualmente o local está abandonado e degradado, mas, segundo Doracílio de Andrade, integrante da Guarda de São Cristóvão, em 2010, a capela será restaurada em comemoração aos 50 anos de existência da Associação.

Outro imóvel que desperta o interesse da diretora do departamento de cultura é o Pavilhão Central do Quartel, construção datada de 1949, todo em madeira, construído para ser sede da CANGO. Entretanto, Tânia Ghedin destaca a dificuldade em razão de o imóvel ser de propriedade da União. O Morro do Calvário, que discutiremos a seguir, é outro espaço que potencialmente poderá ser tombado. (Figura 03)

Entretanto, como podemos observar, é pequeno o número de imóveis, destacados pela diretora do Departamento de Cultura com probabilidade de serem tombados a curto ou médio prazo. Por tal razão levantamos alguns imóveis, no centro de Francisco Beltrão, para compreender a história de cada um, como a data de construção, a origem da família, o que é feito do imóvel, o atual estado de conservação assim como as intenções do proprietário quanto à conservação do imóvel. A nossa intenção é demonstrar que existem imóveis representativos para a história de Francisco Beltrão e que, caso não sejam tomadas atitudes e decisões políticas, podem deixar de existir em breve. Destacamos a seguir as casas que pesquisamos.

O primeiro imóvel foi selecionado por sua importância histórica para o Município, visto que abrigou a primeira escola de Francisco Beltrão, na época, ainda Vila Marrecas. (Foto 18) O início das aulas foi em 3 de maio de 1948. A casa, construída pela família da primeira professora, Italina Zancan, de origem italiana, possui sua localização muito próxima ao atual Quartel do Exército. (Figura 03)

Por localizar-se na vila militar, a casa pertence hoje ao 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, sendo utilizada como residência. Na esquina da casa, o Exército colocou uma placa com os seguintes dizeres: “Aqui nasceu Beltrão! Esta casa foi construída em 1947 e sediou a primeira escola da cidade. Primeira aula: 03 de maio de 1948. Professora: Italina Zancan.”

Outro imóvel importante que faz parte do patrimônio deste território é conhecido como “Casa de Costaneiras” (Foto 19). Construída em 1953, por um carpinteiro de origem polonesa, João Puchewski, em razão da vinda de Glauco Olinger para Francisco Beltrão, para

assumir a direção da CANGO, substituindo Eduardo Virmond Suplicy, possui arquitetura peculiar.

**Foto 18. Casa onde funcionou a primeira escola de Francisco Beltrão**

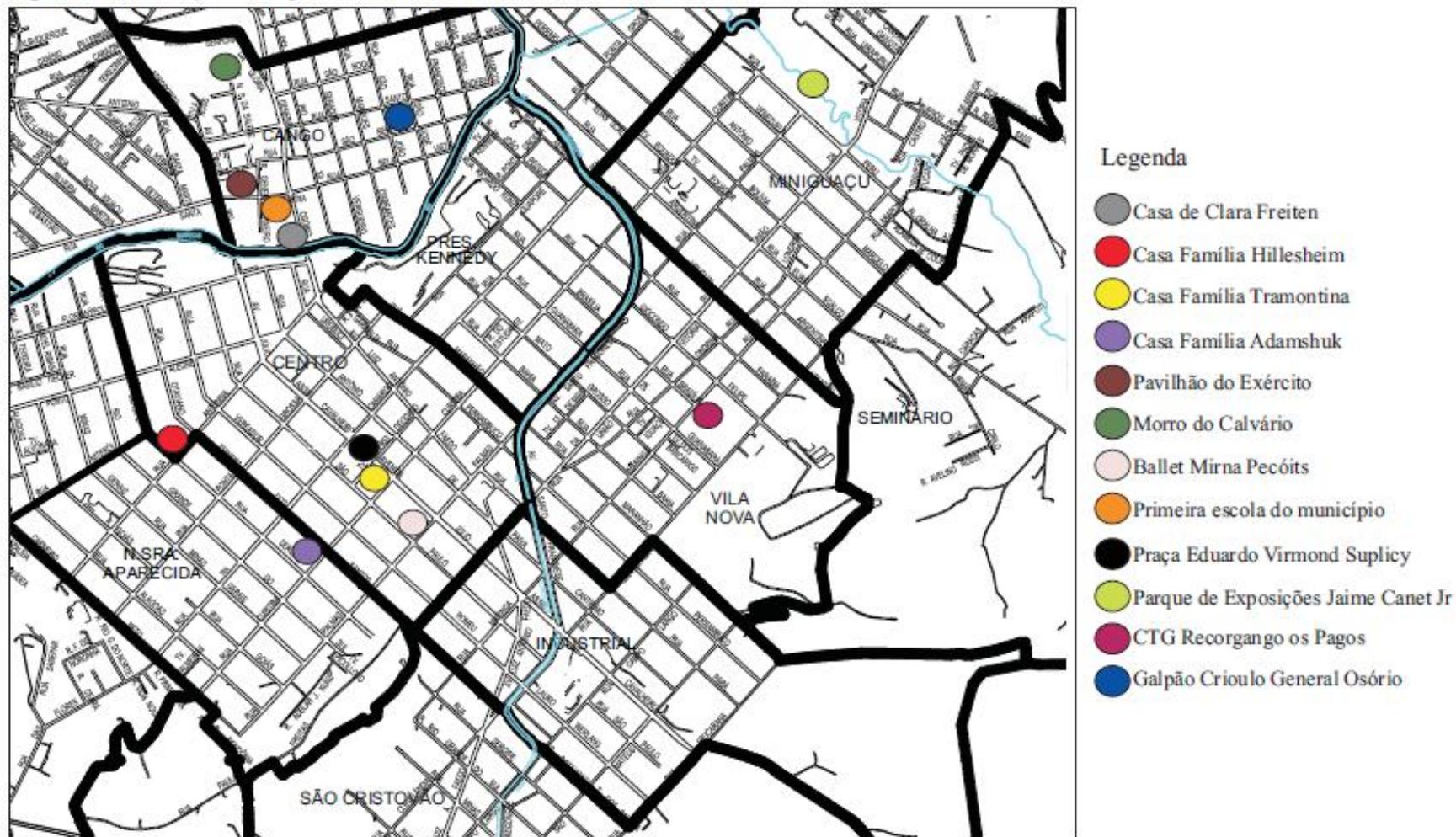


Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

A casa, que se localizava na vila militar, foi moradia de outros administradores da CANGO após Glauco Olinger; serviu também de sede do INCRA, entre os anos de 1982 e 1996; após 1996, a casa ficou abandonada, tendo uma parte destruída pela má conservação.

No ano de 2001, foi realizada a proposta de transformá-la em um museu, pela diretora do Departamento de Cultura, Tânia Maria Penso Ghedin, para o comando do Exército de Francisco Beltrão, onde a casa se encontrava. Em razão da área do exército ser restrita e dificultar a visitação, a idéia estava sendo abandonada, mesmo porque a casa estava bastante deteriorada. Porém, autorizada a sua retirada da área militar e transportada até o Parque de Exposições Jayme Canet Junior, a casa foi restaurada e inaugurada como Museu da Colonização em março de 2004.

Figura 03. Localização dos objetos estudados na cidade de Francisco Beltrão



Fonte: GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto e MEIRA, Suzana Gotardo (2009)

O município de Francisco Beltrão, que ainda não possuía museu, passou a contar com espaço e acervo que auxiliam a contar a história da sua formação. As ferramentas agrícolas demonstram o trabalho manual, artesanal, feito pelos agricultores do período inicial da ocupação. Utensílios domésticos e móveis auxiliam os visitantes a compreenderem um pouco de como se dava a vida das famílias, principalmente entre as décadas de 1940 e 1960. A máquina de costura, o fogão a lenha, os panos de prato pintados e bordados, os ferros de passar roupa são herança dos antepassados, constituem patrimônio dos beltronenses.

**Foto 19. Casa de Costaneiras.**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

O Departamento de Cultura de Francisco Beltrão montou um vídeo para que os visitantes do museu possam conhecer um pouco sobre a história da “casa de costaneiras”, mostrando imagens do transporte da casa inteira sobre um caminhão, o processo de restauração e a formação do acervo com peças doadas por pioneiros. (Foto 20)

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO<sup>8</sup>, “os museus carregam uma ligação com o passado e agregam valores aos traços

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/museus/Museus>. Acessado em: 13 de abril de 2009.

tangíveis deixados pelos nossos ancestrais, buscando protegê-los e até mesmo torná-los essenciais ao funcionamento da sociedade humana”.

Para Nelson Pietrazek, professor do Centro Estadual de Ensino Profissionalizante – CEEP, de Francisco Beltrão, trazer os estudantes para visitar o museu auxilia na compreensão do processo evolutivo do homem, por exemplo, do processo de mecanização. Quando o homem conhece seu passado, é possível planejar melhor seu futuro. Para a prática didática, o professor destaca a importância da visualização e diz que, após a visita, recorre frequentemente a exemplos encontrados no Museu.

Entretanto, apesar da importância histórica e cultural, a casa onde funciona o Museu da Colonização, instituído através da lei Nº 3478/2008 (Anexo 03), não está tombada legalmente e, apesar de pertencer atualmente ao Município, nada existe que assegure a sua conservação para as futuras gerações.

**Foto 20. Alunos assistindo ao vídeo durante visita ao Museu da Colonização**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto, 2009.

Outra construção que destacamos é uma casa de madeira localizada na esquina da Rua Curitiba com a Otaviano Teixeira dos Santos. (Foto 21) A casa é de propriedade de Vilma Munarini Adamshuk, atualmente com 83 anos de idade. Vilma, de origem italiana, e o marido, de origem polonesa, já falecido, são oriundos do espaço rural de Barão de Cotegipe – RS, entretanto, antes de chegarem a Francisco Beltrão, residiram durante 8 anos em Chapecó, Santa Catarina.

Ainda em Santa Catarina, o marido de Vilma foi convidado pela família Opolski para trabalhar em uma mecânica em Francisco Beltrão; mudou-se em 1953 e participou da Revolta dos Posseiros em 1957. Vilma veio com os cinco filhos em agosto de 1954 e teve mais 3 filhos em Beltrão. Segundo Vilma (2009), a viagem foi de caminhão, por ruas mal feitas, de chão com pedregulhos e buracos, levando, de Concórdia até Francisco Beltrão, quase dois dias.

A casa em que Vilma reside foi construída em 1965 e, segundo ela, sua casa era a última no sentido da praça para a rua Octaviano Teixeira dos Santos, para frente era só mato; a maior parte das casas estava na avenida Julio Assis Cavalheiro e também próximo ao cemitério. Nessa época, havia luz nas casas somente entre 19:30 e 22:00 horas. Vilma assinala como principais características da família, a cultura gaúcha, suas músicas e danças. Na casa bem conservada, a única transformação foi a construção de uma lavanderia de alvenaria que, entretanto, não alterou a sua característica arquitetônica.

**Foto 21. Casa de Vilma Adamshuk**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

Outra casa estudada localiza-se próxima à de Vilma, na Rua Curitiba, n. 1849. (Foto 22) Foi propriedade de Iraci Casagrande Tramontina e Primo Tramontina, ambos falecidos; eram de origem italiana e chegaram a Francisco Beltrão no ano de 1951, vindos de Concórdia – SC, com 7 filhos, 5 homens e 2 mulheres. A viagem foi feita de caminhão FNM e com muita dificuldade devido à precariedade das estradas. Antes de residirem em Concórdia, moravam em Bento Gonçalves – RS.

Realizamos entrevista com um dos herdeiros, Laury Tramontina, 58 anos, hoje residente na casa. Laury (2009) destacou que o motivo que levou seus pais a migrarem para Francisco Beltrão foram as terras baratas e a influência de seu avô materno que já estava no município. Laury diz que seu pai comprou o terreno da casa e também o terreno de esquina ao lado, este negociado por um porco e uma cama.

**Foto 22. Casa da família Tramontina**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

Apesar de sempre ter trabalhado na agricultura, em Francisco Beltrão, Primo Tramontina abriu um empório de secos e molhados e, posteriormente, foi funcionário público assim como sua esposa Iraci.

Laury conta que a cidade era bem diferente quando chegaram, não somente em razão da falta de infraestrutura, e sim em função do relevo, que era extremamente acidentado.

Segundo Laury Tramontina, uma companhia do exército de Ponta Grossa, a 2ª DL (Departamento de Levantamento) foi responsável pela retirada de morros do centro da cidade, inclusive morros com mais de 20 metros de altura.

A casa da família, construída em 1962, em ótimo estado de conservação e com arquitetura específica chama muito a atenção por sua localização central; já receberam diversas propostas de compra. Entretanto, segundo Tramontina (2009), a intenção dele e de outros irmãos é, um dia, transformar a casa em sede de uma fundação.

Outra casa, localizada na Rua São Paulo, nº 700, foi residência do senhor Valter Pecóits e sua esposa Manoela Sarmiento Silva Pecóits. Dona Manoela<sup>9</sup>, juntamente com seu esposo Válter, já falecido, migraram para Francisco Beltrão em 1952 e no mesmo ano iniciaram a construção da casa em que residiram entre os anos de 1953 e 1981. (Foto 23)

**Foto 23. Ballet Mirna Pecóits**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

Manoela, de origem portuguesa, e seu marido, de origem francesa, mudaram-se para Francisco Beltrão, vindos do Rio Grande do Sul, pois o Dr. Valter recebeu um convite para trabalhar em Francisco Beltrão, visto que, na época, havia somente o Dr. Rubens Martins.

<sup>9</sup> Manoela Pecóits faleceu em 27 de junho de 2009, após termos realizado a entrevista.

Manoela trabalhava junto com o marido como auxiliar de cirurgia e também na farmácia e no escritório.

Atualmente, a casa pertence à sua nora, Mirna Pecóits, onde funciona uma escola de ballet. Para adaptar a casa aos espaços necessários para as aulas de dança e também de pintura, foram realizadas 3 reformas que alteraram significativamente a arquitetura original, sendo retiradas as áreas da frente e de trás, criadas novas divisões internas e construída uma parte em alvenaria.

Segundo Manoela, não havia mais que 30 casas quando eles chegaram a Francisco Beltrão, pois, apesar de chegarem diariamente de 20 a 30 mudanças, a maior parte ia para o interior. Afirma ainda que Francisco Beltrão perdeu muitos traços culturais com a demolição de casas antigas.

Outra casa pesquisada, e já bem deteriorada, localiza-se na esquina da Rua Antonina com a Rua Sergipe e pertence à família Hillisheim, de origem alemã. (Foto 24) Realizamos entrevista com um dos herdeiros, Valdemar Antônio Hillisheim, que contou que seu pai veio de Santa Catarina para Francisco Beltrão, em 1947, influenciado por irmãos que já residiam no município, casando-se aqui.

**Foto 24. Casa da família Hillisheim**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto, 2008.

Havia um bangalô, utilizado para residência, no mesmo local onde atualmente está a casa. A parte superior do bangalô foi utilizada, durante a Revolta de 1957, para que os posseiros se escondessem dos jagunços. Com o término da Revolta, derrubaram o bangalô e, em 1960, construíram a casa atual, onde o pai teve um bar durante anos.

Atualmente, a casa está alugada para uma pessoa que a transformou em pensão. Segundo Hillisheim (2009), a intenção dele e dos demais herdeiros é demolir a casa e construir um prédio.

A casa mais antiga dentre as que pesquisamos, localiza-se na Avenida General Osório, nº 74; é também a que se encontra em pior estado de conservação. A casa foi construída, em meados da década de 1940, por Ivo Marmentini e, posteriormente, foi adquirida por Clara Freiten. (Foto 25) Como a proprietária não foi a pessoa responsável pela construção da casa, não temos o ano preciso da sua edificação e nem informações mais detalhadas sobre a família que nela residiu. Atualmente, a casa abriga uma sapataria e uma barbearia.

**Foto 25. Casa de propriedade de Clara Freiten**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

Conhecendo um pouco da história das famílias que construíram e que residem nas casas pesquisadas, torna-se mais fácil compreender a importância de preservar essas construções, esses bens materiais e imóveis, pois, além de revelarem características da história de famílias pioneiras, mostram elementos da história de Francisco Beltrão, de um período histórico fundamental para a sociedade atual e para a conformação territorial.

Enquanto as pessoas não tiverem consciência da importância do patrimônio, transformar essas casas em bens tombados, muitas vezes, é a única maneira de garantir a conservação de elementos tão importantes para a cultura de uma sociedade.

Porém, além das casas, temos outros patrimônios territoriais que merecem destaque como o Morro do Calvário, a Praça Eduardo Virmond Suplicy, o Parque de Exposições Jaime Canet Junior e diversas propriedades rurais bem como vários componentes identitários inerentes aos grupos sociais estabelecidos em Francisco Beltrão.

### *3.3.1 O Morro do Calvário*

Na década de 1950, época de grande ocupação e da emancipação de Francisco Beltrão, surge no município um local de devoção e apelo religioso: o Morro do Calvário.

Há várias versões sobre o início da utilização do espaço para fins religiosos; uma delas tem-se tornado predominante por aparecer em documentos distribuídos pelo Departamento Municipal de Cultura, mas há outra versão que mexe com o imaginário das pessoas, em razão da existência de uma figura lendária: o Francês do Morro da Cruz.

Em depoimento, Roberto Grando, no ano de 2004, relatou de que maneira as peregrinações ao Morro ter-se-iam iniciado. Segundo ele, deve-se a um estrangeiro, pastor de ovelhas, conhecido como o Francês do Morro da Cruz, que havia colocado uma cruz de madeira no alto do morro. Após desaparecimento “misterioso” do Francês, um raio atingiu a cruz e a partiu ao meio. Na intenção de colocar outra cruz no alto do Morro para substituir a que estava danificada, algumas pessoas, na maioria funcionários da prefeitura, entre eles Roberto Grando, organizaram-se e subiram em procissão levando a nova cruz, surgindo assim a ligação do espaço com o Calvário vivenciado por Jesus. A sociedade local passou a chamar o local de “Morro da Cruz” ou “Morro do Calvário”. Segundo Grando (2004), esse teria sido o primeiro momento de utilização do espaço com fins religiosos, ocorrendo comparações ao Calvário.

Entretanto, com a instalação, aos pés do morro, do Colégio das irmãs religiosas da congregação de Nossa Senhora da Glória, as manifestações de fé aumentaram bastante,

principalmente por começarem a organizar o espaço, colocando as estações da Via Sacra e construindo a gruta.

Na versão adotada no Município, as irmãs seriam as responsáveis pela transformação simbólica do morro desde o início. O Instituto Nossa Senhora da Glória, atual Colégio Nossa Senhora da Glória, coordenado pelas Irmãs Escolares de Nossa Senhora – IENS, foi instituído, em Francisco Beltrão, no ano de 1952, funcionando em diversas casas, até que, em 1956, o Instituto inaugurou sede própria, no Bairro da Cango, localizada próxima ao atual Morro do Calvário.

Segundo o relato do Sr. Olivar Angonese, as irmãs colocaram, no topo do morro, uma cruz de madeira, ficando conhecido como Morro da Cruz. Começou, então, a delinear-se naturalmente uma trilha até o alto do morro, trajeto mantido até hoje. (Cristo Redentor 15 anos, Caderno Cultural, n. 3, 2007, p. 06)

Assim, nas duas versões existentes, o contraponto está em quem colocou a primeira cruz no alto do morro. Já o consenso é o papel fundamental que as Irmãs desempenharam na transformação do espaço e construção do atual Morro do Calvário.

Até o ano de 1955, o Morro era utilizado pelos posseiros para plantar trigo, feijão e milho, entre outras culturas. Entretanto, pela sua localização, muitas pessoas subiam o morro para avistar a cidade. Na foto 26, podemos ver em primeiro plano o escritório da CANGO, atual Quartel Militar; aos fundos, o morro com lavouras e com um pouco de vegetação nativa e, ao lado direito, o Instituto Nossa Senhora da Glória.

Guzi (1999) apresenta o depoimento da Irmã Maria Alex, natural de São Paulo, que veio para Francisco Beltrão em 1952 para trabalhar no Instituto Nossa Senhora da Glória.

Praticamente quem deu início àquele parque foram as irmãs escolares. Especialmente a Irmã Berta que trabalhou no Colégio Nossa Senhora da Glória, vinda do Rio de Janeiro [...] Ela pediu na delegacia alguns presos. Os presos limpavam, carregaram as cruzes que foram colocadas. Foram eles que colocaram as primeiras cruzes no Calvário. [...] Toda a arrumação lá do Calvário foi arte da irmã Berta. Ela fez muitas viagens à São Paulo para adquirir tudo. Então a partir daí começou a ser o ponto turístico de Beltrão [...]. (Depoimento de Maria Alex, *apud* GUZI, 1999, p. 25)

A Gruta Nossa Senhora de Lourdes, localizada na base do Morro do Calvário, foi inaugurada em 1961 e, segundo depoimentos, atualmente ela está bem diferente de como era naquela época. “A gruta era muito linda, tinha água corrente, peixinhos, plantas muito lindas, cascatinha, era uma beleza. Tinha só a Nossa Senhora de Lurdes e Bernardete, não era como agora, que parece um museu de santos quebrados, parece macumba.” (Depoimento de Maria Alex, *apud* GUZI, 1999, p. 25)

**Foto 26. Sede da CANGO, Morro do Calvário e Instituto Nossa Senhora da Glória**



Fonte: Cristo Redentor 15 anos, Caderno Cultural, n.3, 2007, p. 4.

Atualmente, a Gruta não possui mais água corrente e nem plantas. Em razão da fé das pessoas e de inúmeras promessas realizadas, tornou-se um depósito de imagens, de cartas e bilhetes, de placas de agradecimento, muletas e outros sinais das graças alcançadas. (Foto 27)

**Foto 27. Gruta de Nossa Senhora de Lourdes no Morro do Calvário**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2006.

Posteriormente à transferência do Colégio Nossa Senhora da Glória para o centro da cidade, onde está até hoje, tanto a sede do Colégio quanto o espaço do Morro foram adquiridos pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, ASSESOAR, em

1968. “Em 1971 (...) iniciou o plantio de pinheiros e espécies nativas da região no Morro do Calvário.” (Cristo Redentor 15 anos, Caderno Cultural, n. 3, 2007, p. 06)

No ano de 1985, a ASSESOAR firmou um contrato de comodato com o Município para que pudesse ser preservado e serem realizadas melhorias no local. Tal contrato encerrou-se no mês de março de 2004 e, atualmente, há discussões sobre como realizar um outro contrato para que a Prefeitura possa investir recursos públicos no espaço.

Ocorreram reformas no Morro em dois momentos. A primeira em 1992, e a segunda em 2007. Em 1992, a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão pavimentou o caminho da Via Sacra; foram instaladas luminárias para permitir o uso noturno do espaço e as antigas e tradicionais cruzeiros que representavam as estações foram substituídas por monumentos trabalhados com pintura em azulejos. Outro marco desta obra foi a colocação da imagem do Cristo Redentor – com doze metros de altura e um suporte de oito metros – no alto do Morro. (Foto 28)

**Foto 28. Cristo Redentor – Morro do Calvário**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

Na reforma de 2007, foi restaurado o Cristo Redentor e corrigida a posição das suas mangas; também foi ampliado o mirante do Santo Sepulcro e revestido o pedestal do Cristo.

Como o Morro do Calvário, de propriedade da ASSESOAR, não é um *bem tombado*, não possui meios legais de garantir sua conservação o que tem facilitado alterações no local. O problema de maior gravidade a observar é a ocupação dos terrenos no seu entorno. Na década de 1990, a ASSESOAR que, em grande parte, é mantida com dinheiro vindo do exterior, deixou de receber auxílio por algum tempo e, como solução para dar continuidade aos seus projetos, vendeu os terrenos ao redor do Morro.

No fim da década de 1990, os terrenos comercializados começaram a ser ocupados por construções de casas de alto padrão, todas muito próximas do Caminho do Calvário (foto 29), o que facilitou a criação de entradas alternativas e contribuiu para o aumento do desmatamento além da descaracterização do espaço.

**Foto 29. Construções próximas ao Caminho do Calvário**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2005.

Como a área foi loteada antes da existência do plano diretor de Francisco Beltrão, as construções posteriores não puderam ser impedidas. Entretanto, atualmente, as construções podem utilizar o correspondente a apenas 10% do total da área do terreno, passando, mesmo assim, pela comissão do plano diretor a fim de que possa ser liberado.

O Morro do Calvário constitui-se num espaço de significativo sentido religioso para a população de Francisco Beltrão e de outros municípios da região pois, durante todos os dias do ano, existem peregrinos que visitam o Cristo. Eles fazem a via-sacra para pagar promessas, rezar, fazer agradecimentos ou, simplesmente, para estar em contato com a natureza e/ou por acharem o local bonito.

O Cristo Redentor é utilizado como imagem representativa de Francisco Beltrão em folders, páginas na internet, divulgação de eventos do município, entre outros, caracterizando-se como um referencial do município e já fazendo parte da identidade e do patrimônio local.

A visitação é contínua durante todo o ano; a população local e também as pessoas que visitam Francisco Beltrão proporcionam um bom fluxo de pessoas que visitam o espaço diariamente. Entretanto, o fluxo de pessoas aumenta durante a Semana Santa, na Quaresma, momento de forte penitência para os cristãos. O movimento de fiéis intensifica-se durante esse período e culmina com milhares de pessoas na Sexta-feira Santa. Pessoas de muitas cidades da região comparecem ao local; algumas caminham dezenas de quilômetros, em grupos ou sozinhas, como forma de sacrifício. Na foto 30, é possível verificar o grande número de pessoas rezando no Santo Sepulcro no alto do Morro, apesar de a foto ter sido feita em um dos momentos de menor fluxo, às 18:00 horas.

Além das peregrinações e das visitas turísticas, que visam usufruir da beleza paisagística do local, o Morro do Calvário já foi utilizado para educação ambiental e ensino religioso por alguns professores das escolas municipais e estaduais de Francisco Beltrão, o que mostra a versatilidade com que este patrimônio é utilizado pela população.

Entretanto, mesmo sendo muito utilizado, o Morro do Calvário está sendo descaracterizado. Sua importância como patrimônio de Francisco Beltrão, com significado histórico-cultural para o município, não tem sido reconhecida.

Em 2003, houve uma assembléia com 110 participantes, organizada por um grupo denominado “Amigos do Morro”, em que foram discutidas e levantadas várias propostas para a preservação e melhor utilização do Morro do Calvário, entretanto, as propostas sugeridas não foram executadas.

Em 2008, essa discussão voltou a acontecer, visando efetivar algumas das propostas sugeridas. O grupo voltou a se reunir com representantes da CRESOL – Francisco Beltrão, da ASSESOAR, da Paróquia Cristo Rei, da Prefeitura Municipal e do Grupo de Estudos Territoriais – GETERR da União e, no dia 19 de novembro de 2008 formatou um documento com as Diretrizes para o Morro do Calvário (Anexo 04), no qual constam diversas ações a serem realizadas.

**Foto 30. Mirante do Santo Sepulcro na Sexta-feira Santa**

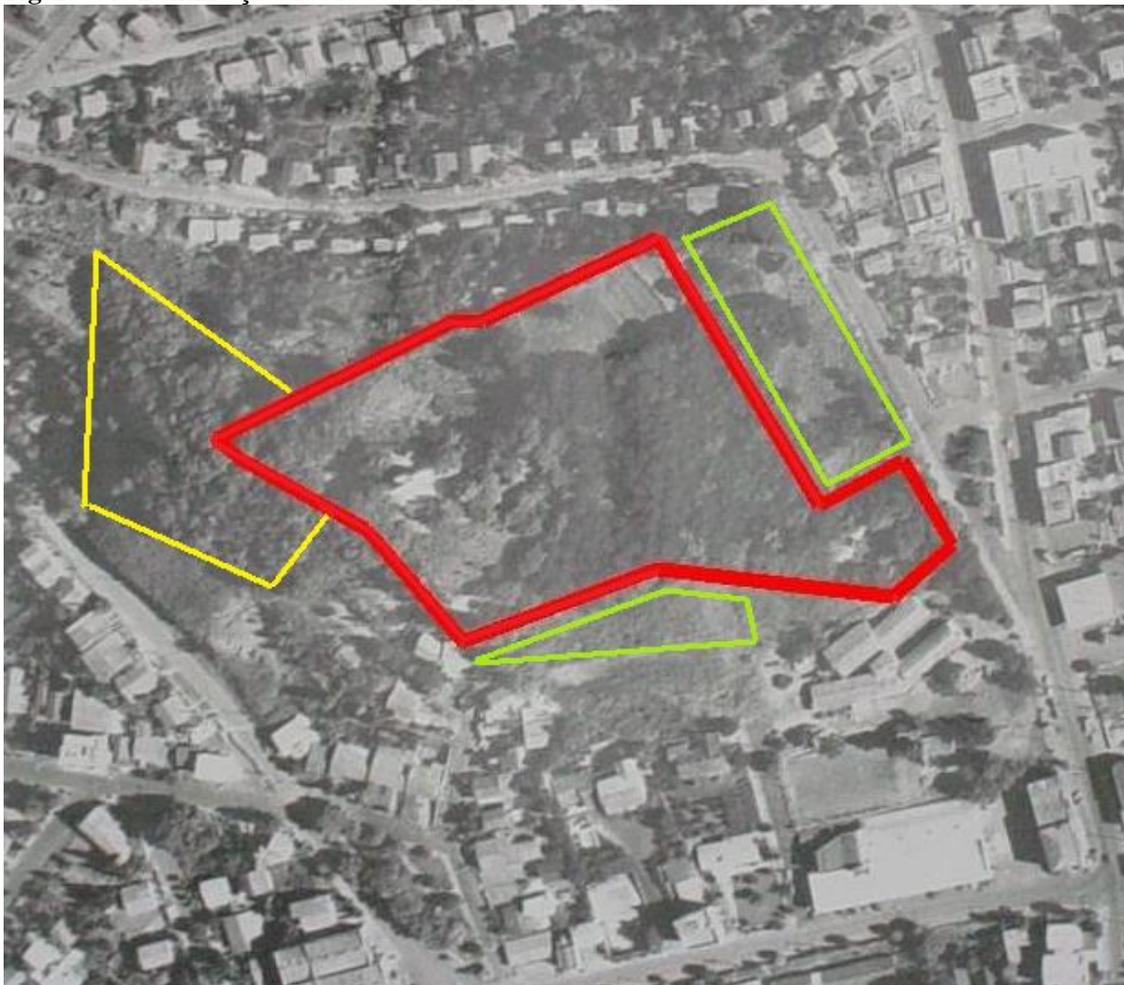


Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

Podemos citar entre principais idéias, a retirada das espécies vegetais exóticas e o reflorestamento a partir de espécies nativas; melhoria do fluxo de trânsito e de estacionamento na avenida General Osório assim como a construção de uma praça com concha acústica, área para alimentação e um monumento com o tema: “Morro do Calvário: testemunho da história”.

Outra ação sugerida é a aquisição, por parte do município, de terrenos que fazem limite com o Morro e que ainda estão com a vegetação preservada para aumentar a área de conservação ambiental e evitar a edificação nessas áreas. Na figura 03, delimitado em vermelho está a área que hoje pertence à ASSESOAR. Em verde estão indicadas as áreas já ocupadas por residências ou pontos comerciais. Percebemos, principalmente nos limites à esquerda da imagem, destacado em amarelo, áreas ainda arborizadas e não ocupadas pertencentes a terceiros.

**Figura 04. Delimitação da área do Morro do Calvário**



Fonte: ASSESOAR.

Entretanto, muitas das ações sugeridas esbarram na burocracia e na falta de recursos financeiros para investir na preservação do patrimônio e estão, até o momento, sem execução.

### *3.3.2 Praça Eduardo Virmond Suplicy*

No espaço urbano, as praças públicas, lugares de uso comum do povo, devem contribuir para o embelezamento das cidades e promover o intercâmbio social e cultural dos cidadãos.

As relações sociais dos habitantes de uma cidade acontecem nas ruas e também nas praças. Por essa razão, justifica-se a conservação e a valorização do espaço em questão e a preservação da história do município, pois, se a rua bem como o traçado “são os lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos e

práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio.” (LAMAS, 2004,p. 102)

A importância da praça não se dá apenas por ser um local de lazer e convivência da sua população, mas pelo papel que teve no processo histórico da ocupação do município. Nesse processo, podemos citar a Revolta dos Posseiros, em 1957, quando a praça foi o ponto de encontro dos posseiros para o levante.

Segundo Martins (1986), o povoado de Marrecas, instalado à margem direita do rio do mesmo nome, já dispunha, em princípios de 1949, de um loteamento urbano, devidamente demarcado, com apenas uma rua central aberta, a atual avenida Júlio Assis Cavalheiro, ligando a “estrada federal” à sede da CANGO. A avenida central dividira o loteamento em duas partes, uma pertencendo a Luiz Antonio Faedo e outra, a Julio Assis Cavalheiro; Faedo doou o terreno para a construção da praça e Julio Assis, para a Igreja.

A igreja católica já teve três construções anteriores, sempre no mesmo local, substituídas à medida que a estrutura não comportava mais o número de fiéis. Segundo Franciosi (2006), no ano de 1949, os primeiros habitantes da Vila Marrecas construíram uma pequena casa de madeira que servia de capela. Em 1951, iniciou-se a construção da primeira Igreja e, em dezembro de 1963, foi inaugurada a segunda (Figura 04). A igreja atual foi inaugurada no ano de 1970. (Foto 31)

O local onde está localizada a Praça Eduardo Virmond Suplicy possuía a mesma elevação do local onde está construída a igreja matriz, tendo sido o local escavado para deixar a Igreja em um patamar mais alto e também para utilizar a terra e emparelhar o local onde seria construída a Avenida Julio Assis Cavalheiro, deixando-a bem mais plana do que era antigamente.

A igreja, localizada intencionalmente na parte mais elevada do centro da cidade, revela o poder da igreja entre os descendentes de europeus, colonizadores e sujeitos na organização do território: a igreja configura-se historicamente como um agente social muito forte e, normalmente, faz-se mostrar através de edificações (templos, monumentos etc.) e imagens (rituais, normas de conduta, entre outros).

No início da década de 1950, a cidade começou a crescer horizontalmente. Ao redor do espaço destinado à praça, foram construídas as primeiras edificações: posto de combustível, sorveteria, barbearia, rodoviária, bar, pensões, armazém de secos e molhados, cinema e a agência do Banco do Brasil, o que revela claramente uma divisão social do trabalho inicial, inerente à formação de cada cidade no modo capitalista de produção.

**Figura 05. Quadros de Carmes Franciosi representando a primeira e a segunda igreja do município**



Fonte: Franciosi, 2006.

**Foto 31. Concatedral de Francisco Beltrão – Praça Eduardo Virmond Suplicy**

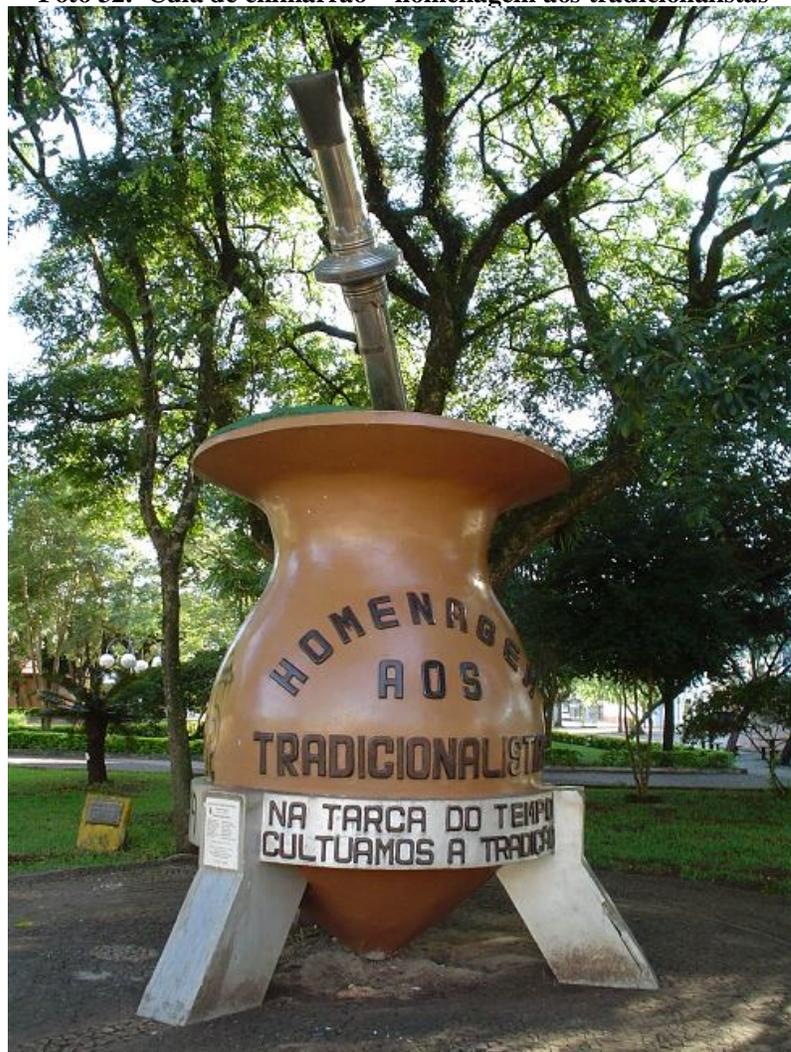


Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2007.

Apesar do terreno para a construção da praça já estar definido desde o início da ocupação, somente em 31 de janeiro de 1969 foi realizada a sua inauguração, recebendo o nome de Eduardo Virmond Suplicy em homenagem ao primeiro administrador da Colônia Agrícola Nacional General Osório. No ano de 1988, a avenida em frente à igreja deu lugar a um calçadão, aumentando o espaço para a realização de eventos e de lazer para a sociedade.

A Praça Eduardo Virmond Suplicy (Anexo 05) possui vários monumentos que contam um pouco da história do município como o monumento em agradecimento à ação do GETSOP; o monumento à bíblia demonstra a fé cristã, característica dos descendentes de italianos, alemães e poloneses que ocuparam a região; à maçonaria; o obelisco construído em homenagem à inauguração da praça e também a cuia de chimarrão (foto 32), homenageando os gaúchos, que povoaram a região e que mantêm as tradições vivas em Francisco Beltrão.

**Foto 32. Cua de chimarrão – homenagem aos tradicionalistas**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2006.

### 3.3.3 Parque de Exposições Jaime Canet Junior

O Parque de Exposições Jaime Canet Junior foi construído para abrigar a Festa Nacional do Feijão – FENAFE, que teve sua primeira edição no ano de 1967. Para a primeira festa foram construídos um pequeno restaurante, barraquinhas de pau a pique e pequenas pontes de madeira sobre o córrego.

A idéia de criar um evento nacional deu-se em razão da “necessidade de tornar o Sudoeste do Paraná conhecido, pela sua economia. Até então o Sudoeste era conhecido como uma região de conflitos pela posse da terra.” (GUZI, 1999, p. 35) O Prefeito, Antonio de Paiva Cantelmo apoiou a idéia e iniciou a negociação para compra do terreno do parque, totalizando 7.000m<sup>2</sup>, na Avenida União da Vitória, Bairro Miniguaçu.

À primeira edição da Festa Nacional do Feijão compareceram ao parque mais de 25 mil pessoas, justificando o investimento posteriormente, através da aquisição de mais terrenos para agregar à área e construção de pavilhões. (GUZI, 1999)

Otacílio da Silva Santos, vigia do parque na época das primeiras festas, destaca a transformação nele ocorrida desde as primeiras edições da FENAFE até as últimas realizações da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Francisco Beltrão – EXPOBEL: “mudou bastante... foi construído tudo novo, só que é como estou te falando, não é aquele negócio natural como era antes, né!” (SANTOS, 2002, p.13)

Por outro lado, Severino Capeline, proprietário de terras próximas ao local onde hoje é o parque, destaca que “eles capricharam bastante! Ficou bonito! Antes era pequeno e feio, agora é grande e bonito. [...] Uma vez tinha banhado, lagoa.” (SANTOS, 2002, p.13)

Nesse sentido observamos que a transformação do parque, as construções realizadas e o uso do parque dividem opiniões, pois ao mesmo tempo, alguns pensam que os aspectos naturais devem ser priorizados, outros, que as transformações e o uso para os eventos são fundamentais para a manutenção do parque. (Foto 33)

Apesar das alterações, um dos destaques do Parque de Exposições Jaime Canet Junior é a grande presença de elementos naturais, a vegetação nativa e também a exótica, e o córrego Urutago, que corta o parque em vários pontos, tornando o espaço uma opção de lazer para a população local. Segundo Santos e Francischett (2003), 70% das 2.044 árvores encontradas no Parque, em 2003, eram de espécies nativas do Sudoeste. Foram identificadas 107 espécies; dentre as árvores nativas, as mais encontradas foram o branquilha, com 403 exemplares, e a pitangueira, com 259 exemplares; dentre as espécies exóticas, as mais numerosas são a pimenteira, com 243 unidades, e a grevilha, com 87 exemplares.

A FENAFE transformou-se em EXPOBEL (Anexo 06), com realização bienal, chegando à sua 23ª edição em 2008. Atualmente o Parque Jaime Canet Junior conta com uma área de quase 100.000m<sup>2</sup> e sete pavilhões que totalizam 3.850m<sup>2</sup> de área construída. Além disso, em 2002, foram inauguradas duas etapas da construção do Centro de Eventos (Foto 34), atingindo a área de 6.240m<sup>2</sup>; em 2008, foi inaugurada a terceira etapa, compreendendo sala de convenções e centro de alimentação, com 1.969m<sup>2</sup>, totalizando, até o momento, 8.209m<sup>2</sup> de área construída, prevendo-se novas etapas a serem concluídas nos próximos anos.<sup>10</sup>

**Foto 33. Parque de Exposições Jaime Canet Junior**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

Segundo a ACEFB – Associação Comercial e Empresarial de Francisco Beltrão – organizadora do evento em 2008, a feira reúne mais de 500 expositores de vários setores da economia e de diversos Estados; durante os 10 dias de realização, são esperados mais de 300

---

<sup>10</sup> Informações obtidas junto à Secretaria de Urbanismo da prefeitura municipal de Francisco Beltrão.

mil pessoas de toda a região para assistir aos shows, realizar negócios, visitar os *stands* e visitar a exposição agropecuária.<sup>11</sup>

Nos fins de tarde e, principalmente, nos fins de semana e feriados é possível observar um grande número de famílias, utilizando o parque para fazer caminhadas e brincar com as crianças.

**Foto 34. Centro de Eventos no Parque de Exposições Jaime Canet Junior**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

Enfim, as casas de madeira, construídas no início do processo de formação de Francisco Beltrão, congregam, traços arquitetônicos próprios dos migrantes descendentes de europeus e registram os tipos de madeira abundante na região na época da ocupação, transformando edificações em heranças histórico-culturais. A sua preservação permite a compreensão de tempos passados e a valorização do patrimônio territorial.

Já o Parque de Exposições Jaime Canet Junior, a Praça Eduardo Virmond Suplicy e o Morro do Calvário são espaços públicos constituídos socialmente, possuem um fluxo

---

<sup>11</sup> Disponível em <http://www.expobel.com.br/tradicao.htm>

frequente de pessoas, mas que não são reconhecidos e valorizados como patrimônio territorial mesmo diante da importância que tiveram na história do município e das características identitárias locais que resumem.

### **3.4 O patrimônio do espaço rural e o turismo**

Conforme vimos anteriormente, a complementaridade existente entre o espaço urbano e o espaço rural é o que explica a totalidade do processo de formação territorial de Francisco Beltrão. Nesse sentido, quando pensamos em patrimônio territorial, necessitamos compreender também o do espaço rural como as atividades artesanais familiares que descrevemos no início deste capítulo.

Além dessas unidades produtivas e de vida, identificamos, no espaço rural, os estabelecimentos abertos à visitação, para, posteriormente, analisar quais os agentes que estão envolvidos nesse processo de ofertas de lazer e turismo no espaço rural; conhecer o que é oferecido ao público e qual o papel exercido pelos aspectos histórico-culturais nesses estabelecimentos.

Identificamos algumas ações isoladas em propriedades agrícolas que, ainda na década de 1990, passaram a ofertar atividades de lazer e turismo como o Recanto do Rio Santana, iniciado no ano de 1990, porém já não existe mais; posteriormente, em 1998, foi criado o Recanto do Dário; em 2000, o Recanto da Amizade. Tais iniciativas são consideradas pioneiras no turismo rural de Francisco Beltrão.

No ano de 2000, a organização do turismo no município passou a contar com a atuação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), principalmente através da técnica Sueli Baldo, que vem trabalhando com a organização do turismo rural, transformando significativamente as experiências realizadas a partir de então.

Através do trabalho da EMATER, em 2000, foram identificadas as unidades de lazer que exploravam rios e cachoeiras, chamando atenção dos técnicos da instituição a depredação do ambiente. Foi observada também a questão de haver um potencial turístico ainda não explorado de maneira adequada. Segundo Baldo (2009), a primeira atitude foi identificar as potencialidades e agir no sentido de unir e capacitar esses agricultores que já vinham trabalhando isoladamente com ofertas de lazer e turismo.

Após o início do acompanhamento da EMATER, mais proprietários de estabelecimentos rurais despertaram para o interesse de trabalhar com o lazer e o turismo,

surgindo, em 2002, o Recanto Renascer; em 2005, a Cantina Salmória; em 2006, o Pesque e Pague Daniela; em 2007, o Colhe e Pague Santa Inês; e, em 2008, o Recanto Vale Verde.

Através dessas informações, podemos observar que a maior parte das propriedades rurais abertas à visitação iniciou seus trabalhos após o ano 2000, quando a EMATER passou a dar apoio aos proprietários, sendo muitas delas incentivadas pelo bom andamento em outras propriedades e pela criação do grupo de turismo rural e, posteriormente, pela formação do roteiro “Caminho do Marrecas”. (Mapa 03)

A intenção da EMATER, ao criar um grupo de turismo rural, foi proporcionar aos proprietários e familiares que se conhecessem e se unissem em torno de um objetivo comum, evitando a concorrência e com a idéia de que, quanto mais unidos eles estivessem no momento de divulgar o turismo rural do município, tanto na sociedade local como no Sudoeste, maior êxito teriam.

Um dos principais papéis da EMATER no desenvolvimento do turismo rural em Francisco Beltrão é o investimento na área de capacitação, proporcionando aos proprietários de estabelecimentos e suas famílias a participação em inúmeros cursos que abordaram os mais diversos temas, desde a parte burocrática e administrativa de gestão da propriedade até jardinagem e culinária.

O planejamento das atividades a serem desenvolvidas, de acordo com técnico da EMATER, tendem a ser planejada pelos próprios integrantes do grupo, pois a cada início de ano apontam as necessidades e, a partir delas, a EMATER responsabiliza-se por estabelecer parcerias com outras instituições que auxiliam a suprir tais fragilidades.

Como atividades importantes para o fortalecimento do grupo e conhecimento técnico são realizadas excursões, para visitar outras experiências turísticas e analisar de que maneira o processo ocorreu em outros lugares e quais são as lições tiradas para o turismo em Francisco Beltrão. Como exemplo, citamos as viagens para o roteiro de turismo rural de Colombo, na região metropolitana de Curitiba; em Joinville, Nova Trento e Piratuba, em Santa Catarina; os roteiros dos municípios de Verê e Capanema; além da participação em eventos, como o Seminário de Turismo Rural em Tibagi – PR, em 2009.

Outra atividade proporcionada pela EMATER foi a consulta a turismólogos para avaliar o potencial turístico das propriedades, através de parcerias com entidades como a Ecoparaná e a Paraná Turismo. Durante as visitas, foram analisados os potenciais turísticos e constatada a viabilidade de investimentos nessa atividade.

Na continuação das ações integradas de implantação do turismo no espaço rural de Francisco Beltrão, a partir da iniciativa dos proprietários e de Sueli Baldo, foi formado, em

2007, o roteiro “Caminho do Marrecas”, tendo como propriedades integrantes aquelas cujos proprietários participavam ativamente do grupo, das reuniões, cursos e excursões e localizavam-se próximas geograficamente.

A idéia da formatação de um roteiro surgiu da necessidade de oferecer um pacote de atividades que pudessem ser realizadas durante determinado trajeto, com propriedades próximas umas das outras, e com opções variadas de lazer.

O “Caminho do Marrecas” é composto por seis propriedades rurais: Chácara Rios, Colhe e Pague Santa Inês, Cantina Salmória, Recanto Renascer, Recanto Vale Verde e Recanto do Dário. Alguns proprietários já trabalhavam na área antes do surgimento dessa proposta; outros foram incentivados pela proximidade com os vizinhos. Vendo uma possibilidade de expor suas propriedades e comercializar seus produtos, iniciaram recentemente sua inserção no turismo e lazer.

No início, também fazia parte do roteiro o estabelecimento denominado Recanto das Aves, mas a proprietária decidiu sair do “Caminho do Marrecas” e receber somente grupos escolares por trabalhar sozinha, o que lhe ocasionou uma sobrecarga de trabalho. Pesquisamos também propriedades que não estão inseridas na referida rota, como o Recanto da Amizade e o Pesque e Pague Daniela, por serem muito distantes das demais, porém, seus proprietários continuam a participar das reuniões, treinamentos e viagens do grupo de turismo rural.

Para propormos formas da valorização territorial multidimensional a esses estabelecimentos, aliadas às atividades do turismo rural que já vem sendo efetivadas, é necessário o conhecimento de cada uma, estabelecer quais as atividades oferecidas aos visitantes e a importância que o lazer assumiu na manutenção da vida das famílias envolvidas. Entendemos essas propriedades também como patrimônios do município que precisam ser entendidas, preservadas, valorizadas e, talvez, dinamizadas.

De acordo com os dados das entrevistas, podemos destacar que, entre oito propriedades pesquisadas, cinco pertencem integralmente à lógica da agricultura familiar, ou seja, possuem até 50 hectares, desenvolvem atividades agropecuárias de subsistência, a maior parte da mão-de-obra é familiar, a gestão é feita pela família, a maior parte dos membros da família reside na propriedade e a principal fonte de renda provém de atividades agropecuárias internas à propriedade (CANDIOTTO, 2008). Os outros estabelecimentos atendem parcialmente aos requisitos. Destacaremos, a seguir, cada propriedade.

### *3.4.1 Chácara Rios – Parque das Laranjeiras*

Os proprietários são Adão e Leonilde Rios; ela professora; ele, funcionário federal, ambos aposentados, adquiriram o estabelecimento do pai de Leonilde em 1988. No início, como residiam na cidade, apenas um caseiro cuidava do local, entretanto, visitavam a chácara todos os dias até que, em 1993, decidiram construir uma casa e morar no local.

O estabelecimento possui uma área de 5 hectares, está localizado na Água Branca, a 5,5 Km do centro da cidade. É o que possui o melhor acesso, pois está à margem da rodovia PR 483. Produz milho, mandioca, batata doce, amendoim, verduras, cana, frutas, tudo para consumo no estabelecimento. Há também animais como ovelhas, cabritos, galinhas caipiras, entre outros.

Apesar de possuir menos de 50 hectares, realizar atividades agropecuárias de subsistência e maior parte da mão-de-obra e a gestão serem familiar, a principal fonte de renda não provém de atividades agropecuárias. A renda atual da família advém 35% da aposentadoria e 65% da atividade de lazer e de turismo, não se constituindo, portanto, uma propriedade típica da agricultura familiar.

A atividade de lazer e turismo, no estabelecimento, iniciou em decorrência de um jantar que os proprietários ofereceram para os amigos numa casa que estava vazia. Na mesma noite, os amigos fizeram reservas para a próxima semana despertando a família para a possibilidade de trabalhar com eventos agendados, já que o casal estava aposentado e procurava algo com que trabalhar. Fizeram algumas modificações na casa e, em 2003, começaram a trabalhar com o turismo. As outras atividades do Parque Laranjeiras surgiram como consequência da primeira atividade, a gastronomia.

Atualmente, além do restaurante (foto 35), a chácara conta com espaço para realização de festas infantis, com brinquedos infláveis e decoração própria (administrada pela filha do casal), quiosques, campo de futebol, piscina, passeio de “tratrem” (carroceria acoplada a um trator), parque infantil, animais e pomar. Há a intenção de disponibilizar a própria casa dos proprietários e transformá-la em pousada familiar, entretanto os filhos não apóiam a idéia por pensarem que haverá uma sobrecarga de trabalho para o casal.

Além de eventos como aniversários, festas de casamentos, confraternização de empresas e festas infantis, recebem excursões de estudantes, grupos de idosos, clube de mães, entre outros, sendo oferecida, normalmente, uma refeição. Recebem na propriedade em torno de 12 a 13 mil pessoas por ano.

**Foto 35. Restaurante da Chácara Rios – Parque das Laranjeiras**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

Para agregar valor à gastronomia, a proprietária produz doces de uva, cana-de-açúcar, abóbora, jabuticaba, laranja, tanto para servir nas refeições quanto para vender aos visitantes.

Um dos destaques da propriedade, atualmente, é a presença de animais que chamam a atenção principalmente de crianças, como quati, arara, avestruz, pavão, faisão, pônei, ovelha, cabrito, galinha d'angola, entre outros. (Foto 36)

Além do casal, e da filha que administra a realização das festas infantis, há um funcionário fixo para auxiliar na manutenção; o casal reclama da falta de mão-de-obra qualificada, pois por várias vezes ofereceu casa, comida, luz, água e salário, e não consegue arrumar alguém que se dedique ao trabalho na Chácara. Como não há um funcionário para deixar como responsável, muitas vezes, deixa de agendar eventos para poder viajar, lazer preferido do casal, pois afirma que ficando em casa, sempre há trabalho a ser feito. Frequentemente cozinheiras são contratadas para auxiliar no restaurante, porém apenas quando há eventos agendados.

**Foto 36. Avestruz na Chácara Rios - Parque das Laranjeiras**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

#### *3.4.2 Horta Colhe e Pague Santa Inês*

O estabelecimento onde se localiza a horta Colhe e Pague Santa Inês possui pouco mais de sete hectares. A principal fonte de renda da família resulta da produção de hortaliças como alface, couve, chicória, agrião, beterraba, brócolis, couve-flor, vagem, entre outras, produzidas para comercializar na feira de Francisco Beltrão e para restaurantes da cidade. Produzem-se também milho e mandioca; há em torno de 50 galinhas, 10 javalis, 2 vacas de leite e 9 cabeças de gado para o consumo na propriedade.

Reside na propriedade somente o casal aposentado, mas quem administra a produção é o filho que reside em Marmeleiro e desloca-se até o estabelecimento diariamente.

O proprietário da Horta Colhe e Pague Santa Inês, localizada no Rio Quibebe, trabalha no ramo das hortaliças há 30 anos; porém, em 2007, no mesmo movimento da criação do “Caminho do Marrecas”, participando das reuniões e cursos ofertados pela

EMATER, Hélio Osowski decidiu abrir a horta para visitação, buscando novos clientes, interessados em conhecer como se d a a produção de hortaliças e em adquirir produtos cuja procedência seja conhecida. (Foto 37)

**Foto 37. Produção de hortaliças no Colhe e Pague Santa Inês**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

As modificações que percebemos nesta propriedade, em razão da inserção nas atividades de lazer e turismo, resumem-se na preocupação com a organização e a aparência tanto da área onde são colhidas as hortaliças como onde é feita a recepção desses grupos, para o que foi construído um quiosque para servir refeições e ser mais uma alternativa de renda para a família. (Foto 38)

A outra modificação em processo é a procura pelo enquadramento da propriedade para o recebimento da certificação de produtos orgânicos, que, segundo o produtor, é lento, burocrático, mas importante para transmitir mais segurança às pessoas que adquirem seus produtos e admite, também, que o interesse pelo processo de produção de produtos orgânicos   maior do que pelo convencional, podendo aumentar o fluxo de visitantes.

**Foto 38. Quiosque na Horta Colhe e Pague Santa Inês**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

Já receberam alguns grupos de turistas com a intermediação do SESC de Francisco Beltrão, cobrando R\$ 3,00 por pessoa para a visita. Além de turistas, recebem turmas de Colégios, Colônias de Férias do SESC e alunos do Colégio Agrícola.

Apesar de não terem percebido muita diferença depois da abertura para a visita, esperam que, em breve, essa situação comece a melhorar, em razão da maior divulgação, da qualificação no atendimento e diversificação da oferta (jantares com comida caseira às quintas-feiras).

Destacamos que são agricultores familiares, pois possuem menos de 50 hectares de terra, desenvolvem atividades agropecuárias de subsistência, a maior parte da mão-de-obra é familiar, a gestão é feita pela família, a maior parte dos membros da família reside na propriedade e a principal fonte de renda provém de atividades agropecuárias internas à propriedade.

### 3.4.3 Cantina de Vinho Salmória

A propriedade de Adair Salmória onde está a Cantina de Vinho Salmória está localizada no Rio Quibebe, possui oito hectares e a área destinada ao parreiral é de um hectare e está sendo ampliada. (Foto 39)

**Foto 39. Parreiras para cultivo da uva e produção do vinho**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

O casal trabalha com a produção do vinho há 30 anos; a cantina foi criada em razão da tradição familiar de produzir vinhos. A atividade é considerada pelo proprietário como uma atividade prazerosa e não uma atividade econômica, pois sempre teve o hábito de produzir vinho para o consumo próprio e, com o aumento da produção, começou a comercializar o excedente para pessoas conhecidas.

Eu sempre fui assim apaixonado por vinho, eu gosto de fazer vinho, gosto de mexer com isso aí. Eu, pra mim, fazer vinho, trabalhar com uva e vinho não é serviço, é um entretenimento, então sempre gostei de fazer um produto puro, com qualidade, com capricho, usando aquele *esqueminha* do falecido nono. Meu nono, 80 anos atrás, quando ele fazia vinho ele tinha uns macetes, tinha umas idéias dele,

[...] e eu adoto, uso alguma coisa desses esquemas até hoje ainda, claro que hoje tudo evoluiu, hoje tem máquinas diferentes, a quantidade é maior, é diferente, naquela época se esmagava a uva com o pé e hoje tem maquininhas aí, simples e tal, mas que separam o grão do cacho, fazem todo esse processo. (SALMÓRIA, 2007)

No estabelecimento de Salmória, são produzidas três espécies de uva: niágara, casca dura e bordô. É utilizada somente 30% da uva niágara (branca e rosê) para fazer vinho, o restante é comercializado in natura. A uva casca dura e a bordô, são totalmente utilizadas na produção do vinho. Apesar de colher aproximadamente 6.000kg de uva por ano, o que produz não é suficiente para a produção do vinho tinto, por isso compra de outros produtores da região e até do Rio Grande do Sul.

A produção de 2007 totalizou 6 mil litros de vinho, porém, devido à grande procura, foram comercializadas todas as garrafas antes que o vinho da safra de 2008 estivesse pronto para ser consumido; por isso, para ter vinho o ano todo, pretende aumentar a produção para 10 mil litros por ano. Além do cultivo da uva e da produção do vinho, o casal possui galinhas poedeiras e produz geléia, chimia e compotas para a comercialização.

Adair Salmória critica o processo de produção das grandes cantinas, onde não há seleção das uvas utilizadas, a higiene não é ideal e, além disso, são adicionados produtos químicos para conservar o vinho por mais tempo. Para combater essa prática, ele construiu uma cantina pequena, para poder controlar a qualidade e a pureza do vinho, por isso tenta não aumentar muito a produção para que permaneça artesanal e familiar.

A Cantina Salmória foi aberta à visita em meados de 2007, em razão da iniciativa de criar um roteiro de turismo rural; preparou-se para receber grupos de visitantes e fazer demonstração e explicação do processo de produção do vinho assim como a degustação e a comercialização.

Entretanto, em decorrência do curto período de atividade e também pela pouca divulgação, os reflexos das visitas ainda não estão sendo tão perceptíveis. A renda familiar continua sendo, principalmente, a aposentadoria do casal. Porém, os proprietários sabem que o retorno de investir em turismo em Francisco Beltrão é em longo prazo, e nem fazem tanta questão da divulgação, pois toda a produção de vinho já está comercializada. Alguns grupos ali recebidos foram organizados pela unidade do SESC de Francisco Beltrão. Na maior parte, são pessoas conhecidas que visitam para comprar vinho e conversar, o que proporciona grandes amizades à família.

Para o controle da qualidade, o produtor destaca a grande interferência que o tempo tem na produção da uva e fabricação do vinho, pois até a quantidade de dias de sol ou chuva influem. Como exemplo, citou as safras de 2006 e 2007: no primeiro ano ele precisou colocar apenas 4 gramas de açúcar por litro de mosto e, em 2007, teve que colocar 57 gramas por litro para atingir o valor necessário para a fermentação do vinho. Para efetuar esse controle é preciso estar atento às taxas de açúcar e de álcool durante o processo de fabricação do vinho.

Outro fator que interfere na qualidade do vinho é a armazenagem. Na cantina Salmória, todo o estoque é deixado no escuro, contra o barranco; a temperatura chega, ao máximo, 22 graus; mesmo que a temperatura externa seja de 0 grau, dentro está em torno de 12 graus.

O estabelecimento de Adair Salmória, além de não possuir cinquenta hectares e a família residir na propriedade, pode ser classificado como agricultura familiar; a principal fonte de renda da família advém da aposentadoria que recebem como produtores rurais além de realizar cultivos para a subsistência com base no trabalho familiar.

#### *3.4.4 Recanto Renascer*

O Recanto Renascer, na comunidade Água Vermelha, a 16,5 km do centro da cidade é de propriedade de Adelino Menegatti e possui aproximadamente 33 hectares. Atualmente, somente o casal reside e trabalha na propriedade; os filhos foram para a cidade estudar na faculdade e trabalhar.

O proprietário, até o início de 2000, tinha como principal fonte de renda a suinocultura. Entretanto, em razão da crise que o setor enfrentou em 2000 e 2001, buscou orientações, a princípio, de técnicos da Cresol (Cooperativa de Crédito Rural Solidário) e, posteriormente, de técnicos da EMATER, que mostraram a possibilidade da família trabalhar com lazer e turismo como alternativa de renda. Após a análise da propriedade, decidiram aproveitar uma área na margem do rio para camping e outras formas de lazer.

O Recanto começou a funcionar em 2002 e, em 2004, tornou-se a principal fonte de renda da família, ocupando grande parte do tempo do casal que, além da suinocultura, teve que deixar de trabalhar com gado. Entretanto, o proprietário do Recanto assinala que se um dos filhos ainda residisse na propriedade e os ajudasse com as tarefas, gostaria de ter continuado com a atividade.

Em 2007, 70% da renda familiar vinha do Recanto. A esposa de Adelino produz queijo, cuca, pão e amendoim para venda na lanchonete. Além da importância econômica, o

casal destaca que o trabalho do Recanto é menos cansativo, menos pesado e exige menos exposição ao sol do que o trabalho na lavoura. Entretanto, assinalam que falta tempo de lazer para a família.

Além do Recanto, a produção de milho e soja em 10 hectares da propriedade, é comercializada em cooperativas do município. Cultivam-se também laranjas, vendidas para lanchonetes da cidade e arroz para consumo. Além disso, há também 2 vacas e 10 porcos, apenas para o consumo da família.

A localização do Recanto Renascer, nas margens do Rio Marrecas, faz com que muitos visitantes utilizem o rio para banho, mas esse não é o único atrativo. Há uma grande valorização do elemento natural, ou seja duas trilhas, uma de 1.500 metros e outra de 600 metros. Ao longo da trilha menor, denominada “Trilha dos Sentidos”, há placas sobre os sentidos humanos, ressaltando de que maneira a visão, o tato, a audição, o paladar e o olfato auxiliam na interação do homem com a natureza. Nessa trilha, destacamos a presença de um córrego com muitos meandros que corta a trilha em diversos pontos e a presença de grande número de pássaros. (Foto 40)

**Foto 40. Trilha dos Sentidos no Recanto Renascer**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

As principais espécies vegetais encontradas na área de camping e nas trilhas são nativas da região: guaviroveira, ipê-amarelo, angico, cerejeira, pinheiro araucária, canela-preta, canela-de-brejo, sete-capotes, entre outras. No recanto, existem também 2 casas, 1 de madeira e 1 de alvenaria, utilizadas para pernoite dos visitantes.(Foto 41)

Por já receber visitantes antes da criação do roteiro “Caminho do Marrecas” e, portanto, estar melhor estruturado, o proprietário, Adelino Menegatti, afirma já sentir a diferença na frequência de pessoas que visitam o estabelecimento. A temporada 2007/2008 foi considerada fraca pelo proprietário, em razão da grande pluviosidade nos fins de semana, fazendo com que em muitos domingos não houvesse visitação. Ainda assim, a visitação média foi de 150 pessoas por domingo. Segundo o proprietário, a média por temporada   de 4.000 visitantes, procedentes de Francisco Beltrão e também de municípios como Marmeleiro e Renascenç a.

**Foto 41. Casa utilizada para pernoite**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

O público do Recanto foi sendo formado através do estabelecimento de normas, o que, aos poucos, fez com que os jovens solteiros, responsáveis por perturbações da ordem,

deixassem de frequentar o local. Atualmente, os principais frequentadores são famílias e casais.

Além da venda de produtos na lanchonete, a entrada custa R\$2,00 por pessoa, R\$ 5,00 para acampar e R\$ 40,00 por dia para utilizar cada uma das casas, com capacidade para até 6 pessoas.

Como a área tem maior uso durante o verão, é necessário criar alternativas para amenizar os efeitos da sazonalidade; assim, no inverno, é oferecida refeição para grupos e também alocam-se o campo de futebol suíço.

Apesar do grande fluxo de visitantes, o proprietário reclama da situação das estradas e também da ponte sobre o Rio Marrecas, (foto 42) que impossibilita que excursões vindas de ônibus cheguem até o Recanto. Em 2008 ele deixou de receber grupos de idosos e turmas de alunos de Colégios de Francisco Beltrão e região.

**Foto 42. Ponte sobre o rio Marrecas na estrada de acesso ao Recanto Renascer**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

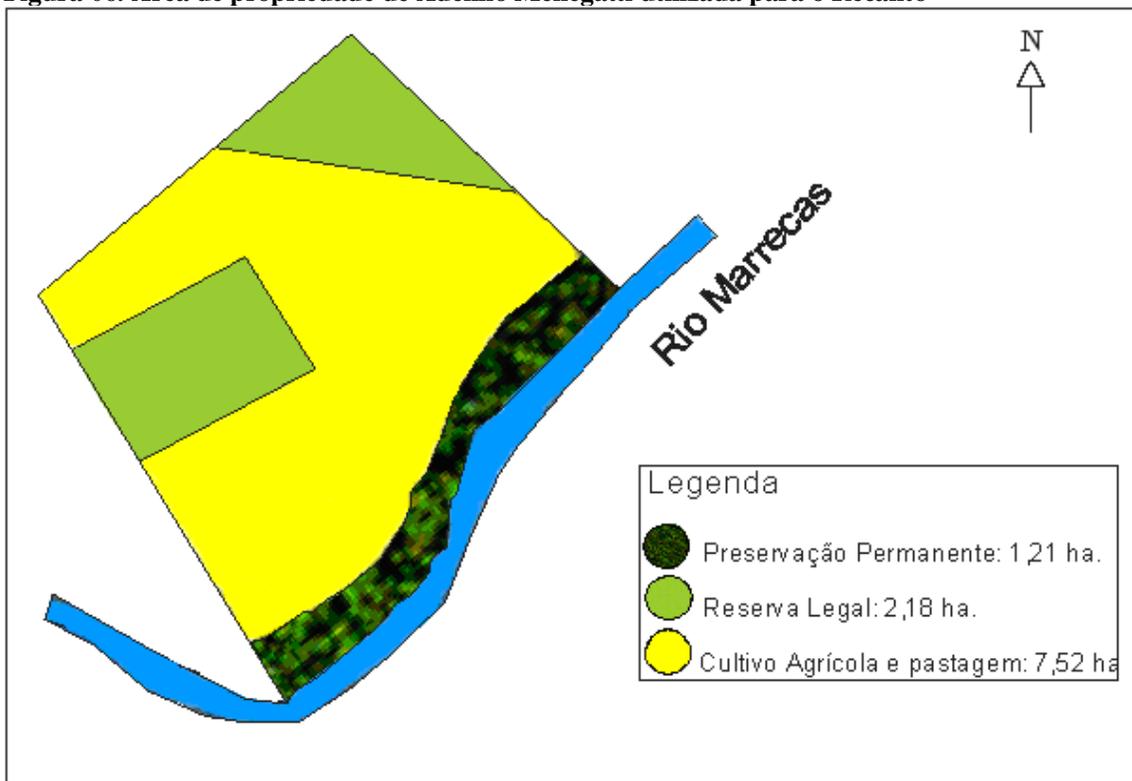
Como a propriedade de Adelino Menegatti possui SISLEG, ou seja, já está registrado no Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal e Áreas de Preservação

Permanente, é possível analisarmos também a espacialização das atividades de lazer e das áreas de preservação no estabelecimento. A propriedade está sinalizada em duas figuras, pois na escritura constam como áreas separadas, mas pertencente ao mesmo proprietário.

Na figura 05, podemos visualizar uma parte da propriedade de Adelino, utilizada principalmente para o Recanto e para as trilhas. A margem do rio Marrecas, apesar de ser designada para preservação permanente e possuir grande vegetação, é utilizada para camping. Já nas áreas de pastagem e de cultura, está localizado o bar, as casas para aluguel, o campo de futebol, o parque infantil, a quadra de bochas, entre outros.

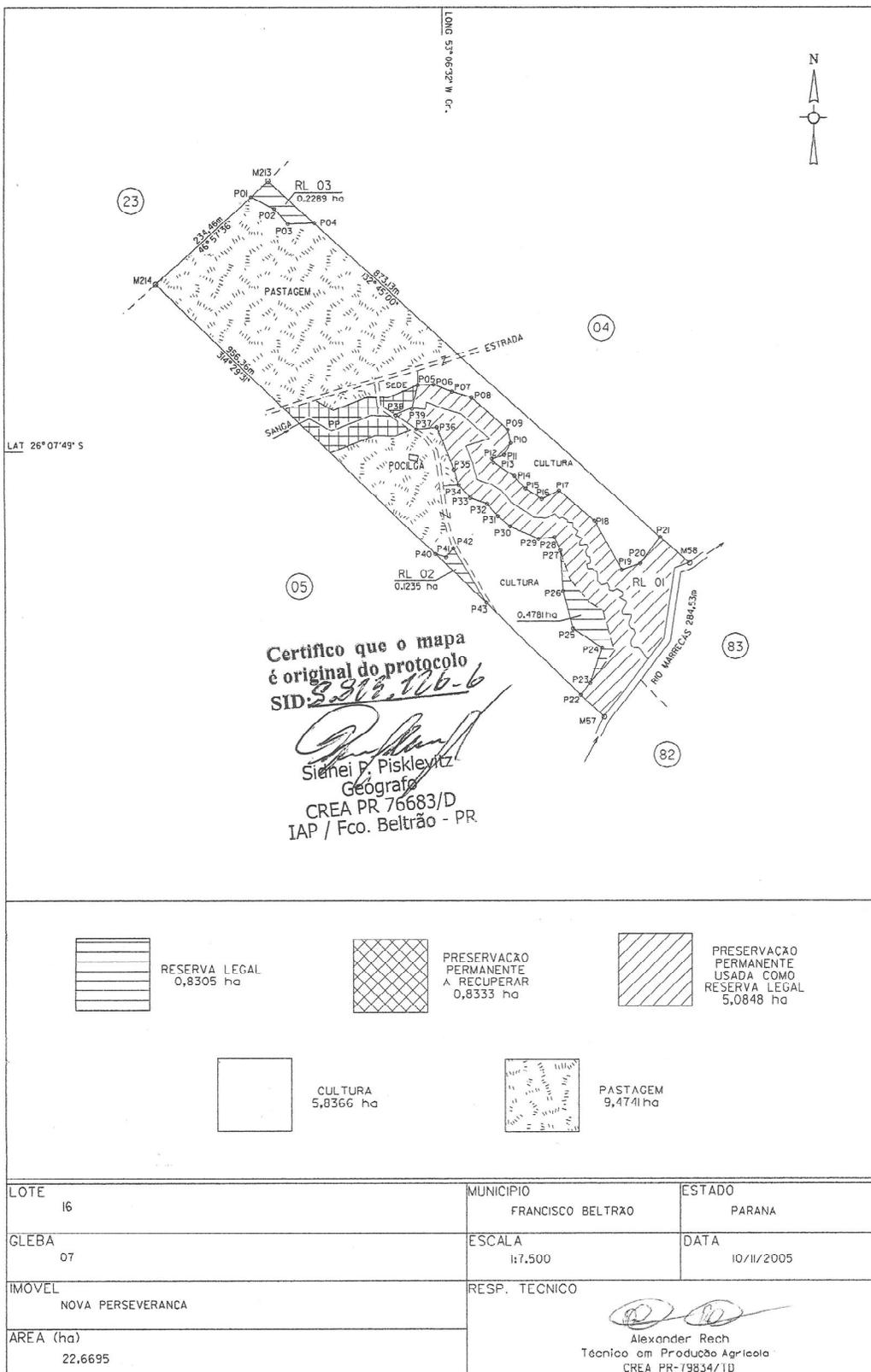
Somando as áreas de propriedade de Adelino, mostradas na figura 05 e 06, perfazem aproximadamente 33 hectares, constando como área de pastagens e de cultivo 22,8 ha; destes, a área utilizada na lavoura é de apenas 10 hectares, destinando-se o restante à pastagem. Quanto à preservação, 1,21 ha correspondem à área de preservação permanente nas margens do Marrecas, havendo mais 5,08 ha de preservação permanente utilizadas como reserva legal. Além disso, há mais 3,01 ha registrados como reserva legal e 0,83 ha de área de preservação permanente a serem recuperadas, incluindo o local onde está construída a casa do proprietário, por ser próximo a uma sanga. (Figura 06)

**Figura 06. Área de propriedade de Adelino Menegatti utilizada para o Recanto**



Fonte: Fonte: SISLEG, técnico responsável Ricardo Bernardo Pereira. Maio de 2001. Proprietário: Adelino Menegatti. Adaptação: GALVÃO, A.R.G. e MEIRA, S.G. (2009)

Figura 07. Área da propriedade de Adelino Menegatti – exceto área do Recanto



LOTE 16	MUNICIPIO FRANCISCO BELTRÃO	ESTADO PARANA
GLEBA 07	ESCALA 1:7.500	DATA 10/11/2005
IMÓVEL NOVA PERSEVERANCA	RESP. TÉCNICO  Alexander Rech Técnico em Produção Agrícola CREA PR-79834/1D	
ÁREA (ha) 22.6695		

Fonte: SISLEG. Responsável Técnico: Alexander Rech.

Analisando as figuras 05 e 06, percebemos a organização espacial do estabelecimento; é possível possuir áreas de cultivo e pastagens que garantam uma fonte de renda, mas também possuir áreas de preservação permanente e de reserva legal, destinando-se a outra atividade econômica que, se organizada e bem planejada, não impede a preservação da vegetação nativa.

Destacamos que, apesar de a principal fonte de renda não ser obtida através de atividades agropecuárias, os outros requisitos para ser classificado como agricultor familiar são atendidos.

#### *3.4.5 Recanto do Dário*

O estabelecimento, localizado na linha São João, onde está o Recanto do Dário possui aproximadamente 5 hectares. A família reside na propriedade desde 1975, e, a partir de 1988, começou a trabalhar com a integração de frangos na Sadia. O aviário de 100 metros traz um bom retorno financeiro, sem interferência da sazonalidade climática. Atualmente, residem na propriedade Altair, a esposa, um filho e a mãe do proprietário. A filha já se formou e está morando na cidade.

A maior parte do estabelecimento é área de preservação permanente, pois está localizada próxima ao rio, dificultando a implantação de lavouras e pastagem. Assim, além do aviário e do Recanto, há horta e pomar, 1 suíno, 8 cabeças de gado, 9 ovelhas e plantação de milho, tudo para consumo da família.

A propriedade de Altair Dário, apesar de viver uma realidade diferente, integrada a uma grande agroindústria, atende a todos os quesitos de um agricultor familiar, visto que o aviário é responsável pela maior parte da renda da família. (Foto 43)

O proprietário do Recanto do Dário resolveu trabalhar com atividades ligadas ao lazer em 1998, em função do grande número de pessoas que invadiam as terras para utilizar o rio e a cachoeira para banho. Então, ainda sem orientação, começaram a cobrar para entrar e instalaram mesas, churrasqueiras, sanitários e também um bar. (Foto 44)

Aos poucos, proprietário e sua família foram modificando o espaço e melhorando a infraestrutura, porém, com o aumento da demanda e por não conseguirem mais dar conta de realizar a manutenção da área, nas temporadas de verão 2006/2007 e 2008/2009, passaram a administração do recanto para dois bombeiros, que realizaram toda a segurança e também a venda de bebidas e outros produtos. Entretanto, a família avaliou que a qualidade do

atendimento e também a preservação do local estava sendo prejudicada e resolveram retomar a administração do Recanto na temporada 2009/2010.

**Foto 43. Entrada da propriedade – Placas demonstrando as atividades econômicas desenvolvidas**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

A renda é proveniente da visita de 300 a 350 pessoas que, em média, passam pelo Recanto nos fins de semana da alta temporada e é um auxílio importante para o sustento familiar. O período de maior visitação é o fim do ano, quando passam pelo local cerca de 600 a 700 pessoas por final de semana. O valor cobrado para acampar é R\$ 6,00; a entrada aos sábados, domingos e feriados é R\$ 3,00 e nos dias de semana é R\$ 2,00.

A atração principal do Recanto é o Rio 14, muito raso em alguns lugares, o que atrai banhistas de Francisco Beltrão e de municípios vizinhos como Marmeleiro, Renascença, Ampére, entre outros. (foto 45) Em outra parte do rio, há uma cachoeira, mas recomenda-se não entrar na água, próximo a ela, em razão da profundidade.

**Foto 44. Bar do Recanto do Dário**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

**Foto 45. Banhistas no Rio 14 - Recanto do Dário**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

A família está investindo também em outro segmento, o de alimentação, por isso começou a servir refeições a grupos num galpão reformado e pensa em outras possibilidades para aumentar a oferta de atividades de lazer e turismo.

Além do Recanto e da alimentação, a propriedade possui outro potencial, uma pequena usina hidrelétrica em pleno funcionamento. A usina pode chamar a atenção de pessoas de todas as faixas etárias quanto ao seu funcionamento, servindo como complemento às atividades que estão sendo realizadas.

Na figura 08, obtida via satélite, em novembro de 2002, e disponibilizada no Google Earth, podemos observar tanto o Recanto do Dário quanto o Recanto Vale Verde.

Em vermelho destacamos o estabelecimento de Altair Dário; em amarelo, a área utilizada para o Recanto; em verde, assinalamos o aviário, atividade econômica fundamental para a manutenção da família; em rosa, destacamos a localização da casa da família; em vermelho escuro está a represa da usina hidrelétrica; em cinza está a localização da cachoeira; em laranja, o galpão que vem sendo utilizado para servir alimentação aos grupos e em azul o local onde se encontra o campo de futebol. Como essa imagem é de 2002, já houve algumas transformações na paisagem do estabelecimento, o que podemos perceber através do campo de futebol, que ainda não existia. Atualmente a vegetação do Recanto está mais densa, sendo a preservação ambiental um cuidado que os proprietários têm cada vez mais.

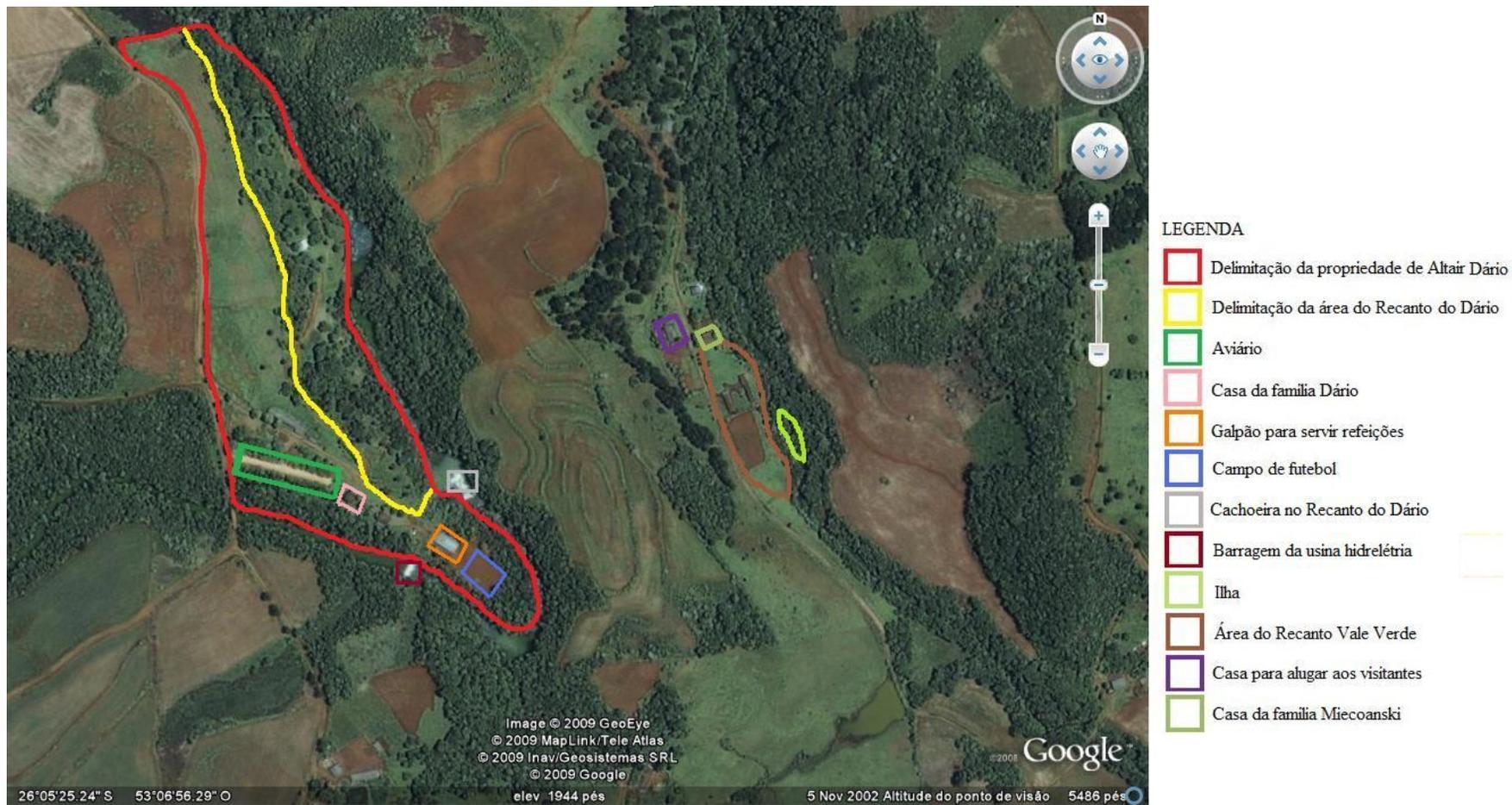
#### *3.4.6 Recanto Vale Verde*

O Recanto Vale Verde é outra propriedade recentemente inserida nas atividades de lazer, iniciou seu atendimento aos visitantes em fevereiro de 2008, incentivados pela criação do roteiro de turismo rural pela EMATER, após análise da viabilidade da atividade durante 3 anos.

O estabelecimento, localizado na linha Santa Bárbara, possui 29 hectares e a principal fonte de renda advém da produção convencional de milho e soja comercializados junto a cooperativas da cidade. Na safra de 2008, plantou-se apenas milho, devido à estiagem do ano anterior que provocou uma grande perda de soja. Em 6,5 hectares de plantação de milho, devido à seca, foram colhidos em média, 123 sacos por hectare.

Na propriedade há 18 cabeças de gado, 7 suínos e galinhas caipira para atender o consumo no próprio estabelecimento. Além desses animais, possuem também 2 cavalos que serão utilizados em atividades de lazer, como cavalgadas. Residem na propriedade o casal, o filho e a filha que, além de estudar, auxiliam nas atividades do estabelecimento.

Figura 08. Vista aérea dos Recantos do Dário e Vale Verde



Fonte: *Google Earth*, 2009. Adaptação: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

De acordo com esses dados, afirmamos que a agricultura familiar é praticada em todos os quesitos que estabelecemos como necessários, ou seja, a propriedade possui até 50 hectares, os proprietários desenvolvem atividades agropecuárias de subsistência, a maior parte da mão-de-obra é familiar, a gestão é feita pela família, a maior parte dos membros da família reside na propriedade e a principal fonte de renda provém de atividades agropecuárias internas à propriedade.

Para compreender um pouco da espacialização da propriedade, observemos a figura 07. Em marrom, delimitamos a área que está sendo utilizada para o Recanto; em roxo, destacamos a casa utilizada como pousada; em frente a esta casa está localizada a casa da família; em verde, destacamos um elemento diferente de outros Recantos, uma ilha utilizada para camping. O público que frequenta o Recanto é de origem local, principalmente famílias.

Outro diferencial do Recanto Vale Verde são os elementos histórico-culturais, representados, principalmente, pela casa utilizada atualmente como pousada, construída em 1966 e conservada em seu estilo polonês original. Há também a intenção de construir um museu com acervo contando um pouco sobre a história da família Micoanski. (Foto 46)

**Foto 46. Recanto Vale Verde - futura instalação da pousada**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

Em junho de 2008, uma festa junina foi realizada com a intenção de tornar o evento uma tradição no estabelecimento e também para arrecadar verba para preparar melhor a área de camping para a temporada 2008 – 2009, sanitários foram construídos e um bar para atender os visitantes está na lista de prioridades.

Apesar da principal fonte de renda da família ser a agricultura, vêm, no turismo, uma possibilidade de renda auxiliar, podendo utilizar mão-de-obra familiar. Para acampar, cobram R\$ 5,00 por pessoa; para passar o dia, R\$ 2,00; e para utilizar a casa, é cobrado o valor de R\$ 100,00 por grupo de até 8 pessoas.

O elemento natural destaca-se no Recanto. Além do rio, há a presença da vegetação nativa, guaviroveira, sete-capotes, ariticum, pinheiro araucária e angico. Enfim, há um conjunto de características sociais (culturais) e naturais que possibilitam uma utilização alternativa para a geração de renda (complementar) à família. A preservação e valorização dessas características é fundamental para o incremento das atividades dessa unidade produtiva familiar.

#### *3.4.7 Recanto da Amizade*

O estabelecimento, de propriedade de Neusa e Cacimiro Meira, localizado em Nova Concórdia, possui 12 hectares. A principal fonte de renda da família é a produção de leite, entretanto, são produzidos milho, amendoim, mandioca, batata doce, frutas e verduras, e há 50 galinhas, 16 porcos e 11 cabeças de gado para corte, para o consumo da família.

Atualmente, apenas o casal trabalha na propriedade, pois as duas filhas estão residindo na cidade para estudar e trabalhar; entretanto, a filha mais nova demonstra interesse em retornar para ajudar os pais nas atividades do Recanto.

O Recanto da Amizade iniciou seu funcionamento em 2000 por sugestão de amigos dos proprietários que sempre pediam para utilizar uma parte arborizada da propriedade, com churrasqueiras e mesas, para passarem os domingos e feriados e o lago para pescar. (Foto 47)

Os proprietários começaram a vender bebidas, então, surgiram outras idéias para atrair mais pessoas ao local. A princípio era permitido usar o lago para banho, mas, em razão da sua profundidade e do grande número de famílias com crianças pequenas que visitavam o Recanto, os proprietários pensaram ser melhor deixar o lago para pesque e pague, limpando os peixes e vendendo-os já limpo às pessoas.

**Foto 47. Lago para pesca no Recanto da Amizade**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

Posteriormente, construíram um campo de futebol, onde o time da comunidade disputa o campeonato municipal. (Foto 48) Esses jogos movimentam o Recanto quase todos os finais de semana, durante grande parte do ano, proporcionando a venda de bebidas e também servindo refeições e lanches, o que faz com que a sazonalidade não seja apontada como um problema para o estabelecimento. Além do campo, há também uma cancha de bocha.

O Recanto recebe cerca de 50 pessoas por domingo, principalmente famílias da própria comunidade, que utilizam o local para lazer de fim de semana. Ali promovem-se também eventos com periodicidade anual, como a Festa Junina e a Festa de Nossa Senhora Aparecida, realizada já há quatro anos. Realizam também rodas de viola, promovendo a cultura musical local. (Foto 49) Porém, mesmo com toda a movimentação e com os serviços oferecidos aos visitantes, a renda principal da família continua sendo proveniente da venda do leite, pois é uma atividade compatível com a pequena área de terra agricultável e fonte de renda garantida, ao contrário do Recanto.

**Foto 48. Jogo de futebol no campo do Recanto da Amizade**



Fonte: Suzana Gotardo de Meira, 2008

**Foto 49. Roda de viola no Recanto**



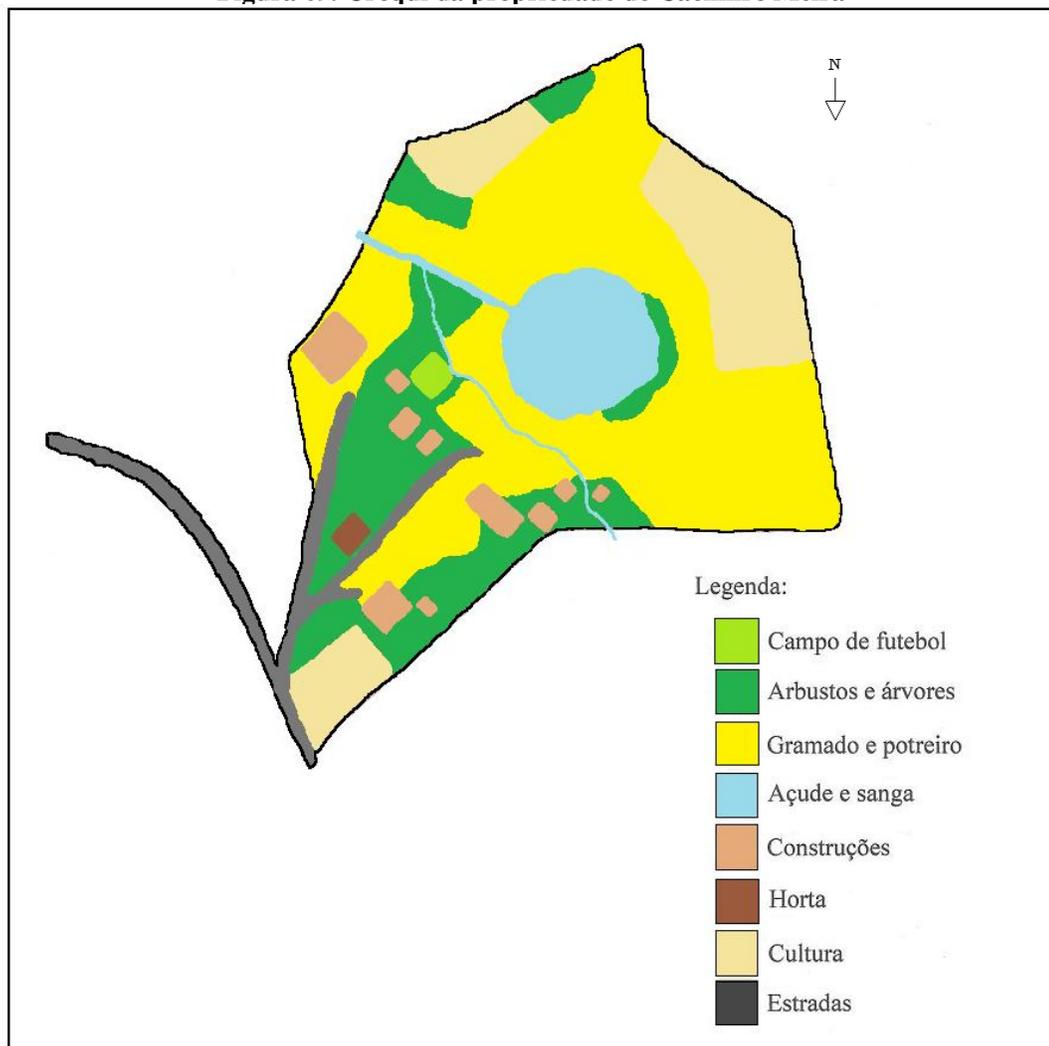
Fonte: Suzana Gotardo de Meira, 2008.

Mesmo não sendo uma das propriedades integrantes do “Caminho do Marrecas”, em razão da distância dos outros estabelecimentos, a família frequenta o grupo de turismo rural, participando das reuniões, cursos e visitas técnicas.

Para podermos avaliar a espacialização, utilizaremos dois recursos: um croqui (figura 08) e uma figura elaborada para o SISLEG da propriedade (figura 09). No croqui, podemos identificar a localização da estrada que dá acesso à propriedade, o açude para pesca, o campo de futebol, o bosque e as construções, todas utilizadas no Recanto, e também a área de cultura e de horta, que servem de subsistência para a família.

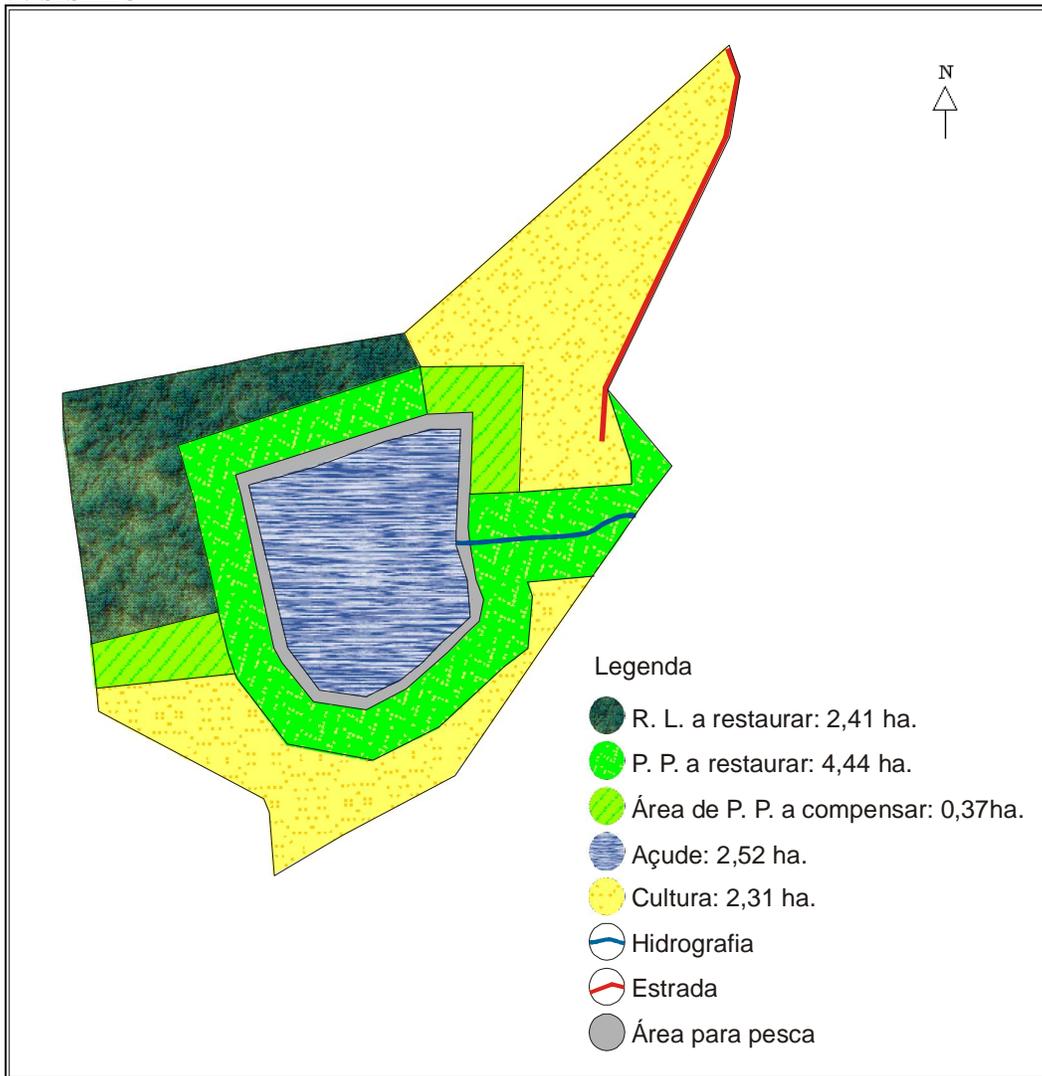
No mapa do SISLEG, analisamos a área da propriedade destinada à reserva legal, à preservação permanente e ao cultivo. Compreendemos que, do total de 12 hectares, 7,2157 ha estão destinados à preservação permanente e à reserva legal. O açude ocupa uma parte considerável da propriedade, 2,5178 ha, restando para o cultivo apenas 2,3065 ha, justificando-se a produção de leite e a necessidade da família buscar fontes alternativas de renda, pois, através da produção de grãos, seria inviável.

**Figura 09. Croqui da propriedade de Cacimiro Meira**



Elaboração: Suzana Gotardo de Meira, 2008.

**Figura 10. Representação da área de propriedade de Cacimiro Meira elaborada em decorrência do SISLEG**



Fonte: SISLEG, técnico responsável Juan Artigas Souza Luz. Dezembro de 2007. Proprietário: Cacimiro Alves de Meira. Adaptação: GALVÃO, A.R. G. e MEIRA, S.G. (2009)

### 3.4.8 Pesque e Pague Daniela

O Pesque e Pague Daniela, localizado na Seção Progresso, é de propriedade de Altair Mattei. O estabelecimento possui pouco mais de 3 hectares e a atividade principal da família é a piscicultura, na qual seus membros trabalham há quinze anos. Eles possuem 49 tanques para a produção de alevinos que são comercializados com as prefeituras, agropecuárias, associações, entre outros.

A partir da piscicultura, Altair pretendia expandir suas atividades e abrir um pesque e pague. Com essa finalidade, adquiriram um terreno próximo ao que já tinham e instalaram

mais dez tanques específicos para a pesca, colocando uma espécie de peixe por tanque. Durante o ano de 2005, organizaram a área adquirida e, em 2006, começaram a receber visitantes no pesque e pague. (Foto 50) O pesque pague, no ano de 2008, foi responsável por 20% da renda do estabelecimento. Além dessas duas atividades, possuem, aproximadamente, 50 ovelhas para consumo da família e também para a comercialização.

**Foto 50. Tanques para pesca no Pesque e Pague Daniela**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

Mesmo com a especialização do trabalho, as atividades da propriedade são desenvolvidas, basicamente, pela família. Além do casal, as duas filhas e os genros também estão envolvidos no processo produtivo. Além deles, há um funcionário que trabalha há sete anos na piscicultura e um casal que trabalha com a limpeza dos peixes no pesque e pague, recebendo por quilo de peixe limpo.

Além dos visitantes pescarem, há a opção de levarem o peixe já limpo para casa ou de ser preparado no pesque e pague. Na lanchonete, além de bebidas e alimentos industrializados (salgadinhos, bolachas, chicletes, balas, chocolates, picolés, sorvetes, entre outros), há peixe frito na hora junto com arroz, pão e salada.

Além dos tanques, há uma área para camping, (foto 51) com sanitários, churrasqueiras, pontos de água e luz, cobradando-se R\$ 20,00 por família para acampar. Porém, como não há muita procura, o local vem sendo utilizado para passar o dia e fazer churrasco. Como não cobram para esse uso do local, não deixam entrar com bebida, o que faz com que o consumo seja de bebidas da lanchonete. Os peixes mais procurados são o pacu (R\$ 7,00 kg) e a tilápia (R\$ 6,00 kg).

**Foto 51. Área de *camping* no Pesque e Pague Daniela**



Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

O pico de visitantes no pesque e pague é de 200 a 250 pessoas por domingo; a maior parte é de famílias de Francisco Beltrão e de municípios próximos, como Itapejara do Oeste.

A sazonalidade para esta propriedade é um aspecto positivo, pois, durante os quatro meses de inverno que ficam fechados, fazem manutenção da área do pesque e pague e utilizam para descanso e lazer. Como a principal fonte de renda advém dos alevinos, não há uma grande preocupação em procurar alternativas de visitação para os meses mais fracos como eventos e outros.

O Pesque e Pague Daniela faz parte do Grupo de Turismo Rural desde 2007, tendo recebido o convite para participar pela técnica da EMATER, Sueli Baldo. Embora tenha aumentado a renda familiar, após a abertura do Pesque e Pague, o proprietário destaca que houve aumento de trabalho nos fins de semana, o que antes era para lazer, causando um desgaste físico e mental considerável nos membros da família.

Através da descrição e análise dessas propriedades rurais, percebemos que, nos estabelecimentos ligados à agricultura familiar, é necessário criar meios alternativos de fonte de renda, principalmente em razão de possuir pouca área; mão de obra familiar, o que, muitas vezes, significa apenas o casal. Além disso, a falta de recursos financeiros para investimento na mecanização é mais um fator limitante na manutenção da unidade produtiva familiar. Na busca por atividades econômicas, é necessário ter a precaução de não interferir radicalmente no modo de vida rural, na identidade cultural e nem provocar a perda do patrimônio territorial, seja ele natural ou social, o que pode levar à descaracterização do espaço rural.

Dessa forma, o patrimônio de Francisco Beltrão, constituído por elementos sociais e naturais, materiais e imateriais, precisa ser compreendido como aspecto fundamental para a compreensão do processo de formação do município. Assim, não deve haver prejuízo ou diferenciação do patrimônio localizado nos espaços urbano ou rural, pois ambos precisam ser pensados como complementares, e não como territórios desconexos.

#### **4. O DESENVOLVIMENTO MULTIDIMENSIONAL DO TERRITÓRIO DE FRANCISCO BELTRÃO: ALGUMAS POSSIBILIDADES**

A ocupação do Sudoeste, mostrada no primeiro capítulo, proporcionou a formação do território em estudo, com seus territórios, territorialidades e paisagens. Através de relações materiais e imateriais estabelecidas no espaço apropriado, vários elementos tornaram-se patrimônio de Francisco Beltrão, representando a história e a cultura e, ao mesmo tempo, registrando a dinâmica da sociedade. A tarefa de manter as rugosidades e os elementos culturais, abordados no terceiro capítulo, acessíveis às próximas gerações, deve ser assegurada sem impedir o desenvolvimento do território.

O desenvolvimento é um assunto de interesse geral, presente no cotidiano e que precisa ser pensado também pela sociedade, não apenas pelos que governam. Entretanto, as discussões a respeito normalmente envolvem críticas e sugestões de políticas públicas, taxas, impostos, incentivos financeiros e ampliação de postos de trabalho, entre outros. Assim, as dimensões políticas e econômicas são apresentadas, em grande parte, como as únicas formas de desenvolvimento. Porém, como já destacamos anteriormente, o desenvolvimento territorial só é alcançado na sua totalidade quando todas as suas dimensões – econômica, política, cultural e natural – são consideradas.

Para proporcionar o desenvolvimento pautado na valorização multidimensional, propomo-nos a pensar em alternativas para o território de Francisco Beltrão, porém, não provenientes de jogos políticos, que resultam em instalações de grandes indústrias, especulação imobiliária, massificação do turismo, ou seja, ações verticalizadas, que não consideram as territorialidades. Visamos a um desenvolvimento pautado em atividades provenientes do saber-fazer, da identidade local, das atividades que aliam preservação e utilização de áreas verdes, valorização cultural e autonomia na organização de associações, cooperativas, entre outros.

Atualmente, torna-se ainda mais desafiador pensar alternativas de desenvolvimento que valorizem os aspectos culturais e naturais locais. Com a instalação de grandes redes, seja de indústrias, supermercados, lojas, hotéis e lanchonetes, o que se verifica é a padronização, oferecendo-se em qualquer estabelecimento, o mesmo serviço e produto. Essa tendência desconsidera a identidade local. Porém, mesmo com esse perfil de mercado, verificamos que, ao mesmo tempo que os territórios tornam-se múltiplos e cada vez mais acessíveis, preservar

as particularidades dá sentidos diferentes a cada território e cria produtos com valores singulares.

Cada área ou região é capaz de competir melhor se ela estiver apta para integrar os conhecimentos e capacidades locais historicamente acumulados com informações e trocas junto a mercados não locais. Por essa razão, a globalização de mercados tem maior chance de aumentar a diferenciação territorial do que a sua homogeneização (SARACENO, 1998 *apud* CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p. 17).

Se o global prevalecesse sobre o local, diversas atividades seriam atingidas, como é o caso do turismo, no qual grande parte dos destinos diferenciam-se um dos outros devido às suas especificidades e identidades.

Em Francisco Beltrão, conforme verificamos no capítulo anterior, são vários os aspectos que o tornaram único. Aliando o conhecimento sobre a formação deste território e sobre o patrimônio cultural e natural, descreveremos a seguir algumas possibilidades para proporcionar a sua valorização multidimensional. Antes disso, porém, é importante esclarecer que a separação que fizemos, entre os processos econômicos, políticos, culturais e ambientais, tem um caráter apenas didático, pois acreditamos na interação dessas dimensões do território e do desenvolvimento.

#### **4.1 Possibilidades de desenvolvimento econômico**

A partir da Revolução Industrial, os setores econômicos têm passado por uma grande transformação. Os produtos, antes feitos artesanalmente, passam a ser fabricados em série, por máquinas comandadas por operários. A rapidez na produção levou ao aprimoramento na fase da extração da matéria-prima. Na agricultura, a necessidade de intensificar a produção de alimentos também levou à utilização de máquinas e insumos químicos para substituir o trabalho humano.

Os benefícios dessa evolução são facilmente percebidos através dos produtos e tecnologias que fazem parte do nosso cotidiano. Entretanto, nesse processo, questões importantes foram deixadas em segundo plano. O saber-fazer característico de muitos lugares foi esquecido; áreas verdes deram lugar a lavouras, pastagens e barragens; trabalhadores passaram a integrar a lógica de grandes empresas, perdendo sua autonomia; produtos artesanais foram substituídos por outros industrializados; até mesmo a produção de verduras passou a integrar o pacote da revolução verde.

Francisco Beltrão, inserido nesse contexto, também conheceu os dois lados desse processo. Pretendemos mostrar, porém, que mesmo usufruindo dos benefícios dessa modernização, é possível praticar atividades econômicas que aliem a autonomia dos agentes locais, a valorização da identidade cultural e a preservação dos elementos naturais. Uma das atividades econômicas que possibilitam o desenvolvimento territorial, com vários exemplos no Sudoeste, principalmente no espaço rural, são as agroindústrias artesanais.

As agroindústrias artesanais possuem grande ligação com a formação do território do Sudoeste e de Francisco Beltrão, relacionadas principalmente com a chegada de descendentes de italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conforme mostramos anteriormente. Essa atividade alia diversos benefícios ao território local; a produção apóia-se principalmente no saber fazer, fruto da identidade cultural. Produtos como salames, queijos, vinhos, doces, compotas, pães, massas, além de derivados do leite e da cana-de-açúcar são exemplos da produção artesanal de Francisco Beltrão. Em razão deste saber fazer, os produtos, além do seu valor de uso, adquirem também um valor simbólico e de troca. Tais fatos provam que:

Na atividade agroartesanal sudoestina, particularidades como a do elemento cultural espelhado na territorialização do saber fazer produtivo, das relações familiares, da policultura de subsistência, do ritmo artesanal produtivo e da territorialidade de mercado são trunfos do território e precisam ser levadas em consideração no conjunto das expressões territoriais. (EDUARDO, 2008, p. 55)

A produção artesanal é uma das formas de resistir ao processo de modernização que busca apenas a reprodução do capital, desconsiderando especificidades locais. A mão-de-obra empregada é, em grande parte, familiar e evita a saída dos jovens para buscar trabalho nas cidades; na comercialização da mercadoria, o produtor também é mais autônomo e pode entregar o produto diretamente ao consumidor, ficando com a porcentagem que antes seria do intermediário ou repassando-a para o cliente através de um preço mais acessível.

A adequação ou construção do local de produção e a aquisição dos equipamentos necessários para a fabricação, mesmo não tendo um custo tão elevado, se comparado às indústrias convencionais, é de difícil acesso para muitos produtores, o que os leva a trabalhar na clandestinidade, sem os selos de inspeção, produzindo sem as necessárias condições de higiene e comercializando produtos irregulares. Mesmo os produtos artesanais necessitam seguir as normas de segurança alimentar, conferidas pela vigilância sanitária. Assim, através da organização dos produtores e também do auxílio de entidades como EMATER, SENAR e

Prefeitura Municipal, esses produtores precisam, cada vez mais, ter acesso a cursos e também a linhas de crédito para poderem adequar o local da produção.

Devido às características culturais de Francisco Beltrão e das inúmeras agroindústrias familiares existentes no Sudoeste, os produtos artesanais estão tornando-se uma marca da região, proporcionando a comercialização com municípios de outras regiões e estados do Brasil.

No trabalho de campo, percebemos que a transformação artesanal de produtos alimentícios, antes realizada apenas para o consumo das próprias famílias, torna-se uma fonte de renda auxiliar ou até mesmo a atividade principal.

Os proprietários da cantina de vinho Salmória, que produzem o vinho como uma atividade prazerosa, aprendida com o “nono”, passaram a produzir também graspa, suco de uva e doces de figo, de pêsego e de uva para serem comercializados. Apesar de não ser a principal fonte de renda, é um importante auxílio à família, além de preservar aspectos identitários familiares.

No Recanto Renascer, a proprietária incrementa as vendas da sua lanchonete comercializando produtos transformados no próprio estabelecimento, como pães,ucas e amendoim com açúcar. Já na Chácara Rios - Parque das Laranjeiras, a produção artesanal de doces, massas e pães atende ao restaurante do estabelecimento, sendo a comida caseira um dos principais atrativos do local.

Percebemos, porém, que nos estabelecimentos abertos ao turismo rural, os produtos resultantes das agroindústrias artesanais poderiam ser mais utilizados. Além dos produzidos na propriedade, poderiam estabelecer parcerias com outros produtores e servir a comida tradicional da região, herdada dos migrantes, como cafés coloniais com pães,ucas, doces, queijos, salames e sucos, entre outros. Além de ser um atrativo a mais, torna-se uma forma de divulgar os produtos, auxilia na comercialização e divulgação dos produtos artesanais e da cultura de Francisco Beltrão.

Além da produção artesanal, uma atividade econômica que possui versatilidade e flexibilidade para se adaptar às características de cada território é o turismo. Entretanto, é uma atividade que exige muitos cuidados.

Quando há uma preparação para promover o turismo no território, através de um planejamento adequado e, principalmente da participação da sociedade local no processo, pode tal atividade proporcionar melhores condições de vida para as pessoas envolvidas. Segundo Barreto (2007, p.36) “em determinadas circunstâncias, o turismo deixa um legado

positivo, sobretudo na preservação de áreas históricas ou naturais para atrair turistas, assim como no enriquecimento do repertório de informações das comunidades visitadas”.

Quando falamos no resgate histórico e de manifestações culturais, o turismo auxilia na busca por informações e mostra para a sociedade que esses aspectos que ficaram para trás são importantes para contar a sua própria história e precisam ser preservados. A autoestima da população muda ao saber que sua cultura e história desperta interesse e curiosidade em outras pessoas, fazendo-a mudar de atitude quanto ao patrimônio local.

Entretanto, a atividade turística, apesar de depender principalmente dos aspectos culturais e naturais dos territórios, nem sempre garante a sua preservação, podendo levar à descaracterização do lugar. Espaços que não estão preparados para ter um aumento de fluxo de pessoas ou que não possuem controle de acesso são seriamente degradados quando passam a receber visitantes.

Há um limite entre o resgate de tradições ligadas ao passado de uma sociedade e a transformação e invenção. A sociedade que recebe os turistas deve preparar-se para esse contato como se fosse uma troca de experiências, um diálogo mútuo entre turista e residente, e não como se estivesse encenando para os visitantes, pois, para atrair mais pessoas podem-se criar elementos que não fazem parte da sua história.

Em Francisco Beltrão, apesar de haver um grupo de proprietários de estabelecimentos rurais preparando-se para o turismo rural, esta atividade ainda é incipiente e o público que visita os locais constitui-se, em sua maioria, de pessoas do próprio município buscando opções de lazer.

Como o governo municipal não tem participação no processo de planejamento do turismo, a EMATER vem desempenhando um papel fundamental junto aos proprietários de estabelecimentos rurais disponíveis para tal. Entretanto, como o enfoque da entidade é dado ao espaço rural, a cidade não é considerada para o turismo e os espaços como praças e parques, eventos, restaurantes e demais serviços estão sem liderança na sua organização para receber os turistas.

A praça Eduardo Virmond Suplicy, além de servir de área de circulação de pedestres, recebe freqüentadores das feiras, às quartas-feiras e sábados, da lanchonete e da lan house. Além disso, abriga poucos eventos durante o ano; um deles é o Natal de Luz, que ocorre todos os anos, levando centenas de pessoas de Francisco Beltrão e municípios da região à praça, tanto para ver a chegada do Papai Noel quanto para observar a decoração natalina.

Pelo grande número de pessoas que utilizam a praça em eventos como esse, constatamos que faltam ações que transformem esse espaço em uma verdadeira opção de lazer

tanto para a população local quanto para os visitantes. Como a praça é um espaço público localizado em área central, torna-se uma das melhores opções para mostrar a história e a cultura do município à maior parte da população local e às pessoas que passam pelo município. Assim, o local pode ser utilizado para realização de mostras de arte, peças teatrais, shows culturais, entre outros, além da construção de monumentos e de painéis temáticos.

Nesse mesmo sentido, o Parque de Exposições, freqüentado durante os eventos e nos momento de lazer da população que utiliza o espaço principalmente para caminhadas, precisa ser melhor estruturado para mostrar os aspectos histórico-culturais do município, além de preservar sua área verde, um dos seus maiores atrativos. O museu, aí localizado, é pouco freqüentado, recebe visitas de escolas, mas fica fechado a maior parte do tempo. Assim, programas de incentivos à visitação do local também precisam ser realizados.

No espaço rural, os integrantes do roteiro “Caminho do Marrecas”, juntamente com os demais participantes do grupo de turismo, realizam viagens, há dois anos, além de cursos e participação em seminários, buscando a preparação para a recepção e a prestação de serviços aos turistas e, recentemente, têm realizado várias ações para divulgar suas propriedades e aumentar o fluxo de visitantes.

Em maio de 2009, foi realizado o Seminário Regional de Turismo Rural na Chácara Rios – Parque Laranjeiras, com a participação dos integrantes dos roteiros de Verê e Capanema e da imprensa regional. Pela manhã, foi realizada uma palestra sobre a organização do turismo rural; à tarde, os atrativos de cada roteiro foram apresentados; posteriormente, foram realizadas rodadas de negócio, em que representantes dos roteiros venderam seus produtos. O proprietário da cantina de vinho Salmória, por exemplo, fez a demonstração do vinho, da graspa e dos doces (foto 52). Foi um evento muito importante para a interação dos integrantes dos roteiros dos três municípios e para que eles conheçam os demais atrativos de cada roteiro.

Nas edições de 2008 e 2009 da Festa do Vinho, em Francisco Beltrão, o grupo de turismo rural assumiu a preparação do jantar italiano, servido na sexta-feira e no sábado, atraindo grande número de pessoas para degustar a gastronomia italiana, preservada através dos hábitos dos descendentes de italianos, maior grupo étnico do município. A organização desses jantares foi muito importante tanto para que os integrantes do grupo aprendam a trabalhar juntos quanto para divulgar as suas atividades e produções.

Outra atividade planejada pelo Grupo de Turismo Rural é a Festa do Folclore Rural, que deve ter sua primeira edição ainda em 2009 na Chácara Rios - Parque Laranjeiras. O principal objetivo do evento é a integração das famílias da cidade com a cultura e vida de

famílias que residem no espaço rural. Além de conhecer as propriedades que oferecem atividades de lazer e turismo rural em Francisco Beltrão, as pessoas provarão a gastronomia e participarão de atividades como a caminhada orientada, roda de viola, brincadeiras para as crianças, passeios à cavalo e apresentações de danças típicas.

**Foto 52. Exposição dos produtos da Cantina Salmória (2009)**



Fonte: Suzana Gotardo de Meira, 2009.

A complementaridade entre as culturas urbana e rural poderá ser percebida diante da integração dos participantes e também do interesse em conhecer mais sobre os hábitos de vida do homem do campo assim como os animais e o contato com a natureza. Um dos destaques será a gastronomia, com café da manhã e almoço tipicamente rural.

O lazer e o turismo já se tornaram uma forma de desenvolvimento para a maior parte das famílias envolvidas com essa atividade no espaço rural de Francisco Beltrão, representando uma parte importante da renda familiar. O aumento da renda proporcionou a grande parte dos casais que seus filhos cursassem faculdade na cidade. Outra questão assinalada pelos proprietários é que o turismo exige menor esforço físico e exposição ao sol.

Entretanto, a falta de apoio e de incentivo faz com que o processo seja mais lento do que o necessário e o retorno financeiro também.

O turismo rural e a agroindústria artesanal que, em Francisco Beltrão, têm-se caracterizado como uma alternativa de renda à produção agrícola, não são as únicas formas de desenvolvimento no campo. O trabalho mais tradicional do espaço rural, a agricultura, também possui formas de propiciar o desenvolvimento territorial.

A agricultura convencional, afirmada com a revolução verde nas décadas de 1960 e 1970, apesar de aumentar a produtividade, auxiliou na descaracterização do homem do campo, degradou o solo e as matas e interferiu diretamente na cadeia alimentar e na biodiversidade.

Em contraposição aos resultados da revolução verde, surge a agroecologia, com a proposta de ser economicamente viável, aliando a inclusão social e práticas menos agressivas ao ambiente. (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 13) Nesse sistema, a atividade agrícola é vista como uma forma de articulação local entre a sociedade, sua identidade cultural e a manutenção dos recursos naturais.

[...] a Agroecologia nos traz a idéia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica. (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 13)

Portanto, diferentemente de outros segmentos, que visam apenas a uma produção livre de agrotóxicos como a agricultura orgânica, a agroecologia preocupa-se também com outras ações que exigem a construção de processos que fortaleçam a organização social dos atores e sua articulação entre si e com os consumidores urbanos.

Na agroecologia, a agricultura é compreendida como uma construção social e, portanto, reflete a cultura dos homens que a praticam; dessa forma, não é a agricultura que deve prejudicar ou descaracterizar a cultura local. A identidade do homem do campo não deve ser influenciada por agentes externos e, ao mesmo tempo, as inovações devem chegar ao campo até mesmo para melhorar a vida dos agricultores, porém eles devem ter a opção de poder manter seus hábitos e costumes.

Outra questão importante da agroecologia, é que ela não propõe padrões acabados, atividades definidas, mas ela utiliza-se do potencial e das características principais de cada território. “Portanto, não se trata de levar soluções prontas para a comunidade, mas de detectar

aquelas que existem localmente e ‘acompanhar’ e animar os processos de transformação existentes em uma dinâmica participativa.” (GUZMÁN, 2001, p. 36)

Em Francisco Beltrão, na agricultura agroecológica, utilizam-se as principais características das pequenas propriedades familiares, com produção voltada para a subsistência e atendimento do mercado local – como o Colhe e Pague Santa Inês – além de detectar os produtos mais cultivados e que tenham relação com a identidade local. Contrariando a monocultura, o agricultor agroecológico precisa ser pluriativo e possuir fontes complementares de rendas, produzindo diversos tipos de produtos viáveis no território.

A agroecologia apresenta-se como uma forma de resistência à produção agrícola convencional; contudo seu alcance não se dá apenas no campo, ela precisa estar organizada e controlada pelos produtores e também pela população urbana, estabelecendo redes locais de produção e de comercialização, fortalecendo o mercado local e possibilitando aos agricultores o controle sobre os processos, sem depender de intermediários que deixem o ganho do agricultor menor e o preço para o consumidor maior.

A agroecologia é um processo lento, pois utiliza-se do saber popular e científico para proporcionar melhores resultados de desenvolvimento, todavia auxilia na conservação do patrimônio territorial, através do respeito à cultura rural, ao contato direto entre produtor rural e consumidor urbano e também à conservação da natureza.

O desenvolvimento econômico precisa ser construído tanto no espaço rural quanto no espaço urbano. Como esses espaços não estão dissociados, em cada projeto de desenvolvimento econômico, é necessário conjugar as propostas do campo e da cidade como, por exemplo, na promoção do turismo.

O planejamento do turismo no território de Francisco Beltrão deve aliar as propostas e ações planejadas, no espaço rural, com as previstas para o espaço urbano, a fim de que a oferta turística, ao mesmo tempo, possua grande diversidade de atrativos e serviços e seja trabalhada em conjunto. O espaço rural oferece o contato com a natureza e a cultura do homem do campo com atividades agrícolas e gastronomia; tais atividades podem ser complementadas com a oferta urbana de parques, praças, restaurantes, museus e arquitetura, entre outros. Para isso, além de incentivar o desenvolvimento do turismo como uma atividade econômica, é necessário preservar a história e a cultura de Francisco Beltrão e articular os agentes envolvidos.

Um dos exemplos de complementaridade entre espaço urbano e rural é a parceria entre produtores do campo, restaurantes e hotéis, onde podem ser servidos os produtos artesanais e agroecológicos produzidos no município. Assim, mesmo que o visitante não faça

o roteiro de turismo rural, estará contribuindo de alguma forma com a agricultura familiar e a sua reprodução.

A interação e a melhoria na qualidade de vida nos espaços urbano e rural relacionam-se com o desenvolvimento econômico e com a maneira com que a sua população participa do processo, tendo acesso aos frutos do desenvolvimento, não prejudicando os demais elementos do território.

#### **4.2 Possibilidades de desenvolvimento político**

Apesar do enfoque da pesquisa consistir em acompanhar diretamente as organizações e atos políticos em Francisco Beltrão, algumas considerações sobre essa dimensão do território são necessárias quando visamos pensar o desenvolvimento territorial.

Segundo Campanhola e Silva (2000), o desenvolvimento deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que se processe “de baixo para cima”, com a participação efetiva dos agentes sociais. Assim, a organização dos atores e a autonomia dos mesmos devem ser estimuladas e incentivadas visando à participação no planejamento e nas ações de desenvolvimento.

Coriolano (2003) afirma que o processo de desenvolvimento precisa tornar as pessoas independentes e habilitadas para o trabalho e para a vida comunitária. Isso implica o crescimento das pessoas como indivíduos e como grupos, organizados na sociedade civil, para se tornarem agentes do território, exercendo os papéis que lhes são de direito.

Assim, na dimensão política, apontamos que é necessário trabalhar com a sociedade no intuito de envolvê-la no planejamento e nas ações do território. É preciso criar essa consciência para que os agentes possam exercitar a cidadania e a autonomia com responsabilidade.

Nos bairros de Francisco Beltrão, já ocorrem reuniões sobre o planejamento participativo; a partir delas são elaborados relatórios usados pelos secretários municipais na elaboração de orçamentos e execução de projetos; entretanto, a participação da população é pequena justamente por falta de consciência.

No espaço rural, a organização política da população é maior, devido, principalmente às dificuldades que os pequenos agricultores encontram para sobreviver. Nesse cenário, surgiram cooperativas como a Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF), a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI), a

Associação de Estudos e Orientação Rural (ASSESOAR), a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), o grupo de turismo rural Caminho do Marrecas e a Associação Beltronense de Vitivinicultores (ABEVI), entre outros.

Durante a pesquisa, conhecemos a organização do grupo de turismo rural “Caminhos do Marrecas”, que se revelou uma experiência interessante, pois apesar de surgir com o apoio da EMATER, consegue desenvolver-se sem depender exclusivamente da instituição.

O grupo de turismo rural visa promover a união dos proprietários e familiares, para que sejam organizadas e efetivadas atividades em conjunto, buscando melhorias na atividade turística e atrair mais visitantes. O que pode ser observado é que o grupo tem conseguido divulgar mais o seu trabalho, sendo convidado para assumir a organização de eventos como o jantar italiano na Festa do Vinho e o Seminário Regional de Turismo Rural, resultando na integração do grupo, na divulgação do seu trabalho e dos estabelecimentos.

O levantamento dos problemas, o planejamento das atividades realizadas pelo grupo como eventos, viagens, cursos, além do planejamento das propriedades são realizadas em conjunto, com a coordenação dos técnicos da EMATER e participação de todos.

No território de Francisco Beltrão, devido aos migrantes serem descendentes de europeus, a igreja católica possui um papel político importante. O fato de a cidade ter crescido horizontal e verticalmente no entorno do local escolhido para a construção da igreja matriz e as obras realizadas para deixá-la no ponto mais alto da área central já demonstram o papel dessa instituição.

Os princípios cristãos estão presentes em uma parcela significativa da população, que age de acordo com os ensinamentos religiosos. Além disso, principalmente no espaço rural, a igreja apresenta-se como elo entre as informações vindas da cidade e o homem do campo. Os avisos de reuniões de associações, os dias que passam os caminhões recolhendo o lixo, entre outros, são dados ao final das missas.

O papel político da Igreja não se dá de forma direta, mas busca interferir na política e na vida social com base na sua mensagem religiosa e política, assim, a igreja busca a justiça social agindo através das pastorais, como a Pastoral da Terra que busca a Reforma Agrária; a Pastoral da Criança, que desenvolve projetos visando ao acesso das crianças à educação, à assistência médica e à alimentação.

A presença da igreja católica, na sociedade beltronense, dá-se além do papel religioso, através do sistema educacional, com o Colégio Nossa Senhora da Glória; através de projetos sociais como a Casa Mais Vida, que trabalha com a recuperação de dependentes químicos; no sistema de comunicação, através da Rede Bom Jesus e da Rádio Onda Sul.

Além das festas de cada paróquia e da padroeira do município, Nossa Senhora da Glória, o conselho da igreja matriz, entre outros, é responsável pela organização do almoço servido, no domingo, na Festa do Vinho, cujo prato principal é o leitão grelhado.

Tanto o governo municipal quanto os outros agentes políticos do território, devem promover a cidadania e aumentar a participação popular nas decisões e no planejamento das estratégias de desenvolvimento do território, proporcionando a participação dos atores econômicos, políticos e culturais.

Uma das formas possíveis de aumentar a consciência política é trabalhar com as crianças através da representatividade do aluno nas decisões da escola. Ouvir as suas necessidades, ponderar sobre as suas argumentações e construir, juntos, o planejamento de algumas ações escolares pode contribuir para formar pessoas mais participativas.

As associações de moradores dos bairros e de agricultores e outras entidades sociais como a EMATER, a ASSESOAR, a Prefeitura Municipal, entre outras, precisam ser dinamizadas e aproveitadas, na medida em que os debates realizados possam resultar em melhoria da qualidade de vida para a população e não somente levantar as necessidades sem resolvê-las. Somente através da participação popular e da consciência política é possível atingir níveis importantes de desenvolvimento territorial.

A autonomia como capacidade de reconhecer-se como integrante do processo de desenvolvimento e, portanto, de pensar suas atitudes de maneira responsável e ver as ações dos outros de maneira crítica, é necessária para melhorar a participação política do cidadão no território.

#### **4.3 Possibilidades de desenvolvimento cultural**

A cultura é dinâmica. Vivida no cotidiano, manifesta-se na organização do território e na maneira como os agentes o transformam. Mesmo sendo constantemente modificada, ela representa o modo de viver de uma sociedade e não deve ser influenciada por agentes que a desconsideram ou a descaracterizam.

Ao Estado, nas suas diversas instâncias, cabe o papel de promover e incentivar ações de preservação cultural, e ao cidadão cabe conhecer sua identidade e buscar a sua valorização, conservando o patrimônio e as manifestações culturais.

Em Francisco Beltrão, a prefeitura municipal, através da diretora do departamento de cultura, Tânia Maria Penso Ghedin, vem realizando diversas ações. O Projeto Memória,

iniciado em 2002, proporcionou o levantamento do nome de alguns pioneiros do município, a realização de entrevistas e recebimento de doações de fotografias e de objetos antigos.

O Projeto Memória resultou também na publicação dos “Cadernos Culturais”. Nas seis edições do caderno, foram trabalhados tópicos especiais sobre a história de Francisco Beltrão como o Morro do Calvário, o cinquentenário da Revolta dos Posseiros, o texto da peça teatral sobre a Revolta dos Posseiros, o Museu da Colonização e os espaços de cultura do município, entre outros.

A peça teatral citada anteriormente foi uma das formas encontradas para contar a história da Revolta dos Posseiros no ano de seu cinquentenário em 2007. De autoria do jornalista Ivo Pegoraro, foi produzida pela Companhia de Teatro Théspis, de Francisco Beltrão, com apresentações em diversos municípios do Sudoeste. Em Francisco Beltrão, foram realizadas 35 sessões do espetáculo no Teatro Eunice Sartori, direcionado para alunos de 1º e 2º Graus, acadêmicos e público em geral, abrangendo uma platéia superior a 15 mil pessoas.<sup>11</sup>

Outra ação que destacamos como primordial para a preservação do patrimônio e da identidade de Francisco Beltrão foi a negociação da Casa de Costaneiras e a restauração já que estava na área pertencente ao quartel do Exército e em situação de abandono. Além da recuperação de um imóvel importante, uma rugosidade da história do município, o espaço foi utilizado para a criação do Museu da Colonização, que contém em seu acervo diversas peças doadas através do Projeto Memória e que pertenceram a pioneiros da região.

Ações como essas do Departamento de Cultura são necessárias para criar, na sociedade beltronense, a necessidade de conservação da história do município. Entretanto, é preciso envolver mais as pessoas, fazer com que elas se reconheçam como partes integrantes dessa história. Uma das ações que podem ser realizadas é trabalhar a cultura e o patrimônio nas escolas, com as crianças, pois é sabido que elas auxiliam a informar também os pais.

Os espaços que trabalhamos no terceiro capítulo, ou seja, a praça Eduardo Virmond Suplicy, o Parque de Exposições Jayme Canet Junior, o Morro do Calvário e a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes em Jacutinga, entre outros, podem ser planejados para revelar a sua própria história e detalhes da formação do município. Como exemplo, podem ser conservados os monumentos já existentes e planejar a instalação de outros, que representem os aspectos identitários dos diferentes grupos sociais. Além disso, a elaboração e colocação de painéis interpretativos, contendo, por exemplo, fotos de “antes e depois”, com frases curtas e com

---

<sup>11</sup> Caderno Cultural n. 4 – Peça teatral “A Revolta dos Posseiros”.

linguagem simples que digam um pouco sobre a importância daquele espaço na formação do município é uma excelente forma de informação e representação.

Muitas pessoas não possuem conhecimento de que a praça Eduardo Virmond Suplicy, por exemplo, serviu de lugar de concentração dos posseiros no dia final da Revolta. Uma fotografia do dia poderia ser colocada com uma frase sobre o acontecimento em um painel na praça. Além de ser uma forma simples de informar as pessoas que transitam no local, possui um custo baixo para implementação e manutenção.

Outro exemplo de local que poderia ser colocado um painel é no Morro do Calvário. Existem fotografias da década de 1960, tiradas do alto do Morro e que mostram a cidade naquela época. Através da exibição de uma imagem com esse teor, as pessoas que visitam o local passam a entender que o Morro já faz parte de Francisco Beltrão há muito tempo, além de comparar a fotografia com a vista atual da cidade, conhecendo transformações que ocorreram na paisagem e no território.

Além da sensibilização dos alunos e do planejamento dos espaços, o tombamento dos imóveis – como os que descrevemos no terceiro capítulo – importantes para a conservação da história do município deve ser realizado. Dois resultados podem ser alcançados através do tombamento: garantir a preservação desses imóveis para o conhecimento das futuras gerações e mostrar que eles podem ser utilizados tanto para moradia quanto para atividades de comércio e serviços e, ao mesmo tempo, conservar suas características arquitetônicas.

A lei que regulariza o tombamento em Francisco Beltrão segue os mesmos princípios de outros municípios. Em entrevista com a diretora do Departamento de Cultura, observamos que dos três imóveis apontados com intenção de realizar o tombamento, o Morro é de propriedade da ASSESOAR, o antigo pavilhão da CANGO é de propriedade do Exército e a capela São Cristóvão é de propriedade particular não identificada. Principalmente no último caso, a diretora disse que a intenção é que o município primeiramente desapropriar a área para, posteriormente, prosseguir com o processo de tombamento. Entretanto, compreendemos que o governo municipal não deve e não precisa desapropriar as áreas de interesse, pois o tombamento é justamente para assegurar que mesmo os imóveis de propriedade privada sejam preservados.

O processo de tombamento não é focado na propriedade da família, mas pelo seu valor social, que atinge toda sociedade, não deve ser evitado em decorrência de relações de poder entre o governo municipal e o proprietário que se julgar prejudicado.

Para que o imóvel seja preservado após o tombamento, muitos municípios já adotaram a concessão de incentivos aos proprietários de imóveis tombados, para que essa lei não contribua com o descaso e o abandono dos imóveis antigos.

Conhecendo as propostas de alguns municípios do Brasil, percebemos que as formas de incentivo variam em quatro eixos principais: a) isenção ou desconto no Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU; b) auxílio na elaboração dos projetos de restauração; c) linhas de crédito para financiamento das obras de restauração; d) possibilidade de venda do potencial construtivo para terrenos no mesmo zoneamento.

Nos imóveis públicos, podem ser estabelecidas parcerias entre o setor público e o privado, objetivando a utilização sustentável do patrimônio, principalmente os que se encontram desocupadas. Através da realização de concorrências públicas, empresas podem apresentar propostas de revitalizar os espaços em troca do seu uso por determinado tempo.

Já para os imóveis particulares, podem ser oferecidos incentivos e apoio para o desenvolvimento de projetos. As secretarias de Patrimônio Cultural podem prestar assessoria técnica para a elaboração de projetos de restauração e adaptação de uso, além de acompanhamento da execução das obras.

Entretanto, sem a sensibilização dos proprietários e de toda a sociedade, os estímulos não são suficientes para manter em bom estado os imóveis tombados.

Em Francisco Beltrão, como há apenas um imóvel tombado e se trata de uma igreja que, portanto já possui o direito à isenção, não existem discussões sobre formas de incentivo. Entretanto, a partir do momento que imóveis particulares são tombados esse é um assunto que precisa ser trabalhado. O fundo municipal de auxílio à preservação cultural é fundamental e deve ser planejado, segundo a diretora do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão, o processo para conseguir apoio financeiro através das Leis de Incentivo Cultural nas instâncias federal (Lei Rouanet) e estadual (Lei Estadual de Incentivo à Cultura) é tão burocrático que se torna praticamente inviável.

É importante para a sociedade local que a cultura seja pensada como um todo, com ações conjuntas em escolas, praças, parques e também com intervenções diretas, como o tombamento, mas para isso, a preservação da cultura precisa ser vista pelo governo municipal como uma necessidade.

Com a preservação dos aspectos histórico-culturais e naturais de Francisco Beltrão, com ações de valorização como: painéis informativos, incentivo à visitação do museu, conservação das áreas públicas como os parques e praças e o tombamento de bens imóveis, é

possível criar roteiros integrados, que possibilitem à população local e aos visitantes conhecer os elementos do território.

#### **4.4 Possibilidades de desenvolvimento ambiental**

Após a Revolução Industrial, os elementos da natureza passaram a ser vistos mais intensamente como recursos econômicos à disposição dos homens, tornando incompatível a idéia de aliar a preservação natural com desenvolvimento. Somente na década de 1970, através do desenvolvimento sustentável, essa possibilidade passou a ser discutida.

Apesar da importância que a discussão sobre o desenvolvimento sustentável adquiriu ao trazer os problemas ambientais para debate, optamos por trabalhar com o conceito de desenvolvimento territorial, já que este também dá o entendimento de que deve haver um reconhecimento da importância das dimensões sociais e naturais, conforme indicamos no segundo capítulo.

Entretanto, mesmo o termo sustentabilidade estando em “moda”, o desenvolvimento continua servindo de justificativa para crimes ambientais, aumento da poluição e o comprometimento de áreas naturais. Através do uso social da natureza ela se torna um patrimônio. O patrimônio natural, que também é territorial, precisa ser protegido pelo tombamento e pela criação de Unidades de Conservação que, em suas várias classes, regulamentam o uso que pode ser dado a cada Unidade. A proposta de tombamento de espaços naturais vem ao encontro da preocupação e denúncia da degradação das áreas naturais, através de nova visão preservacionista e de acordo com nosso entendimento de desenvolvimento territorial.

Nas Unidades de Conservação, além da proteção aos elementos naturais, a diversidade cultural e as populações tradicionais também devem ser consideradas nos planos de manejo, envolvendo os atores do entorno no processo para que estes assumam o compromisso de conservar seu território.

Em Francisco Beltrão, existe apenas uma Unidade de Conservação, o Parque Municipal Irmão Cirilo, que não recebe nenhum cuidado ou fiscalização. Situado nas margens do Rio Marrecas, há muito lixo acumulado e as construções existentes, como sanitários, estão degradadas. Tal fato demonstra a falta de comprometimento com a preservação das áreas naturais, especialmente fundos de vales e encostas. Criar áreas de preservação não depende apenas do governo municipal, mas também de proprietários de áreas que possuam

características naturais importantes e da sociedade geral, que deve buscar a conservação dos elementos naturais que caracterizam cada território.

De acordo com a realidade de Francisco Beltrão, destacamos principalmente a Unidade de Conservação denominada Reserva Particular do Patrimônio Natural, que não existe ainda em Francisco Beltrão, mas pode ser criada a partir da iniciativa de um proprietário que determina a área a ser preservada e registra em sua matrícula como uma RPPN, tendo como objetivo principal conservar a diversidade biológica. Tais áreas, além de garantir a conservação da natureza, podem ser utilizadas para pesquisas científicas, lazer e atividades turísticas.

O Recanto Renascer, que possui importantes exemplares de vegetação nativa, com árvores centenárias à beira do Rio Marrecas, é uma área que, potencialmente, poderia ser uma RPPN, todavia, apesar de permitir o uso para o turismo, o proprietário teria que conservar melhor a área, talvez delimitando a capacidade de carga para que o excesso de pessoas não degrade o espaço. A falta de informação sobre esse assunto e a limitação de ações acaba, muitas vezes, assustando os proprietários. Além dessa propriedade, os recantos do Dário e Vale Verde também possuem áreas verdes significativas, às margens do Rio 14, que necessitam ser preservadas.

No espaço urbano, duas áreas destacam-se pela presença de aspectos naturais, o Morro do Calvário e o Parque de Exposições Jaime Canet Junior, frequentados pela população mas sem nenhum plano de conservação ambiental.

Apesar da degradação ambiental ocorrer tanto no espaço rural quanto no urbano, atualmente, as políticas de conservação estão voltadas para o espaço rural, dando a impressão de que no espaço urbano não há a necessidade de preservar os aspectos naturais do território.

O SISLEG delimita e aponta as áreas de reserva legal e parcelas de preservação permanente em cada estabelecimento rural, exigindo o cumprimento da lei, podendo resultar em multa se as áreas forem utilizadas incorretamente. Entretanto, contraditoriamente, a quantidade de produtos químicos utilizados no solo e nas plantas, os equipamentos movidos a combustíveis não-renováveis são cada vez maiores no campo, incentivados pelas indústrias da cidade.

A problemática ambiental não pode ser dissociada da social e a preservação do patrimônio natural cabe tanto à população rural quanto à urbana. Os cuidados não devem ocorrer apenas nas áreas já preservadas, encontradas, na maioria das vezes, no espaço rural, mas também as áreas degradadas precisam ser recuperadas, podendo por em prática vários projetos no espaço urbano.

É facilmente percebido que as diversas leis que regulam a utilização das áreas naturais e as suas possibilidades de exploração, nos três níveis, federal, estadual e municipal, não têm sido suficientes para garantir a recuperação e preservação dos espaços naturais, mostrando que é necessário investir em programas de conscientização para que cada um colabore e fiscalize as ações dos demais.

Em Francisco Beltrão, embora poucas, podemos destacar algumas ações voltadas à preservação do ambiente. A coleta seletiva, implantada no município apenas em 2004, realiza o recolhimento dos lixos orgânicos e inorgânicos separadamente para proporcionar a reciclagem. Além dessa ação, a criação e preservação dos parques Alvorada e Jaime Canet Junior, respectivamente, demonstra interesse em criar áreas verdes públicas para que as pessoas da cidade possam ter maior contato com a natureza.

Diante das possibilidades analisadas, destacamos que cada espaço possui sua peculiaridade e possibilidade de desenvolvimento, contemplando algumas dimensões do território (quadro 03).

**Quadro 03. Espaços pesquisados e as dimensões do território presentes em cada unidade**

<b>Espaços pesquisados</b>	<b>Dimensões do território</b>
Morro do Calvário	Dimensões natural e cultural
Praça Eduardo Virmond Suplicy	Dimensões cultural e econômica
Parque de Exposições Jaime Canet Jr.	Dimensões natural, econômica e cultural
Museu da Colonização	Dimensões cultural e política
Casas antigas	Dimensões econômica, cultural e política
Pavilhão do Exército	Dimensões cultural e política
Chácara Rios – Parque Laranjeiras	Dimensões econômica, cultural e natural
Horta Colhe e Pague Santa Inês	Dimensões econômica, cultural e natural
Cantina de vinho Salmória	Dimensões econômica e cultural
Recanto Renascer	Dimensões econômica, cultural e natural
Recanto Vale Verde	Dimensões econômica, cultural e natural
Recanto do Dário	Dimensões econômica, cultural e natural
Recanto da Amizade	Dimensões econômica, cultural e natural
Pesque e Pague Daniela	Dimensões econômica, natural e cultural
Igreja São Francisco de Assis	Dimensões política e cultural

Gruta Nossa Senhora de Lourdes	Dimensões política, cultural e natural
--------------------------------	--

Fonte: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2009.

Na dimensão política, destacamos alguns espaços que nos fornecem elementos para compreender a política atual existente no território como as famílias tradicionais, a CANGO, a igreja católica, entre outros. Na dimensão natural, relacionamos os locais que possuem áreas verdes e de rios, caracterizando o ambiente natural presente no território. Na dimensão econômica, assinalamos os espaços que desenvolvem ou podem desenvolver atividades econômicas e, na dimensão cultural, os espaços que preservam elementos culturais importantes para a história de formação do território de Francisco Beltrão. Tais espaços, apropriados e organizados socialmente, configuram-se em patrimônios territoriais.

O desenvolvimento territorial é possível de ser alcançado, mas é necessário planejar e realizar atividades que permitam o reconhecimento e valorização das quatro dimensões (EPCN). Promover o desenvolvimento territorial exige a participação do governo municipal, de entidades não governamentais, sindicatos, empresas e da população local, propiciando a inclusão e a autonomia dos agentes. Para que, as características resultantes do processo histórico de formação do município sejam respeitadas, o desenvolvimento deve ser construído no próprio território, pelos seus atores e de acordo com seus interesses e potencialidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território de Francisco Beltrão, questão central que orientou esta dissertação, levou-nos a buscar a compreensão sobre sua formação e sua dinâmica atual, os principais agentes envolvidos, as características do patrimônio do município e as possíveis formas para sua valorização com vistas ao desenvolvimento territorial.

Para a realização desta pesquisa, mostrou-se fundamental a delimitação teórica realizada a partir da abordagem territorial, pois permitiu-nos apreender o território, a territorialidade e pensar uma concepção de desenvolvimento de forma renovada, proporcionando o entendimento das relações sociais e do patrimônio de Francisco Beltrão.

Compreendemos que o território, determinado pelas relações de poder envolve, na sua formação, aspectos materiais e imateriais. É dinâmico, estabelece conexões com outros territórios, possui sua territorialidade transformada cotidianamente na relação de seus agentes e é construído por relações econômicas, políticas e culturais.

A característica fundamental constituinte do território, que utilizamos para afirmar nossa proposição inicial de que os aspectos políticos e econômicos não devem sobrepor-se aos naturais e culturais, é a multidimensionalidade. Esta mostra que os atributos sociais e naturais de cada espaço precisam ser combinados para promover o desenvolvimento. Nesse sentido, nossa concepção de desenvolvimento territorial mostrou-se válida, revelando que todas as interfaces do território podem estar envolvidas no seu planejamento sem desconsiderar as especificidades de cada uma. Dito de outra maneira, com base nessa abordagem, as dimensões da economia, da cultura, da política e do ambiente que caracterizam cada território precisam, necessariamente, ser consideradas nos estudos e na elaboração das propostas de desenvolvimento.

Além do reconhecimento da multidimensionalidade do território, a participação efetiva dos atores locais é que assegura o equilíbrio das intencionalidades e a valorização do patrimônio natural e social. Assim, o sentimento de pertença e de participação na construção da identidade do município precisa ser provocado em seus agentes.

Com base nas reflexões teóricas e nos trabalhos de campo que realizamos, percebemos que, em Francisco Beltrão, a territorialização que resultou na sociedade local atual iniciou com os indígenas e caboclos e foi intensificada pelos migrantes descendentes de italianos, alemães e poloneses, vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Tais agentes estabeleceram relações entre si e com o espaço ocupado, dando formas, funções e significados

ao território de Francisco Beltrão. As combinações desses elementos conferiram ao município e aos seus habitantes características próprias como a identidade e o patrimônio local.

A identidade de Francisco Beltrão é resultante desse processo que se manifesta através do acúmulo dos tempos, percebido nos *bens* materiais e imateriais do território. A agricultura familiar, a produção agroartesanal, o cultivo de produtos como o fumo e a uva; os hábitos alimentares como chimarrão, churrasco, massas, salames, queijos, vinhos...; a significativa presença de lideranças e organizações tanto no espaço urbano como no rural; a presença de matas nativas ou em recuperação. Todos esses elementos são marcas do território, resultantes do processo de formação historicamente determinado.

Entretanto, a valorização e a preservação destes elementos não vêm sendo alavancada pelo Estado. Os agentes industriais, comerciais, financeiros e de serviços, entre outros, do campo e da cidade, inseridos no movimento de globalização têm contribuído para a perda da memória social de Francisco Beltrão, e pouco tem sido feito para que o desenvolvimento possa aliar-se à preservação e valorização do patrimônio territorial.

O turismo e as agroindústrias artesanais, por exemplo, já demonstraram capacidade de combinar a conservação de aspectos culturais com a geração de renda, todavia precisam ser melhor estruturadas e receber o apoio necessário de entidades, empresas e governo, para que as verticalidades impostas por agentes externos, e por vezes internos, não provoquem a descaracterização das atividades em nome da modernização e do lucro.

A relação de complementaridade e de dependência existente entre os espaços urbano e rural de Francisco Beltrão é clara, mesmo porque uma parte significativa dos moradores da cidade possui uma relação próxima com o modo de vida rural e com os moradores do campo. Entretanto, em grande parte, os projetos de desenvolvimento não contêm propostas que aliem as quatro dimensões do território e que consigam trabalhar o urbano e o rural de maneira integrada, deixando a impressão de que no espaço rural há apenas a produção de alimentos e matéria-prima, e a vida social ocorre no espaço urbano. Entretanto, mesmo na cidade, os aspectos culturais e naturais são negligenciados nos projetos de desenvolvimento.

Assim, realizamos uma caracterização do patrimônio e dos atrativos do espaços rural e urbano de Francisco Beltrão para que possamos conceber o desenvolvimento sabendo que há necessidade de atividades econômicas que proporcionem o sustento das famílias, mas respeitando a história e a cultura dessa população e a área natural que ocupam. A partir dessa compreensão, há necessidade de elaboração de projetos que facilitem o trabalho em conjunto como, por exemplo, um roteiro de turismo urbano e rural, proporcionando mais possibilidades de lazer aos visitantes por meio das diferentes características do território.

Os resultados alcançados indicam que é possível um *novo modelo* de desenvolvimento, que não seja determinado somente pelas ações do capital. Notamos que é possível concretizar ações que respeitem as tradições culturais e os aspectos naturais, que valorizem as identidades dos grupos sociais que formam Francisco Beltrão.

Um *novo modelo* deve ser discutido e construído no cotidiano da população, em busca de certa autonomia. Para tanto, é fundamental a valorização da memória, da identidade e dos elementos da natureza que estamos estudando, pois podem servir de base para a discussão e elaboração de um projeto de desenvolvimento que integre as atividades econômicas, a dimensão política, as características culturais e o espaço natural.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Adilson Francelino. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável**: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná). Tese de Doutorado – UFSC - Florianópolis, 2008.

ALVES, Adilson Francelino *et al.* Sudoeste paranaense: estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In: Alexandre Domingues Ribas; Eliseu Savério Spósito; Marcos Aurélio Saquet. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste - FBE, 2004, v. 1, p. 149-170.

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. HAESBAERT, Rogério. **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

BAGLI, Priscilla. Rural e Urbano: Harmonia e Conflito na Cadência da Contradição. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Artur Magon. (Org.). **Cidade e Campo** - Relações e Contradições entre Urbano e Rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 81-111.

BARRETO, Margarita. **Cultura e Turismo**: Discussões contemporâneas. 2007.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Arthur Magon Whitacker. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 33-52.

BONETI, Lindomar Wessler. Formação e Apropriação do Espaço Territorial do Sudoeste do Paraná. In: Adilson Francelino Alves; Luiz Carlos Flávio; Roselí Alves dos Santos. (Org.). **Espaço e Território** - Interpretações e Perspectivas do Desenvolvimento. 01 ed. Francisco Beltrão: Editora da UNIOESTE, 2005, v. 01, p. 109-124.

CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José Graziano da. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, jan./abr. 2000. P.11- 40.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Turismo rural na agricultura familiar**: uma abordagem geográfica do circuito italiano de turismo rural (citur), município de Colombo – PR. Tese de doutorado em Geografia – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 2, 2002. P. 13-16.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do local ao global**: O turismo litorâneo cearense. Campinas: Papirus, 1998.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O Desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário.** 2003. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/ponencias/>. Acessado em 26 de abril de 2008.

CRISTO REDENTOR - 15 ANOS. Caderno Cultural nº 3. Elaboração: Departamento de Cultura de Francisco Beltrão. 2007.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2002.

DALLA COSTA, Marli G. **A origem e etnias das famílias na comunidade de Jacutinga.** Monografia, Bacharelado Geografia – FACIBEL. Francisco Beltrão, 1997.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): Um instrumento para representar, ler e transformar o Território. In. ALVES, Adilson Francellino. CARRIJO, Beatriz Rodrigues. CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (org). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** Expressão Popular: São Paulo, 2008. P. 33 – 46.

DEON, Beatriz Regina. **A produção da uva nas propriedades familiares de Francisco Beltrão como alternativa de produção.** Monografia, Bacharelado Geografia – UNIOESTE. Francisco Beltrão, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **A dinâmica territorial das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão / PR.** Dissertação de mestrado em Geografia – Universidade Estadual Julio Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2008.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil.** Geboren, s/d.

FRANCIOSI, Carmes. **Sonho e realidade através da arte.** Francisco Beltrão, PR: s/ editora, 2006.

FUCKS, Patrícia Marasca. **Os usos do patrimônio arquitetônico na atualidade: de produto cultural a atrativo turístico.** Revista de Pesquisa e Pós-Graduação – Santo Ângelo, 2003.

GOMES, Iria Zanoni. **1957, A Revolta dos Posseiros.** Curitiba: Criar Edições, 1986.

GONÇALVES, José Reginaldo. **Autenticidade, memória e ideologias nacionais.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1988.

GUZI, Adelina. **Parque de Exposições Governador Jaime Canet Júnior: um parque para mudar paradigmas.** Monografia. Pós-graduação em Planejamento Municipal e Qualidade Ambiental - Unioeste. Francisco Beltrão, 1999.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar, 2001. P. 35 – 45.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste.** Niterói/RJ: Eduff, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização.** Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In. RIBAS, Alexandre Domingues. SPOSITO, Eliseu Savério. SAQUET, Marcos Aurélio (org) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão – PR: Unioeste, 2004. P. 87 – 119.

IPHAN. **Tombamentos**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal>> Acessado em 07 de maio de 2009.

JORNAL DE BELTRÃO. **Produtores apostam na boa safra de vinho em 2008**. 26 de Março de 2008. Disponível em: <http://www.jornalbeltrao.com.br/conteudo/noticia.asp?id=32447>. Acessado em: 31 de outubro de 2008.

KRÜGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná** – História de bravura, trabalho e fé. Posigraf, 2004.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Porto – Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todos as gentes e de muita historia**. 1ª edição. Francisco Beltrão – PR, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ª. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996

LOVISOLO, Hugo. **A memória e a formação dos homens**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 16-28, 1989.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre Jagunços e Posseiros**. Curitiba: S/editora, 1986.

MARTINS, Clerton. **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2003

MOREIRA, Rodrigo Machado ; CARMO, Maristela S . **Agroecologia na construção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Agricultura em São Paulo, v. 51, 2004. P. 1-27.

MUSEU DA COLONIZAÇÃO - Caderno Cultural n. 6. Elaboração: Departamento de Cultura de Francisco Beltrão. 2008.

MUSEUS. Disponível em: <http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/museus/Museus>. Acessado em 02 de maio de 2009.

PANCERA, Fábio. **Transformações da cultura italiana na Secção Jacaré**. Francisco Beltrão – PR. Monografia, Bacharelado em Geografia – Unioeste. Francisco Beltrão, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993/1980.

REVOLTA DOS POSSEIROS – Cinquentenário. Caderno Cultural nº 5. Elaboração: Departamento de Cultura de Francisco Beltrão. 2007.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In. FUNARI, Pedro Paulo. PINSKY, Jaime (org). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2007. P.15 – 24.

- SANTOS, Crescêncio Ribeiro dos. **“Conheça sua árvore” no Parque de Exposições Jaime Canet Júnior de Francisco Beltrão.** Monografia. Francisco Beltrão, 2002.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, Roque Ribeiro dos. e FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **Árvores no parque.** Francisco Beltrão: Grafit, 2003.
- SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.** Tese de doutorado em Geografia – Universidade Estadual Julio Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2008.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003.
- SAQUET, Marcos Aurélio . O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: Eliseu Savério Sposito; Marcos Aurelio Saquet; Alexandre Domingues Ribas. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004, v., p. 121-147.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Artthur Withacker. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006, v., p. 157-186.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo Rural: uma abordagem ilustrada.** Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.
- SILVA, Roseli Soares da. **Cultura e identidade: os centros de tradições gaúchas de Francisco Beltrão/PR.** Monografia, Bacharelado em Geografia – Unioeste. Francisco Beltrão, 2007.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de Souza. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias *et al* (org). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. P. 140 - 164.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade - campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** 1a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. , p. 111-130.

TROIAN, Andressa. **Análise da infraestrutura e das atividades de lazer e turismo desenvolvidas no Recanto do Dário, município de Francisco Beltrão – PR.** Monografia, Bacharelado em Geografia – Unioeste. Francisco Beltrão, 2004.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. **Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 15, pp. 119 - 126, 2004.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização.** 2ª edição. Curitiba, 1987.

## **ENTREVISTAS**

ENTREVISTA – Adair Salmória (proprietário da Cantina Salmória). Data: 15/11/2008.

ENTREVISTA – Adão Rios (proprietário da Chácara Rios – Parque das Laranjeiras). Data: 13/05/2009.

ENTREVISTA – Adelino Menegatti (proprietário do Recanto Renascer). Data: 15/11/2008.

ENTREVISTA – Altair Dário (proprietário do Recanto do Dário). Data: 15/11/2008.

ENTREVISTA – Clara Freiten (proprietária da casa localizada na Avenida General Osório, n. 74). Data: 11/09/2008.

ENTREVISTA – Doracílio de Andrade (integrante da Guarda de São Cristóvão). Data: 08/09/2009.

ENTREVISTA – Euzébio Micoanski (proprietário do Recanto Vale Verde). Data: 15/11/2008.

ENTREVISTA – Hélio Osowski (filho do proprietário e administrador da Horta Colhe e Pague Santa Inês). Data: 15/11/2008.

ENTREVISTA – Laury A. Tramontina (herdeiro da casa localizada na rua Curitiba, n. 1849). Data: 10/09/2008

ENTREVISTA – Manoela Pecóits (proprietária da casa localizada na Rua São Paulo, n.700). Data: 12/09/2008.

ENTREVISTA – Neusa Gottardo de Meira (proprietária do Recanto da Amizade). Data: 25/11/2008.

ENTREVISTA – Roberto Grando (pioneiro de Francisco Beltrão). Data: Fevereiro de 2004.

ENTREVISTA – Sueli Baldo (técnica da EMATER). Data: 28/08/2008.

ENTREVISTA – Tânia Maria Penso Ghedin (diretora do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão). Data: 24/03/2009.

ENTREVISTA – Valdemar Antonio Hillisheim (proprietário da casa localizada na Rua Antonina esquina com Rua Sergipe, n.603). Data: 11/09/2008.

ENTREVISTA – Vanessa Mattei (filha do proprietário do Pesque e Pague Daniela). Data: 25/11/2008.

ENTREVISTA – Vilma Adamshuk (proprietária da casa localizada na Rua Curitiba, n. 2151). Data: 10/09/2008.

ENTREVISTA – Willian Roberto Costa (Secretário de Indústria, Comércio e Turismo). Data: 26/03/2009.

## **ANEXOS**

## ANEXO 01

LEI Nº 2436/95  
06.12.95

Cria a lei de reconhecimento, conservação e preservação da Igreja da Comunidade Secção Jacaré e disciplina a sua aplicabilidade.

JOÃO BATISTA DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**ART. 1º.** Fica criada a Lei Municipal que disciplina o reconhecimento, conservação e preservação da Igreja da Comunidade de Secção Jacaré, como um bem de grande representatividade no aspecto cultural, social e histórico do Município.

**ART. 2º.** Fica a Igreja da Comunidade de Secção Jacaré reconhecida como um BEM CULTURAL de interesse do Município para fins históricos de resguardar a memória da Comunidade.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O presente bem, reconhecido para resgate de cultura e memória, deverá permanecer imutável na sua arquitetura histórica de origem.

**ART. 3º.** O reconhecimento do bem supra-mencionado não implica na mudança do domínio, permanecendo conforme consta na matrícula de propriedade da MITRA Diocesana de Palmas (PR), nem tão pouco, na posse do referido imóvel.

**ART. 4º.** Anualmente, ou sempre que for necessário, a comunidade procederá vistoria do bem tutelado para apurar se imprescindível se faz de que, se proceda conservação do mesmo, visando a restauração e manutenção do bem nas características originárias.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Apurada qualquer necessidade de conservação para manter a Igreja da mesma forma que atualmente o é, deverá a comunidade, comunicar por escrito a Prefeitura Municipal, para que a mesma, providencie juntamente com a Comunidade a restauração do bem deixando nas condições de origem.

**ART. 5º.** Fica terminantemente proibida quaisquer mudança na estrutura e detalhes da Igreja, para que seja mantida integridade em seu aspecto original.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Qualquer mudança no aspecto original do bem protegido, fica o infrator sujeito a reparar todos os dispêndios necessários para que seja restituído no modelo e condições etimológicas.

**ART. 6º.** Nenhuma reparação ou conservação poderá ser feita na Igreja da Comunidade de Secção Jacaré, sem que, haja participação da mesma e, que seja antecedida de expediência à Prefeitura Municipal, relatando os pontos a serem reparados.

**ART. 7º.** Qualquer obra que a Comunidade pretender edificar, deverá respeitar o bem tutelado, no sentido de que, não venha a dificultar ou ocultar a visibilidade do monumento.

**ART. 8º.** Qualquer fato superveniente que venha a modificar a coisa por circunstância alheia a vontade do homem, fica a Comunidade obrigada a comunicar por escrito o Executivo para que o mesmo tome as medidas necessárias visando preservar o bem, em conjunto com a Comunidade.

**ART. 9º.** .... (VETADO)

**ART. 10º.** ....(VETADO)

**ART. 11º.** Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, 06 de dezembro de 1995.

JOÃO BATISTA DE ARRUDA  
PREFEITO MUNICIPAL

DEONI CARLOS DOS SANTOS  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

## **ANEXO 02**

### LEI Nº 3293/2006

Dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do Município de Francisco Beltrão, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e dá outras providências.

WILMAR REICHEMBACH, Prefeito Municipal de Francisco Beltrão em exercício, Estado do Paraná, considerando o disposto no art. 216, da Constituição Federal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL**

Art. 1º. - A preservação do patrimônio natural e cultural do Município de Francisco Beltrão é dever de todos os seus cidadãos.

Parágrafo único - O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio natural e cultural do Município, segundo os preceitos desta lei e de regulamentos para tal fim.

Art. 2º. - O patrimônio natural e cultural do Município de Francisco Beltrão é constituído por bens móveis e imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico ou científico.

Art. 3º. - O Município procederá ao tombamento dos bens que constituem o seu patrimônio natural e cultural segundo os procedimentos e regulamentos desta lei, através do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Art. 4º. - Fica instituído o Livro do Tombo Municipal destinado à inscrição dos bens que o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural considerar de interesse de preservação para o Município.

### **CAPÍTULO II**

#### **CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

Art. 5º. - Fica criado o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, de caráter deliberativo e consultivo, integrante do Departamento de Cultura, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

§ 1º. - O Conselho será composto pelo Diretor do Departamento de Cultura, por um arquiteto indicado pela Secretaria Municipal de Urbanismo, por um representante indicado pela SUDENGE, por um representante indicado pelo Curso de Geografia da UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão, por um representante indicado pelo Curso de História da Universidade Paranaense –UNIPAR – Campus Francisco Beltrão, e por um representante

indicado pela Secretaria Municipal de Educação, a serem nomeados mediante decreto do Executivo Municipal, além dos ex-diretores do Departamento de Cultura, considerados membros honorários do Conselho.

§ 2º. - O Presidente do Conselho será eleito pelo voto da maioria dos seus membros.

§ 3º. - O período do mandato dos Conselheiros coincidirá com o período do mandato do Prefeito Municipal.

§ 4º. - O Conselheiro poderá ser substituído antes do termo final do período de mandato por requerimento seu ou caso não venha desempenhando com assiduidade e dedicação as suas funções perante o Conselho, hipóteses em que a entidade representativa deverá indicar outro representante.

§ 5º. - O exercício das funções de Conselheiro é considerado de relevante interesse público e não será remunerado.

§ 6º. - Em cada processo o Conselho poderá ouvir a opinião de especialistas que poderão ser técnico-profissionais da área de conhecimento específico ou representantes da comunidade de interesse do bem em análise.

§ 7º. - O Conselho elaborará o seu regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da posse de seus Conselheiros, o qual deverá ser aprovado mediante decreto do Executivo Municipal.

§ 8º. - O Presidente indicará um servidor do quadro do Departamento de Cultura para secretariar os trabalhos do Conselho.

§ 9º. - As sessões do Conselho serão abertas ao público, garantindo-se a palavra a qualquer interessado, desde que mantida a ordem das sessões, a juízo da Presidência.

### **CAPÍTULO III**

#### **PROCESSO DE TOMBAMENTO**

Art. 6º - Para inscrição no Livro do Tombo será instaurado processo administrativo que se inicia por iniciativa:

- a) do Município de Francisco Beltrão;
- b) do proprietário do bem;
- c) de qualquer do povo;

§ 1º. - Nos casos das alíneas "b" e "c" deste artigo, o requerimento será dirigido ao Departamento de Cultura.

§ 2º. - Os pedidos de tombamento deverão ser instruídos com documentação e descrição para individuação do bem.

Art. 7º. - O tombamento poderá ser voluntário ou compulsório.

§ 1º. - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e o bem se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio natural ou cultural do Município, a juízo do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, ou sempre que o proprietário anuir, por escrito, à notificação de tombamento que o Município lhe fizer, a partir da análise e do parecer do caso pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

§ 2º. - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição do bem no Livro Tombo e será realizado conforme o seguinte processo:

1) iniciado o processo, por iniciativa do Município ou por qualquer do povo, este será encaminhado para apreciação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural;

2) emitido parecer favorável pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, o Município notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, querendo, apresentar impugnação fundamentada, naquele mesmo prazo;

3) caso o proprietário não apresente impugnação no prazo assinalado, o Prefeito Municipal, por simples despacho, determinará que se proceda à inscrição do bem no Livro Tombo, publicando-se extrato do ato no diário oficial do Município;

4) se a impugnação for apresentada no prazo assinalado, far-se-á vista do processo ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, que deverá analisar as razões da impugnação apresentada e proferir decisão definitiva a respeito, contra a qual não caberá recurso;

5) proferida decisão do Conselho pela manutenção do tombamento, proceder-se-á à inscrição do bem no Livro Tombo, publicando-se extrato do ato no diário oficial do Município;

6) caso o Conselho acolha a impugnação, decidindo contrariamente ao tombamento, o processo será extinto e arquivado, extinguindo-se as limitações impostas desde tombamento provisório.

§ 3º. - O tombamento será considerado provisório desde a primeira notificação ao proprietário do bem, noticiando a abertura do processo administrativo, e será considerado definitivo a partir da inscrição do bem no Livro Tombo, mas, para todos os efeitos, o tombamento provisório se equipara ao definitivo, ficando o proprietário do bem sujeito às restrições administrativas pertinentes à preservação do bem desde a primeira notificação.

§ 4º. - Quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontre o proprietário do bem, bem como quando este se recusar a receber as notificações, essas serão realizadas por edital, publicado uma vez no diário oficial do Município e pelo menos uma vez em jornal de circulação local.

Art. 8º. - O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural poderá solicitar ao Município novos estudos, pareceres, vistorias ou qualquer outra medida que possa instruir o julgamento.

Art. 9º. - Da decisão do Conselho que determinar o tombamento, bem como do próprio Livro Tombo, deverão constar:

I - Descrição do bem.

II - Fundamentação das características pelas quais o bem está sendo incluído no Livro Tombo.

III - Definição e delimitação da preservação e os parâmetros de futuras instalações e utilizações.

IV - As limitações impostas ao entorno e ambiência do bem tombado, quando necessário.

V - No caso de bens móveis, o procedimento para sua saída do Município.

VI - No caso de tombamento de coleção de bens, relação das peças componentes da coleção e definição de medidas que garantam sua integridade.

Art. 10 - Tratando-se de bem imóvel, o Município providenciará o registro do tombamento na matrícula do bem perante o competente ofício de registro de imóveis e, em se tratando de bem móvel, será processado o respectivo registro no ofício de títulos e documentos.

## **CAPÍTULO IV**

### **PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS TOMBADOS**

Art. 11 - Cabe ao proprietário do bem tombado a sua proteção e conservação, segundo os preceitos e determinações desta lei e do tombamento.

Art. 12 - O bem tombado não poderá ser descaracterizado.

§ 1º. - A restauração, reparação ou alteração do bem tombado, somente poderá ser feita em cumprimento aos parâmetros estabelecidos na decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, cabendo ao Município a conveniente orientação, o acompanhamento e a fiscalização de sua execução.

§ 2º. - Havendo dúvidas em relação às prescrições do Conselho, poderá haver novo pronunciamento por provocação do Município ou do proprietário do bem.

Art. 13 - As construções, demolições, paisagismo no entorno ou ambiência do bem tombado deverão seguir as restrições impostas por ocasião do tombamento, devendo ser consultado o Conselho em caso de dúvida.

Art. 14 - O Município poderá determinar ao proprietário a execução de obras ou serviços imprescindíveis à conservação do bem tombado, fixando prazo para o seu início e término, sempre de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

§ 1º. - Este ato do Município será efetuado de ofício, por solicitação do Conselho ou de qualquer do povo.

§ 2º. - Se o proprietário do bem tombado não cumprir o determinado no prazo fixado, o Município executará as obras ou os serviços, lançando em dívida ativa o montante expendido.

§ 3º. - As obras e os serviços de que trata este artigo poderão ser realizadas diretamente pelo Município, às suas expensas, se o proprietário não dispuser de condições para fazê-lo e o interesse público dessa interferência for relevante, mediante prévio parecer favorável do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Art. 15 - O Município pode limitar o uso do bem tombado, de sua vizinhança e ambiência, quando houver risco de dano ou quando lhe prejudicar a visibilidade, ainda que isso importe em cassação de alvará.

Parágrafo único - Nos casos em que o tombamento implicar restrições aos bens do entorno e ambiência do bem tomado, será adotado o mesmo procedimento previsto no Capítulo III desta lei em face dos respectivos proprietários.

Art. 16 - Os bens tombados de propriedade do Município podem ser entregues ao uso de particulares, desde que estes se comprometam com a preservação dos bens.

Art. 17 - No caso de extravio ou furto de bem tombado, o proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Município, no prazo de quarenta e oito horas.

Art. 18 - O deslocamento ou a transferência de propriedade do bem tombado deverá ser comunicado ao Município, pelo proprietário, possuidor, adquirente ou interessado.

Art. 19 - As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública direta ou indireta com competência para a concessão de licenças, alvarás e outras autorizações para construção, reforma e utilização, desmembramento de terrenos, poda ou derrubada de espécies vegetais, deverão consultar previamente o Departamento de Cultura, antes de qualquer deliberação, em se tratando de bens tombados ou das áreas do entorno.

## **CAPÍTULO V**

### **PENALIDADES**

Art. 20 - A infração a qualquer dispositivo da presente lei implicará em multa de até 200 URMFB (duzentas unidades de referência do Município de Francisco Beltrão) e, se a consequência da infração for a demolição, a destruição ou a mutilação do bem tombado, de até 1.000 URMFB (mil unidades de referência do Município de Francisco Beltrão).

Parágrafo único - A aplicação da multa não desobriga à conservação, restauração ou reconstrução do bem tombado, às expensas do responsável.

Art. 21 - As multas terão seus valores fixados pelo Poder Executivo Municipal, ouvido o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, conforme a gravidade da infração, devendo o montante ser recolhido, à Fazenda Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias da notificação da multa, ou, no mesmo prazo, ser interposto recurso ao Conselho.

Parágrafo único - Não sendo efetuado o pagamento no prazo referido no parágrafo único ou não havendo acolhimento do recurso eventualmente interposto perante o Conselho, a multa será encaminhada para inclusão em dívida ativa.

Art. 22 - Todas as obras e coisas construídas ou colocadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos no tombamento ou sem observância da ambiência ou visualização do bem tombado deverão ser demolidas ou retiradas.

Parágrafo único - Se o responsável não o fizer no prazo determinado pelo Município, este o fará diretamente e será ressarcido pelo responsável, sem prejuízo da aplicação da multa prevista na presente lei.

Art. 23 - Todo aquele que, por ação ou omissão, causar dano a bem tombado responderá pelos custos de restauração ou reconstrução e por perdas e danos, sem prejuízo da responsabilidade criminal e das sanções administrativas, em especial a multa prevista nesta lei.

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal poderá, por decreto, elaborar regulamento da presente lei, naquilo que for necessário.

Art. 25 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, em 28 de setembro de 2006.

WILMAR REICHEMBACH  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SERGIO VITALINO GALVÃO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ANEXO 03**

**LEI N° 3478/2008**  
26.05.08

**Dispõe sobre a criação do Museu da Colonização de Francisco Beltrão e dá outras providências.**

VILMAR CORDASSO, Prefeito Municipal de Francisco Beltrão,  
Estado do Paraná.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º - Fica criado o MUSEU DA COLONIZAÇÃO, órgão de administração direta, sob a supervisão do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Francisco Beltrão, que funcionará com a autonomia definida nesta lei.**

**Art. 2º - O Museu da Colonização terá por finalidade:**

**I – Recolher, abrigar, ordenar, preservar e expor o patrimônio que contém dados expressivos da formação histórica da região Sudoeste do Paraná, além de auxiliar, estimular e divulgar a criação artística;**

**II – Promover, apoiar e incentivar a realização de conferências, encontros, cursos, pesquisas e exposições de caráter histórico, cultural e artístico, e colaborar na divulgação e comemoração de fatos, datas e eventos relativos à história da região, suas figuras mais proeminentes e acontecimentos culturais e científicos de maior relevo;**

**III – Desenvolver, com entidades nacionais ou estrangeiras dedicadas ao estudo e pesquisa da história, a publicação de obras e documentos de valor histórico que façam parte do seu acervo.**

**Art. 3º - O Museu da Colonização está instalado no Parque de Exposições Jaime Canet Junior, abrigado na antiga “Casa de Costaneiras” construída pela CANGO em 1953, obra mais relevante do museu, pela época histórica de construção, materiais e características que a tornam uma relíquia única.**

**Art. 4º - O Acervo do Museu da Colonização é constituído de peças remanescentes de campanhas de administrações municipais anteriores a 2001, que depois de localizados foram parcialmente restauradas, ficando as demais peças na reserva técnica, e novas peças arrecadadas do patrimônio do Município pelo Departamento de Cultura através do “Projeto Memória – Reconstituindo Nossa História”, a partir de 2002.**

**Parágrafo Único – O acervo deverá ser permanentemente ampliado através de aquisição, doação e/ou permuta de peças de valor museológico.**

**Art. 5º - Fica ao Museu da Colonização assegurado a condição de Unidade de Execução Orçamentária dentro do Orçamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, podendo ter outros recursos provenientes de:**

**I – doações;**

**II – cobrança de ingressos dos visitantes;**

**III – Serviços Prestados.**

**Parágrafo Único – Os recursos a que se refere este artigo serão destinados ao aprimoramento do próprio museu e/ou para o desenvolvimento de atividades congêneres.**

**Art. 6º - Fica revogada a Lei Municipal nº 1155/85, de 20 de junho de 1985 e as demais disposições em contrário.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, 26 de maio de 2008.

VILMAR CORDASSO  
PREFEITO MUNICIPAL

SERGIO VITALINO GALVÃO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## ANEXO 04

### **Diretrizes para o Morro do Calvário**

Francisco Beltrão – 19 de novembro de 2008

*Esse documento é resultado de um processo que teve início, em 2003, com a participação de organizações de Francisco Beltrão e da Região Sudoeste. Em 2003, numa Assembléia com a participação de 110 pessoas foi produzido um primeiro documento sobre o Morro. No dia dezoito de novembro de 2008, a partir de uma proposta elaborada por um Grupo de Trabalho, composto por representantes do GETERR-UNIOESTE, CRESOL Fco. Beltrão, ASSESOAR, Paróquia Cristo Rei, Prefeitura Municipal, moradores e representantes de organizações, que assinaram a lista de presença anexa, aprovaram esse documento.*

1.O Morro deverá ser um espaço que expresse a história e a luta do povo sudoestino por um desenvolvimento que, acima de tudo, respeite a vida humana e a natureza. Numa sociedade onde tudo tende a se reduzir ao econômico, o Morro será testemunho de um novo jeito de ver o mundo e viver que considere a cultura: a história, a economia, o social, o religioso, o artístico e o ambiental.

2.Do ponto de vista da história do Sudoeste do Paraná, o Morro deverá ser um espaço que retrate a história de ocupação da região, considerando a presença indígena, cabocla e dos colonos, até a vitória dos posseiros de 1957 e depois dela, com sua estrutura minifundiária.

3.Do ponto de vista econômico, o Morro deverá ser expressão de uma região onde mais de 50% da população região vive no campo; onde cerca de 90% da economia regional está direta ou indiretamente ligada a Agricultura Familiar; onde existe uma forte tradição de produção ecológica de alimentos e onde, historicamente, se constrói bases de uma nova matriz de produção agropecuária capaz de melhor equacionar produção de alimentos com preservação ambiental. Nesse sentido, o Morro e seus arredores será um lugar de feiras e de comercialização direta e solidária.

4.Do ponto de vista cultural, o Morro e arredores deverá ser um espaço que pela arquitetura, expressões e manifestações artísticas, torne presente a vida da população regional,

considerando a presença indígena, cabocla e dos colonos, pelo menos, nos últimos 100 anos. Nesse sentido, poderão ser desenvolvidos e criados, com apoio de pessoal das artes plásticas, monumentos e ou painéis que retratem a questão indígena e sua relação com a natureza; a questão dos caboclos e sua vinda para a região; a questão dos colonos, descendentes de europeus que ocuparam a região movidos por outro jeito de pensar e se relacionar com o meio ambiente; a questão das companhias colonizadoras, a perseguição aos posseiros e os interesses do capital madeireiro; a tomada da cidade de Francisco Beltrão e a vitória dos posseiros, fruto da sua aliança com o capital comercial; a regularização das terras e a implantação da estrutura fundiária existente até hoje na região.

5.Com relação à conservação e educação ambiental, a orientação é de que se mantenha as áreas florestadas, tirando apenas as espécies exóticas, consideradas invasoras e se refloreste as partes que estão desmatadas com diversidade de espécies nativas, tendo em vista, também a recuperação de parte da fauna, para que o ambiente, recriado com características semelhantes à uma floresta nativa, sirva para visitação e educação ambiental para a população, principalmente as escolas. Nesse sentido existem indicativos para a criação de uma trilha ecológica.

6.A prefeitura deverá responsabilizar-se por delimitar a área do morro e encaminhar juridicamente o impedimento de futuras transações de lotes e construções na área, desapropriando lotes, se necessário, tornando a área delimitada de domínio público municipal. A parte que é de propriedade da Assesoar já tem autorização de seus associados/as para ser repassada em forma de cessão de uso à prefeitura, condicionada às diretrizes desse documento do Movimento dos Amigos do Morro.

7.Toda e qualquer nova edificação e utilização do Morro e seu entorno, principalmente na praça em frente ao portal de entrada, obedecerão às diretrizes desse documento e serão objeto de estudo e deliberação do Movimento dos Amigos do Morro. Os estudos e debates feitos até agora, apontam para a demarcação e cercamento da área; eliminação das plantas consideradas invasoras como uva-japão e cinamomos; reflorestamento das áreas desmatadas com nativas diversas; construção de um portal de entrada e reurbanização da praça em frente com infraestrutura para visitação, descanso, feiras, manifestações culturais e religiosas: concha acústica com cobertura, sanitários, lixeiras, pontos de energia elétrica, água, parque infantil, espaço para monumento histórico, sombra e bancos; com relação aos monumentos e

painéis, contratar um artista plástico que, a partir do diálogo com a comunidade, projetará um conjunto de monumentos que leve em conta as diretrizes desse documento; fechamento da rua; instalação de placas de orientação; retirada de placas de propaganda e promoção pessoal ou de interesse restrito de qualquer instituição; retirada e ou impedimento de qualquer uso privado do espaço para fins não previstos neste documento; viabilização do espaço para feiras ecológico/educativas; instalação da antena da Radio Comunitária Anawin, viabilização de visitação noturna e instalação de um corrimão no caminho.

8. Todo e qualquer uso e edificação deverá estar a serviço da coletividade, causar o menor impacto ambiental possível e ser colocado, com antecedência, para a apreciação do Movimento Amigos do Morro.

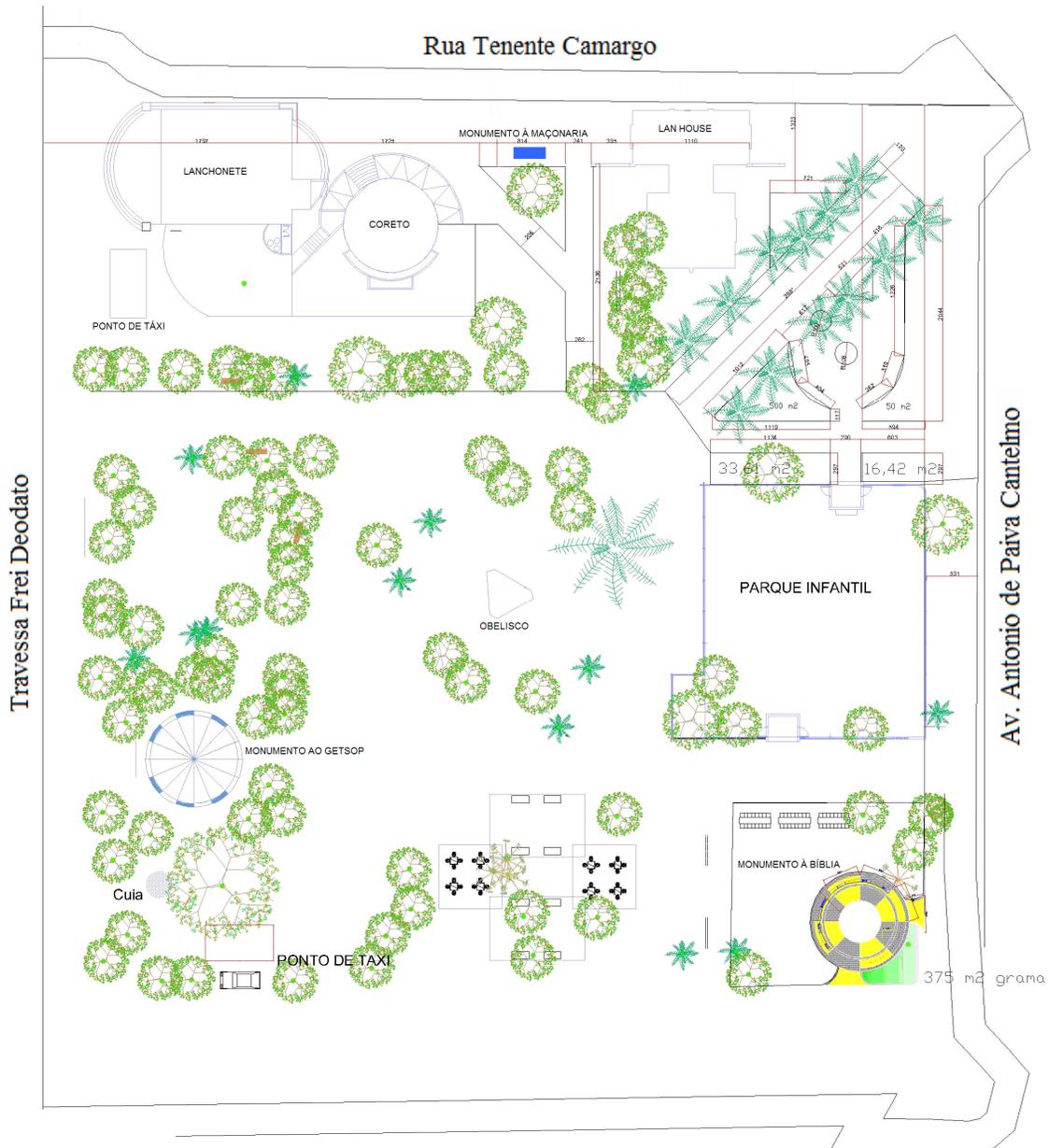
9. A partir desta data, fica instituído o Movimento Amigos do Morro, sendo que as organizações abaixo indicadas e todas as que quiserem se inscrever, a partir de agora serão convidadas a participar sempre que houver interesse e/ou necessidade expresso por, pelo menos, cinco delas.

Organizações participantes do Movimento dos Amigos do Morro:

ASSESOAR  
Grupo de Estudos Territoriais - GETERR/UNIOESTE  
CRESOL Fco. Beltrão  
Paróquia Cristo Rei  
Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão  
Associação de Moradores da Cango  
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF SUL  
Associação Rádio Comunitária Anawin  
Associação do Centro de Educação Sindical - ACESI

# ANEXO 05

## CROQUI DA PRAÇA EDUARDO VIRMOND SUPLICY



Fonte: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, 2008.  
Adaptação: Ana Rúbia Gagliotto Galvão, 2008.

## ANEXO 06

Mapa Temático do Parque de Exposições Jaime Canet Junior para visitantes da 23ª Expobel - 2008



Fonte: [http://www.expobel.com.br/popup/mapa\\_parque.htm](http://www.expobel.com.br/popup/mapa_parque.htm)

**ANEXO 07**  
Croqui do Parque de Exposições Jaime Canet Junior



Fonte: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, 2008.

## ANEXO 08

### Roteiro de entrevistas em estabelecimentos rurais

1. Data: / / Localidade: \_\_\_\_\_
2. Entrevistado: \_\_\_\_\_ Proprietário: \_\_\_\_\_
3. Origem do proprietário: \_\_\_\_\_/Residência: ( ) Na propriedade / Outro: \_\_\_\_\_
4. Breve histórico da propriedade: \_\_\_\_\_
5. Moradores da propriedade e funções: ( ) mulheres: \_\_\_\_\_ ( ) homens: \_\_\_\_\_ ( ) crianças: \_\_\_\_\_
6. Empregados da propriedade e funções: ( ) mulheres: \_\_\_\_\_ ( ) homens: \_\_\_\_\_
7. Tamanho da propriedade: \_\_\_\_\_ha/ lavoura \_\_\_\_\_% mata \_\_\_\_\_% capoeira \_\_\_\_\_% pasto \_\_\_\_\_% constr \_\_\_\_\_%

Atividades produtivas desenvolvidas no local	Tipo	Desde	Renda %
Agrícola in natura			
Pecuária			
Alimentos beneficiados			
Turísticas			
Outras			

8. Possui nascentes? ( ) S ( ) N / nº: \_\_\_\_\_ Situação: \_\_\_\_\_ / Rio? ( ) S ( ) N Qual? \_\_\_\_\_ Sit. \_\_\_\_\_
9. Captação de água: ( ) Poço / ( ) Fonte protegida / ( ) Rede pública / ( ) Rio / Outro: \_\_\_\_\_
10. Sanamento: ( ) rede / ( ) fossa séptica / ( ) sumidouro / ( ) rio / ( ) outro: \_\_\_\_\_
11. Utiliza agrotóxicos? ( ) S ( ) N. Onde: \_\_\_\_\_ / Tem SISLEG? ( ) S ( ) N
12. Disposição do lixo: ( ) coleta pública / ( ) reutilização / ( ) queima / ( ) outro: \_\_\_\_\_
13. Maquinário agrícola: \_\_\_\_\_
14. Animais da propriedade: ( ) cavalos ( ) vacas Outros: \_\_\_\_\_
15. Objetivo com o empreendimento turístico: \_\_\_\_\_
16. Ano de abertura: \_\_\_\_\_ Dias e horários de abertura: \_\_\_\_\_
17. Breve histórico de implantação do turismo: \_\_\_\_\_

18. Atrativos turísticos e equipamentos existentes: \_\_\_\_\_
19. Mudanças na infra-estrutura e nos equipamentos da propriedade para atender os turistas: \_\_\_\_\_
19. Houve algum curso de capacitação? ( ) S ( ) N / Qual?: \_\_\_\_\_
21. Houve algum benefício? ( ) S ( ) N / Qual?: \_\_\_\_\_
22. Recorreu a algum tipo de financiamento? ( ) S ( ) N / Qual?: \_\_\_\_\_ Valor: R\$ \_\_\_\_\_
23. Empregados para o turismo: ( ) novos / funções: \_\_\_\_\_ ( ) aproveitados / funções: \_\_\_\_\_
24. Receita com o turismo: ( ) Mensal: \_\_\_\_\_ ( ) Anual: \_\_\_\_\_
25. Nº de visitantes mensal / anual: \_\_\_\_\_ - Maior período de visitação: \_\_\_\_\_
26. Perfil do visitante: A) ( ) População local ( ) Pop. Região ( ) Municípios PR ( ) Outros estados: \_\_\_\_\_  
B) ( ) Famílias ( ) Jovens ( ) Idosos ( ) Grupos escolares ( ) Casais ( ) Outros: \_\_\_\_\_
27. Participação nos debates: ( ) S ( ) N Qual? \_\_\_\_\_
28. Dificuldades : \_\_\_\_\_
29. Sugestões: \_\_\_\_\_
30. Como se deu a iniciativa de organização do grupo de turismo rural? \_\_\_\_\_
31. Atividades de lazer da família: ( ) Visitas/ ( ) Igreja / ( ) TV/ ( ) esportes/ ( ) bailes/ ( ) outros: \_\_\_\_\_
32. O que acha do turismo hoje: \_\_\_\_\_
33. Tradições aproveitadas para o turismo: \_\_\_\_\_
34. Equipamentos aproveitados para o turismo: \_\_\_\_\_
35. Novos equipamentos adquiridos para o turismo: \_\_\_\_\_
36. Animais aproveitados para o turismo: \_\_\_\_\_
37. Novos animais adquiridos para o turismo: \_\_\_\_\_
38. Deixou alguma atividade agrícola em função do turismo? ( ) S ( ) N Qual: \_\_\_\_\_
39. Ampliou atividades agrícolas com o turismo? ( ) S ( ) N Qual: \_\_\_\_\_
40. Passou a beneficiar algo para vender aos turistas? ( ) S ( ) N O que? \_\_\_\_\_
41. Utiliza ou já utilizou recursos do Pronaf? ( ) S ( ) N Para que: \_\_\_\_\_
42. O que acha do pronaf: \_\_\_\_\_
43. Prefere trabalhar com: ( ) Agricultura / ( ) Pecuária / ( ) Agr/Pec / ( ) Vinhos / ( ) Embutidos / ( )  
Artesanato / ( ) Na cidade / ( ) Turismo / ( ) Turismo e ativi agropec / ( ) Turismo e agroindus
44. O que acha dos turistas: \_\_\_\_\_
45. Gosta de conversar com os turistas? ( ) S ( ) N Porque? \_\_\_\_\_
46. Existe diálogo e objetivos em comum com os outros envolvidos? ( ) S ( ) N Qual: \_\_\_\_\_
47. O que mudou após a entrada no turismo? \_\_\_\_\_
48. Aspectos positivos do turismo: \_\_\_\_\_
49. Aspectos negativos do turismo: \_\_\_\_\_
50. Sua vida melhorou com o turismo? ( ) S ( ) N ( ) Mesma coisa

## ANEXO 09

### Questionário aplicado aos proprietários de casas antigas

- 1) Nome:
- 1) Data da entrevista:
- 2) Telefone para contato:
- 3) Endereço da casa:
- 4) Qual a relação com a família que construiu a casa (é o próprio, filho, comprou a casa)?
- 5) Origem étnica da família:
- 6) De onde veio a família? (Estado, município, rural ou urbano)
- 7) Data da chegada da família em Francisco Beltrão:
- 8) Qual foi o motivo da migração?
- 9) Já tinham pessoas conhecidas em Francisco Beltrão? Eles influenciaram na decisão?
- 10) Em que trabalhavam antes de vier e no que trabalhou quando chegou?
- 11) Como foi a viagem para Francisco Beltrão?
- 12) Quantas pessoas da família vieram?
- 13) Como era Francisco Beltrão quando chegaram?
- 14) Como foi a adaptação ao novo local?
- 15) Quais as principais características culturais da família? (alimentação, língua, vestuário, religião, dança, música, outros)
- 16) Possuía essas características na época em que chegou ao município? Perdeu ou ganhou alguns traços culturais? Quais ainda permanecem?
- 17) Data aproximada da construção da casa:
- 18) Usos que a construção já teve (residência, comércio...):
- 19) Foi realizada alguma obra que tenha modificado a construção?
- 20) Há o interesse de modificar a construção, fazer outra construção ou de vender a casa?
- 21) Estado atual de conservação da construção:

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)